

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO

Fausto Augusto Junior

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Portella Kruppa

SÃO PAULO

MARÇO DE 2010

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

FAUSTO AUGUSTO JUNIOR

**Da necessidade à práxis:
análise do Índice de Custo de Vida do DIEESE como processo de
produção de conhecimento entre 1955 e 1964**

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Portella Kruppa

SÃO PAULO

2010

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Sonia Teresinha de Sousa Penin
Diretor da Faculdade de Educação

Profª Drª Lisete Regina Gomes Arelaro
Chefe do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação

Prof(a) Dr(a) Romualdo Luiz Portela de Oliveira
Presidente da Comissão de Pós-Graduação e Conselho

FAUSTO AUGUSTO JUNIOR

**Da necessidade à práxis:
análise do Índice de Custo de Vida do DIEESE como processo de
produção de conhecimento entre 1955 e 1964**

**Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo, na
área de Estado, Sociedade e Educação, como
exigência parcial para a obtenção do título de
Mestre em Educação.**

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Portella Kruppa

SÃO PAULO

2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E
PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

331 Augusto Junior, Fausto
A923d Da necessidade à práxis: análise do índice de custo de vida do DIEESE
como processo de produção de conhecimento entre 1955 e 1964 / Fausto
Augusto Junior; orientação Sônia Maria Portella Kruppa. São Paulo: s.n.,
2010.

174 p. il.; tabs.; anexos

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área
de Concentração: Estado, Sociedade e Educação) - - Faculdade de Educação
da Universidade de São Paulo.

1. Trabalho 2. Conhecimento 3. Educação 4. Sindicalismo
5. Educação política 6. Políticas públicas I. Kruppa, Sônia Maria Portella,
orient.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Augusto, Fausto Junior

Da necessidade à práxis:

análise do Índice de Custo de Vida do DIEESE como processo de produção de conhecimento entre 1955 e 1964

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, na área de concentração Estado, Sociedade e Educação, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

APROVADO EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Julgamento: _____

Assinatura _____

Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Portella Kruppa (Orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Prof^a. Dr^a. Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

Julgamento: _____

Prof^a. Dr^a. Carmen Sylvia Vidigal Moraes
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

**À Fausto, meu pai, que me ensinou a valorizar o saber prático.
À Maria, minha mãe, que me ensinou a importância do conhecimento escolar.
À Rosangela, meu amor, que me ensina a viver a vida um pouco a cada dia.**

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é, de certo modo, um agradecimento ao DIEESE e ao Movimento Sindical brasileiro pela oportunidade cotidiana de aprender na luta por uma sociedade mais justa e solidária.

Agradeço a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo pela possibilidade de poder estudar de modo mais sistemático como o conhecimento é produzido, dando continuidade às minhas reflexões iniciadas no meu bacharelado em Ciências Sociais.

Neste processo, agradeço a minha orientadora, Sônia Maria Portella Kruppa, com quem pude contar nos diferentes momentos deste processo de produção e aprendizagem. Mais do que uma orientação acadêmica, cada uma de nossas conversas foram deliciosos momentos de reflexão, crítica e envolvimento militante para além dos muros da Universidade.

Agradeço também à professora Carmen Sylvia Vidigal Moraes pelas suas importantes observações, correções e sugestões em meu exame de qualificação.

À professora Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins agradeço pelos seus conselhos, suas observações, sugestões durante a qualificação e principalmente pela atenção a mim despendida na entrevista dada para esta pesquisa. Mais do que parte de minha banca de qualificação, Heloísa Martins é companheira de uma mesma jornada iniciada por José Albertino Rodrigues.

Agradeço ainda a atenção, a ajuda e as informações a mim confiadas por Lenina Pomeranz e Walter Barelli. Suas histórias se confundem com a história do DIEESE e são referências para todos que, como eu, ingressaram nesta nobre instituição.

À direção do DIEESE, agradeço pela disponibilidade dos documentos históricos do departamento. Eliana e Sérgio da biblioteca, pela atenção e envolvimento na minha pesquisa documental.

Não poderia deixar de mencionar meus companheiros de trabalho, Jefferson José da Conceição, Patrícia Pelatieri e Zeira Camargo, que cotidianamente me

ajudaram em longas conversas com indicações bibliográficas, críticas e observações em todo o processo de desenvolvimento da pesquisa.

À Ana Claudia Moreira Cardoso, Andréa Muchão, Thomaz Ferreira Jensen e Alina Araújo agradeço pela paciência em criticar meus escritos, apontar minhas incongruências e me ajudarem a corrigir muitos de meus rumos.

À Marlene Shiroma Goldenstein agradeço pela ajuda na montagem de meu projeto de pesquisa e pelo incentivo em seguir no caminho da pesquisa no campo da produção do conhecimento. À Marlene devo meu retorno à prática da educação e da reflexão de minha prática.

Fechando os meus agradecimentos aos companheiros de jornada, gostaria de dedicar um agradecimento especial à meu amigo Wilson Amorim, que desde os meus tempos de auxiliar-técnico do Banco de Dados do DIEESE vem me ensinando os meandros da assessoria sindical e nesta dissertação foi presente em todas as etapas, da montagem do projeto à revisão final. Sua paciência, seu olhar crítico e seu pragmatismo foram fundamentais para a consecução dos objetivos e o respeito aos prazos traçados inicialmente.

Aos meus pais, agradeço os ensinamentos que me ajudaram a valorizar a prática e a teoria que são as bases desta dissertação.

Por fim, não tenho palavras para agradecer à meu grande amor, Rosângela Galante, que esteve presente em todas as etapas deste processo. Do sofrimento na seleção para o programa de mestrado à conclusão da dissertação, passando pelas transcrições de entrevistas, revisão dos textos e acima de tudo aguentando com a paciência dos que amam meus momentos de aflição, stress, empolgação e cansaço.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender o processo de produção do conhecimento no DIEESE a partir da reconstituição da história do Índice de Custo de Vida (ICV-DIEESE) entre 1955 e 1964.

A investigação e a análise tiveram como marco teórico o materialismo histórico, pelo qual buscou-se compreender a produção do conhecimento como um produto humano, social, histórico e dialógico.

A reconstituição do momento histórico a que o processo estava inserido mostrou que o ICV-DIEESE foi produto das necessidades que se colocaram para dirigentes sindicais e intelectuais militantes em um Brasil que se industrializava rapidamente.

A análise das relações sociais estabelecidas neste processo demonstrou que o ICV-DIEESE foi resultado de um conjunto complexo de diálogos entre diferentes sujeitos que tiveram a capacidade de viabilizar as condições necessárias para a produção de um conhecimento capaz de instrumentalizar a luta dos trabalhadores contra a carestia de vida.

Palavras-Chave: Trabalho, Conhecimento, Educação, Sindicalismo, Educação política, Políticas públicas

ABSTRACT

This study aims to understand the process of knowledge production in DIEESE from the reconstitution of the history of the Index of Cost of Living (ICV-DIEESE) between 1955 and 1964.

The research and analysis had the theoretical framework of historical materialism, by which we seek to understand the production of knowledge as a human product, social, historical and dialogic.

The reconstruction of the historical moment that the process was inserted showed that ICV-DIEESE was the product needs to be put to union leaders and intellectuals militants in Brazil that a rapidly industrializing.

The analysis of social relations in this process showed that ICV-DIEESE was the result of a complex set of dialogues between subjects who had the ability to make possible the necessary conditions for the production of knowledge capable of equipping the workers' struggle against famine life.

Keywords: Labor, Knowledge, Education, Unions, Political education, Public policy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
SITUANDO O PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO	2
AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS	6
A INVESTIGAÇÃO	10
A EXPOSIÇÃO	13
1 O CONHECIMENTO COMO UMA PRODUÇÃO PRÁTICA, SOCIAL, HISTÓRICA E DIALÓGICA: UMA ESCOLHA TEÓRICA	15
1.1 UMA CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO	16
2 PRODUZINDO UM CONHECIMENTO	24
ORIGENS E PROCESSOS	24
2.1 O MOMENTO HISTÓRICO E A CRIAÇÃO DO DIEESE	25
2.1.1 <i>Contexto político-econômico</i>	25
2.1.2 <i>Contexto político-sindical</i>	30
2.2 A NECESSIDADE COMO UM IMPERATIVO DO CONHECIMENTO: AS MOTIVAÇÕES QUE LEVARAM À PRODUÇÃO DO ICV-DIEESE	45
2.2.1 <i>Movimento Sindical: necessidades e desejos</i>	47
2.2.2 <i>Intelectuais : suas necessidades e outros processos</i>	53
2.3 RELAÇÕES ENTRE CONHECIMENTOS: ÍNDICE PONDERADO DE CUSTO DE VIDA DA CLASSE OPERÁRIA E O CÁLCULO SINDICAL DO CUSTO DE VIDA DOS TRABALHADORES	58
2.4 O CONHECIMENTO COMO PRODUTO DE RELAÇÕES SOCIAIS: OS SUJEITOS QUE PRODUZIRAM O ÍNDICE DE CUSTO DE VIDA DO DIEESE	65
2.4.1 <i>Salvador Romano Losacco: as relações políticas para a viabilização e sustentação de um conhecimento</i>	67
2.4.2 <i>José Albertino Rodrigues: relações sindicais e relações acadêmicas</i>	72
2.4.3 <i>Lenina Pomeranz: a montagem matemática do Índice de Custo de Vida</i>	82
3 A REALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: DA NECESSIDADE À PRÁXIS	91
3.1 DA NECESSIDADE À PRÁXIS	92
3.2 <i>A assessoria enquanto práxis</i>	96
3.3 <i>A difusão do conhecimento</i>	100
3.3.1 <i>O Boletim do DIEESE</i>	101
3.3.2 <i>A Revista de Estudos Sócio-Econômicos</i>	107
CONCLUSÃO	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
ANEXOS	144

<i>Anexo I</i>	145
<i>Listas de documentos pesquisados</i>	145
<i>Anexo II</i>	147
<i>Listas de entrevistas recuperadas</i>	147
<i>Anexo III</i>	150
<i>Roteiros das entrevistas realizadas</i>	150
<i>Anexo IV</i>	158
<i>Ata de fundação do DIEESE</i>	158
<i>Anexo V</i>	167
<i>Lista de artigos publicados no Boletim do DIEESE entre 1960 e 1961</i>	167
<i>Anexo VI</i>	170
<i>Lista de artigos publicados na Revista de Estudos Socioeconômicos entre 1962 e 1963</i>	170

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais

ANPUH - Associação Nacional dos Professores Universitários de História

AP – Ação Popular

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina da ONU

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CIPA - Comissão Internas de Prevenção de Acidentes

CISCAI – Comissão Intersindical de Combate a Assiduidade Integral

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CMTC - Companhia Municipal de Transportes Coletivos

CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COINS-IASI-OAS - Comissão de Melhoramento das Estatísticas Nacionais, do Instituto Interamericano de Estatística, da Organização dos Estados Americanos

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos

ED – Esquerda Democrática

ELSP-SP - Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations

FCEA-USP - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo

FEA-USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

FFCL-USP - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

FFLCH-USP Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FMI – Fundo Monetário Internacional

IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICV – Índice de Custo de Vida

IEA – Instituto de Economia Agrícola

IPC – Índice de Preços ao Consumidor

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MUT - Movimento de Unificação dos Trabalhadores

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista do Brasil / Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PD – Partido Democrático Paulista

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PMSP – Prefeitura do Município de São Paulo

PRP – Partido Republicano Paulista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUI – Pacto de Unidade Intersindical

RESE - Revista de Estudos Sócio-Econômicos

SAC - Statistics Advisory Committee of Experts

SEPT - Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

TST - Tribunal Superior do Trabalho

UDS – União Democrática Socialista

UDN – União Democrática Nacional

UNB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP - Universidade de São Paulo

LISTAS DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

Tabela 1	Índice de custo de vida anual calculado pelo DIEESE (ICV/DIEESE) e valor nominal do salário mínimo em moeda corrente em dezembro de cada ano – 1959/1963.....	94
Tabela 2	Evolução do valor do salário mínimo oficial e estimativa de seu valor caso fosse reajustado pelo ICV/DIEESE – 1959/1963.....	95
Quadro 1	- Linha do tempo 1945-1964	40
Ilustração 1	Diagrama de relações – Salvador Romano Losacco.....	72
Ilustração 2	Diagrama de relações – José Albertino Rodrigues	79
Ilustração 3	Diagrama de relações – José Albertino Rodrigues e Salvador Romano Losacco.....	81
Ilustração 4	Diagrama de relações – Lenina Pomeranz.....	89
Ilustração 5	Diagrama de relações – Losacco; Albertino; Pomeranz.....	90
Ilustração 6	Diagrama de relações – RESE.....	112
Ilustração 7	Diagrama de relações – 1955/1964.....	125

INTRODUÇÃO

Situando o problema da investigação

Na presente dissertação, proponho analisar um processo de produção de conhecimento nascido no meio do movimento sindical, a partir de relações estabelecidas entre dirigentes e intelectuais em um momento de expansão do capitalismo no Brasil, mais especificamente, entre 1955 e 1964.

O processo de produção do conhecimento é tratado aqui como um produto das necessidades dos sujeitos que o constituíram por meio de relações sociais estabelecidas em um determinado contexto histórico. No caso estudado, das necessidades do movimento sindical em deter conhecimentos capazes de legitimar suas posições políticas e ampliar a consciência dos trabalhadores sobre a exploração que avançou sorrateiramente com a inflação.

A investigação teve como foco o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, uma instituição fundada em 22 de dezembro de 1955 que tem o diálogo contínuo entre sindicalistas e intelectuais como base da produção de seu conhecimento.

Com o papel de produzir estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho, o DIEESE se transformou num espaço onde o conhecimento é produzido em um processo que se inicia na necessidade e termina na ação sindical.

Na sustentação técnica de uma determinada posição, na mesa de negociação, no palanque de uma manifestação ou nos arrazoados de um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, é possível perceber no conhecimento ali utilizado a interdependência entre necessidade e ação, bem como entre dirigentes e intelectuais. Uma interdependência que está ligada diretamente ao processo de produção deste conhecimento, que coaduna o rigor científico com necessidade política.

A compreensão do processo de produção de conhecimento, produto das relações estabelecidas entre técnicos e sindicalistas, constitui o problema para esta pesquisa.

A motivação para a elaboração deste estudo está intimamente ligada às minhas experiências na função de assessor sindical no DIEESE.

Foi na assessoria direta ao dirigente sindical que surgiu a necessidade de compreender o processo pelo qual o conhecimento é produzido no DIEESE, pois ainda de maneira não sistemática percebia que se diferenciava do que vivenciei na Universidade. Compreender essa diferença emergiu, então, como problema que deu origem a esta dissertação.

Em “Intelectuais e Sindicalistas – A experiência do DIEESE”, Miguel Wadi Chaia procurou na relação entre conhecimento e ação sindical a chave interpretativa para a análise do DIEESE (CHAIA, 1992, p.12)¹.

Em sua tese, Chaia apresentou um vigoroso levantamento histórico sobre um longo período (1955-1990) de atuação do DIEESE. Realizada a partir de entrevistas com os principais líderes sindicais e intelectuais fundadores do Departamento e criteriosa análise documental de diversos momentos significativos de sua história, sua análise contribuiu para a compreensão do DIEESE enquanto uma instituição política produto de seu tempo.

Partindo da ideia de Martins de que o DIEESE fora resultado do processo de racionalização e burocratização por que passaram o Estado, as empresas e conseqüentemente o movimento sindical brasileiro nas décadas de 1950 e 1960², Chaia explicou a criação do departamento como uma estratégia de racionalidade de classe, que uniu dirigentes sindicais e intelectuais com o objetivo de criar uma instituição capaz de dar respaldo científico às lutas dos trabalhadores.

Em sua análise, Chaia identificou o DIEESE como um produto do momento histórico brasileiro, marcado pelo rápido processo de industrialização e pela

¹ CHAIA, Miguel. **Intelectuais e sindicalistas** – a experiência do DIEESE (1955-1990). São Paulo: Editora Humanidades, 1992.

² Ver MARTINS, H. H. T. S. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979. A autora afirma que “o processo de reformulação das instituições, fundamentado nas ideias de racionalização e modernização atinge, como não poderia deixar de ser, as entidades sindicais. Estas [...] começam a perceber a necessidade de basear suas reivindicações e críticas ao governo em um conhecimento técnico-racional” (p.109) e assim, o DIEESE “foi produto do desenvolvimento econômico e das exigências técnicas e burocráticas que se apresentaram para o Estado, as empresas e as entidades sindicais” (p.77).

transição de um modelo de reprodução social baseado no campo e nas relações tradicionais para um modo de produção predominantemente capitalista.

Naquele momento da história do Brasil, o conhecimento científico, o número calculado, o método e a técnica passaram a ser fundamentais para a defesa deste ou daquele interesse. Foi o momento em que as legitimidades tradicionais começaram a ruir e um processo de racionalização começou a se tornar hegemônico na legitimação das relações de poder³.

Esse foi o momento da história do Brasil em que a manipulação da realidade adentrou os mecanismos de legitimação do poder constituído por meio da tecnocracia, na qual as decisões políticas ganharam a aparência de consenso por estarem endossadas pelo conhecimento científico (CHAIA, 1992, p.73).

Assim, a nova realidade criou aos trabalhadores e, mais especificamente aos dirigentes sindicais, a necessidade de se apossar dos mecanismos de legitimação dos discursos que a nova ordem demandava. “Contra a manipulação ideológica dos números, contrapunha-se a necessidade da veracidade e da objetividade da informação” (CHAIA, 1992, p.53).

Chaia explicou o papel do DIEESE junto ao Movimento Sindical com base em Florestan Fernandes, que tinha como concepção a ideia de uma ciência social com a tarefa de fornecer conhecimento e meios científicos de tratamento dos problemas sociais (1960 Fernandes apud CHAIA, 1992, p.69)⁴.

Segundo Chaia, cabe ao intelectual engajado, por meio do mesmo conhecimento científico a serviço da classe dominante, desvendar as contradições e conflitos da sociedade de classes, explicitando os falsos consensos operados pela tecnocracia (CHAIA, 1992, p.73). Ao desvelar os mistérios que envolvem as relações sociais, a posse do conhecimento científico por parte dos trabalhadores vai

³ Nas palavras de Habermas, racionalização “significa, em primeiro lugar, a ampliação das esferas sociais, que ficam submetidas aos critérios da decisão racional”, mais especificamente se trata do tipo de ação racional relativa a fins penetrando todos os âmbitos da vida. Ele lembra que “na medida em que a técnica e a ciência pervadem as esferas institucionais da sociedade e transformam assim as próprias instituições, desmoronam-se as antigas legitimidades”. (HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 45)

⁴ FERNANDES, F. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1960.

permitir a tomada de consciência da situação de exploração de classe (CHAIA, 1992, p.71).

Para Chaia, o DIEESE é uma das instituições capazes de dotar o movimento sindical dos instrumentos necessários para seu confronto com os outros sujeitos políticos (patronato e Estado) numa realidade em que o discurso técnico-científico se colocou como hegemônico no processo de legitimação do poder.

Essa explicação desenvolvida por Chaia contribuiu para a compreensão do DIEESE e do seu lugar junto ao movimento sindical. Ao reconstruir a história do Departamento e as relações políticas que possibilitaram sua criação, Chaia classificou o conhecimento produzido pelo DIEESE como um produto de uma racionalidade de classe. Porém, ao não explorar o próprio processo pelo qual esse conhecimento foi produzido, Chaia deixou para novas pesquisas a possibilidade de melhor compreender o elemento constitutivo de todo o processo político por ele descrito, qual seja, o próprio conhecimento produzido pelo DIEESE.

Assim, ao dialogar com a reflexão realizada por Chaia, algumas perguntas surgiram:

- Há diferença entre o conhecimento produzido pelo DIEESE em relação ao conhecimento produzido pela academia?

- O conhecimento produzido com a intenção de explicitar o conflito e possibilitar a consciência de classe de sua de exploração é o mesmo que o conhecimento instrumentalizado pela classe dominante?

- Afinal, o que é racionalidade de classe? Existe uma racionalidade do trabalhador?

Inicialmente, amparei-me na concepção de que a posse do conhecimento científico pelos trabalhadores era suficiente para eliminar os mistérios que envolvem as relações sociais. Desta forma, avancei em minhas primeiras reflexões com o objetivo de verificar se o conhecimento produzido pelo DIEESE tinha o método científico como elemento fundamental e, uma vez comprovada essa afirmação, se esse conhecimento realmente cumpria seu papel. Porém, essa primeira abordagem criara uma série de dificuldades que começaram a apontar para uma nova direção.

A cientificidade era possível de ser comprovada e era ela que legitimava o conhecimento produzido pelo DIEESE. O estudo produzido por Chaia já comprovara essa questão. Porém, ter essa cientificidade como pressuposto de todo o conhecimento do DIEESE levava-me a ter como única possibilidade de análise a adequação às regras e normas que caracterizam o conhecimento científico.

A partir de minhas vivências no cotidiano do Departamento e dos primeiros resultados da investigação notei que este pressuposto não contribuiu para desvendar o que estava contido nesse processo rico e elucidador. Em vez disso, percebi que estava aprisionado na superfície do fenômeno com o objetivo limitado a comprovar o status de cientificidade desse conhecimento específico e, a partir dessa confirmação, verificar como ele era apropriado pelo movimento sindical.

Esta primeira incursão sobre o problema levou-me então a outro caminho, o que não significou abandonar a relação do conhecimento científico com essa realidade. O novo caminho, porém, recolocou o problema em que o *status* de conhecimento científico é tão somente um elemento dessa relação na qual as diversas contradições emergem como constitutivas de um processo que é também político.

Assim, o **objetivo desta pesquisa** definiu-se na **compreensão do processo pelo qual o conhecimento é produzido no DIEESE.**

As escolhas metodológicas

A concentração do interesse do pesquisador em determinados problemas, a perspectiva em que se coloca para formulá-los, a escolha dos instrumentos de coleta e análise do material não são nunca fortuitos; todo estudioso está sempre engajado nas questões que lhe atraíram a atenção, está sempre engajado, de forma profunda e muitas vezes inconsciente, naquilo que executa (1992 Queiroz apud BOURGUIGNON, 2006, p. 42)⁵.

⁵ QUEIROZ, M. I. P. O pesquisador, o problema de pesquisa e escolha de técnicas: algumas reflexões. **Caderno CERU**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992. (Textos 3, 2ª série).

Não há como separar o lugar que ocupo, como técnico do DIEESE, do processo que pretendo analisar; um é constituído e constituinte do outro. Como técnico do DIEESE, tentar entender o processo de produção do conhecimento nessa instituição é, em grande medida, analisar como fui formado e como cotidianamente produzo e reproduzo conhecimentos.

Semelhante a um professor que estuda criticamente a prática pedagógica e nesse processo utiliza sua vivência para compreendê-la, transformando assim sua própria prática como educador, esta pesquisa é norteada pelo olhar crítico de uma vivência cotidiana que se transforma a cada novo processo de reflexão realizado.

Além disso, quando o objeto de estudo passa a ser o próprio processo de produção do conhecimento, essa aproximação se intensifica ainda mais. Afinal, ao pesquisar e produzir para esta dissertação, encontro-me num processo de produção de conhecimento similar ao que pretendo analisar.

Para poder lidar com essa realidade, foi necessário buscar uma concepção de conhecimento que compreendesse o pesquisador como um sujeito do processo em desenvolvimento. Uma concepção que tomasse como ponto de partida a realidade enquanto totalidade, da qual pesquisador e objeto pesquisado fossem partes indissolúveis de um mesmo movimento.

Para Kosik, essa concepção é o método materialista do conhecimento da realidade, na qual o que produz a compreensão é:

O movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto. (KOSIK, 2002, p.37)⁶

O materialismo histórico é um processo no qual a realidade é construída como síntese de um movimento que se inicia no empírico, passa pela teoria e retorna à realidade que a valida na ação do conhecer, “quando o conhecido é confrontado com seu ponto de partida através da prática”. (GAMBOA, 2006, p. 103)⁷

⁶ KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

⁷ GAMBOA, S. A. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, I. (org.) **Metodologia de pesquisa organizacional**. São Paulo: Editora Cortez, 2006, p. 93-115.

As pesquisas que têm o materialismo histórico como referência buscam a lógica interna do processo, a dinâmica e as contradições do que é observado que tem como verificação da verdade a própria história, a realidade que se impõe. (GAMBOA, 2006, p. 98)

Além disso, “[...] a realidade a atingir pela análise, a reconstituir pela exposição (síntese), é sempre uma realidade em movimento” (LEFÈBVRE, 1974, p. 36)⁸, fluindo e se transformando, o que faz com que conceitos e estratégias de investigação “que fornecem as categorias de análise, necessitem no processo de investigação, serem revisitadas, e as categorias reconstituídas” (FRIGOTTO, 2006, p. 81)⁹.

Para o materialismo histórico, a própria ciência, produto da ação do homem, é histórica e inserida no movimento das forças sociais, ocupando um papel de mediação entre sujeito e objeto “na qual o homem, como sujeito, vincula a teoria e a prática, o pensar e agir, num processo cognitivo-transformador da natureza” (GAMBOA, 2006, p. 101).

Kosik lembra que, para Marx, a chave metodológica para realizar esse movimento – que vai do concreto para o abstrato e retorna do abstrato à prática – passa pela compreensão de que o método da investigação e o método da exposição, apesar de serem logicamente inseparáveis, são distintos, não podendo ser confundidos.

O início da exposição já é um início mediato, que contém em embrião a estrutura de toda a obra. Todavia, aquilo que pode, ou melhor, deve constituir o início da exposição, isto é o desenvolvimento científico (exegese) da problemática, ainda não é conhecido no início da investigação. O início da exposição e o início da investigação são coisas diferentes. O início da investigação é casual e arbitrário, ao passo que o início da exposição é necessário. (KOSIK, 2002, p.38)

⁸ LEFÈBVRE, Henri. **Lógica forma e lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

⁹ FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia de pesquisa organizacional**. São Paulo: Editora Cortez, 2006, p. 69-90, p. 69-90.

Sendo o início da investigação arbitrário, este passa necessariamente pelo interesse direto do pesquisador, não tendo como separar suas primeiras escolhas no processo de investigação daquilo que o mobiliza.

O início da investigação passa pela escolha de um momento significativo, capaz de sincronizar a pesquisa ao movimento da própria realidade. Mais que um recorte da realidade, cujas partes o investigador disseca e analisa, o momento a ser escolhido é uma porta de entrada para a compreensão da totalidade em transformação.

A investigação de um momento específico passa pela compreensão de que este não somente é parte de um todo, mas também carrega em si os elementos constituintes do próprio todo. É a escolha do momento a ser investigado que permite ao mesmo tempo o início da apropriação da matéria e a análise do desenvolvimento do próprio fenômeno em movimento.

Na escolha do momento significativo nesta pesquisa - capaz de possibilitar a compreensão e a especificidade da produção do conhecimento no DIEESE, para mim foi valioso o conselho de Latour. Ao seguir cientistas e engenheiros, Latour chegou à conclusão de que a melhor porta de entrada para se estudar um conhecimento é a porta dos fundos, ou seja, “a da ciência em construção” (LATOURE, 2000, p. 14)¹⁰. Isto porque quando a caixa preta¹¹ está fechada, pouco tem a nos dizer sobre o processo de sua construção, até porque essas caixas não podem mais ser abertas, pois já são constitutivas de outros novos conhecimentos aos quais são pressupostos. Na melhor das hipóteses são reafirmadas e relegitimadas levando a riscos de falsa interpretação em nome de sua manutenção.

A partir do indicado por Latour ficou claro que o momento pelo qual partiria seria um momento inicial, ou seja, quando ainda não houvesse o conhecimento constituído, mas quando os elementos que viriam a determiná-lo estivessem começando a se colocar em movimento.

¹⁰ LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

¹¹ “A expressão caixa-preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai” (LATOURE, 2000, p.14).

Na história do DIEESE, nenhum outro conhecimento foi tão germinal quanto a construção do Índice de Custo de Vida.

A articulação para a produção de um índice de custo de vida que apoiasse as reivindicações por recomposição das perdas salariais dos trabalhadores foi o que determinou a própria criação do DIEESE. Esta articulação mobilizou forças políticas e econômicas capazes de criar um novo processo em que sindicalistas e intelectuais passaram a se relacionar na produção sistemática de conhecimento.

Além disso, foi o Índice de Custo de Vida (ICV-DIEESE) que conferiu legitimidade, tanto acadêmica quanto na sociedade em geral, a uma série de produções técnicas do DIEESE que se seguiram ao longo das décadas.

Mais do que um simples número, o índice de custo de vida é a expressão de um processo de produção de conhecimento que articulou dirigentes sindicais e intelectuais em torno de uma necessidade concreta da classe trabalhadora: esclarecer a realidade referente aos salários e explicitar o constante processo de arrocho salarial pelo qual passavam os trabalhadores na consolidação do padrão de acumulação tipicamente capitalista no Brasil.

Assim, se o objetivo da pesquisa foi a compreensão do processo pelo qual o conhecimento é produzido no DIEESE, **o objeto de pesquisa escolhido foi o processo de produção do Índice de Custo de Vida (ICV-DIEESE) entre 1955 e 1964.**

A investigação

Tendo o materialismo histórico como método de compreensão, a primeira etapa da pesquisa é a reconstrução histórica da produção do Índice de Custo de Vida do DIEESE. Não sendo a reconstrução histórica o objetivo em si desta pesquisa, mas parte do método utilizado para sua análise, cabe, então, a partir da história analisar os múltiplos processos que constituíram esse índice e que dele derivaram.

Como ferramentas, a investigação valeu-se de pesquisa bibliográfica, análise documental, leitura de entrevistas realizadas para outros projetos, realização de

novas entrevistas com os sujeitos que participaram desse processo e minha vivência cotidiana como técnico do DIEESE.

A pesquisa bibliográfica e a leitura de textos e teses sobre o índice e o momento de sua constituição situaram historicamente o processo e explicitaram elementos, métodos, limitações e dificuldades da sua constituição.

A pesquisa documental¹² consistiu no levantamento e leitura dos documentos internos e de divulgação externa do DIEESE e de entrevistas transcritas para outros projetos. Sua análise possibilitou a verificação da sistematização do processo e dos mecanismos de difusão do conhecimento produzido, norteou a delimitação do objeto, contribuiu para a compreensão do fenômeno e auxiliou na estruturação do roteiro das novas entrevistas a serem realizadas¹³.

Ao todo, foram recuperadas quatro entrevistas originais que fizeram parte da pesquisa realizada por Chaia para seu livro “Intelectuais e Sindicalistas – A experiência do DIEESE” e quarenta e quatro entrevistas realizadas para o projeto Memória – 50 anos de DIEESE. No geral, foram lidas e sistematizadas as falas de trinta e quatro técnicos do DIEESE e quatorze dirigentes sindicais¹⁴.

O retorno às pessoas que foram protagonistas desse processo se deu a partir da realização de novas entrevistas. Essas entrevistas recolocaram a questão sobre a história do DIEESE e sobre a produção do ICV-DIEESE a partir do objetivo da pesquisa, ou seja, com o foco no processo de produção do conhecimento.

A técnica utilizada para as entrevistas situou-se no meio termo entre aquilo que Severino classificou como entrevistas não diretivas e entrevistas estruturadas (SEVERINO, 2007, p.124-125), uma vez que para sua realização foram montados roteiros semiestruturados com questões abertas, ao mesmo tempo em que se

¹² SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007. “[...] as pesquisas documentais têm como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise”. (p.122-123)

¹³ Os documentos pesquisados estão apresentados no anexo I.

¹⁴ A lista das entrevistas recuperadas consta no anexo II.

procurou estabelecer um diálogo descontraído com a intenção de deixar o entrevistado livre para contar sua história na instituição¹⁵.

A estratégia foi guiar o diálogo entre pesquisador e entrevistado e estimular o depoente a dialogar com o objeto da pesquisa. As questões que fizeram parte do roteiro foram formuladas a partir dos objetivos da investigação com base na leitura das entrevistas já realizadas por outros projetos e pela análise documental levantada¹⁶.

Na definição das pessoas que deveriam ser entrevistadas, optou-se pela seleção gradual a partir do desenvolvimento da investigação. Desta forma, seguiu-se a seguinte ordem de entrevistas:

Primeiro foi entrevistada a professora Lenina Pomeranz, ex-diretora-técnica do DIEESE entre 1961 e 1963, que participou do primeiro processo de montagem do índice de custo de vida em 1957.

Como segundo momento, identificou-se a necessidade de entrevistar a professora Heloísa Teixeira de Souza Martins, ex-diretora-técnica entre 1966 e 1968, pelo seu papel desempenhado na reabertura do DIEESE após o golpe de 1964, por sua estreita relação com os dois primeiros intelectuais ligados ao DIEESE, José Albertino Rodrigues e Azis Simão, e por ter sido, junto com José Albertino Rodrigues, a primeira a desenvolver uma reflexão acadêmica sobre o movimento sindical a partir da realidade vivida no cotidiano do DIEESE.

A escolha de entrevistar Walter Barelli, ex-diretor-técnico do DIEESE entre 1968 e 1990, se deu por ele ter sido quem mais tempo esteve à frente do DIEESE como diretor-técnico e cuja gestão vivenciou o principal momento de legitimação do ICV-DIEESE no processo de questionamento do índice oficial do governo militar. Além disso, foi em sua gestão que o DIEESE viu nascer um conjunto de novas pesquisas que tinham o ICV como parâmetro, com destaque para o cálculo da cesta básica, do salário mínimo necessário e da pesquisa de emprego e desemprego (PED-DIEESE).

¹⁵ As entrevistas foram gravadas e transcritas para que fosse possível a análise das informações ali contidas.

¹⁶ Os roteiros utilizados para a realização das entrevistas constam do anexo III.

Por fim, a minha vivência como técnico do DIEESE precisa ser considerada como parte integrante de todo o processo. Não há como separar o que vi e vivi do que compõe a investigação.

A exposição

Além desta introdução, compõem essa dissertação quatro capítulos: um teórico, dois temáticos e uma conclusão.

O capítulo 1 traz os pressupostos teóricos da pesquisa, com ênfase na concepção do conhecimento como um processo prático, social, histórico e dialógico. O capítulo 2 tem como foco a origem e o processo de produção do conhecimento analisado e se divide em quatro subcapítulos:

1. “O momento histórico e a criação do DIEESE”: situo o leitor no contexto histórico entre 1955 e 1964 em que o DIEESE foi criado e no qual o processo de produção do Índice de Custo de Vida dos trabalhadores se desenvolveu;
2. “A necessidade como um imperativo do conhecimento: as motivações que levaram à produção do ICV-DIEESE”: analiso quais motivações levaram a iniciar o processo de produção do Índice de Custo de Vida dos trabalhadores, tendo como elemento mobilizador as necessidades de dois sujeitos diferentes, dirigentes sindicais e intelectuais;
3. “Relações entre conhecimentos: Índice Ponderado de Custo de Vida da Classe Operária e o Cálculo Sindical do Custo de Vida dos trabalhadores”: procuro compreender o processo que levou à produção do Índice de Custo de Vida do DIEESE em relação aos conhecimentos já produzidos nesta área, com especial atenção ao confronto entre o cálculo da Prefeitura de São Paulo e as primeiras experiências sindicais de levantamento de preços;
4. “O conhecimento como produto de relações sociais: os sujeitos que produziram o índice de custo de vida do DIEESE”: identifico os

conhecimentos, as relações sociais e os diálogos que cada um dos sujeitos trouxe para esse processo.

No capítulo 2, analiso a estratégia utilizada pelos sujeitos que produziram o Índice de Custo de Vida para transformá-lo em instrumento de ação política e mobilizador de novos processos de produção de conhecimento. Esse capítulo divide-se em dois subcapítulos:

1. “A assessoria enquanto práxis”: identifico como o lugar ocupado pelo DIEESE na assessoria aos dirigentes sindicais foi fundamental para o diálogo entre dirigentes e intelectuais. Esse diálogo conferiu movimento ao conhecimento produzido pelo índice por meio da percepção do dirigente sindical das perdas salariais dos trabalhadores;
2. “A difusão do conhecimento”: analiso a estratégia do DIEESE para a divulgação do índice por meio de publicações que se tornaram instrumentos de reflexão e geração de novos conhecimentos demandados por uma conjuntura em transformação.

Por fim, a conclusão sumariza os principais pontos desenvolvidos pela dissertação, conclui as reflexões realizadas, bem como aponta para novas questões que surgiram no desenvolver dos trabalhos e que poderão ser objeto de novos estudos.

**1 O CONHECIMENTO COMO UMA PRODUÇÃO PRÁTICA,
SOCIAL, HISTÓRICA E DIALÓGICA: UMA ESCOLHA
TEÓRICA**

1.1 Uma concepção de conhecimento

A escolha do materialismo histórico como método para a compreensão de um processo específico de produção do conhecimento não é somente uma escolha metodológica, mas principalmente uma escolha teórica que define a forma pela qual se observa e se compreende a realidade.

Sua definição não se dá por acaso, mas sim pelo fato de ir ao encontro do movimento do próprio processo em estudo. Tentar compreender como o DIEESE surgiu a partir da produção de um conhecimento específico vinculado a uma realidade histórica determinada e produto de uma relação social entre diferentes segmentos sociais demandou arcabouço teórico capaz de superar a cisão entre sujeito e objeto, entre fragmento e totalidade, entre indivíduo e coletividade, entre teoria e prática.

O materialismo histórico não é só um método para a análise da realidade, é antes de tudo, uma concepção de conhecimento que coloca no centro o homem como ser cognoscente que, em relação com o mundo que o cerca, aprende, conhece, produz conhecimento e nesse processo se realiza enquanto sujeito histórico.

Segundo Lefèbvre, o conhecimento é um fato indiscutível: “desde a vida prática mais imediata e mais simples, nós conhecemos objetos, seres vivos, seres humanos” (LEFÈBVRE, 1983, p. 49).

É no mundo e em relação com este mundo, com a natureza e com os demais seres humanos, que conhecemos a realidade que nos cerca e, assim, produzimos conhecimento. Um conhecimento que não é produto de um ser abstrato, mergulhado em si próprio, mas de um sujeito histórico que é chamado incessantemente a lidar com suas necessidades.

Para o materialismo histórico, o homem e o mundo são os elementos primordiais para a produção do conhecimento, pois, independente de nossa consciência, a natureza, os objetos e os homens existem no mundo e pela interação com eles nos apropriamos da realidade e a conhecemos.

O homem normal, que não passou por um asilo de loucos nem por uma escola de filósofos idealistas, admite a existência da natureza, do mundo, das coisas independentemente de nossa sensação, de nossa consciência, de nosso eu e do homem em geral. A prática cria em nós essa convicção de que existem em volta de nós objetos e outros seres humanos, e não simples agrupamentos de nossas sensações. O materialismo põe expressamente, na base de sua teoria do conhecimento essa convicção ingênua, prática, de todos os seres humanos (LEFÈBVRE, 1983, p.62).

O homem busca o provimento de suas necessidades em relação prática com a natureza e com os outros homens. Nesta relação, produz não só aquilo que necessita para sua existência material e social, mas também as categorias para a compreensão do mundo que o cerca. Assim, conhece a realidade e em interação com ela transforma e se transforma, produzindo nesse processo sua realidade, sua história e seu conhecimento.

O homem só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático (KOSIK, 2002, p. 28).

O conhecimento é um fato porque é inerente ao processo de produção da realidade humana e do homem enquanto sujeito histórico. Enquanto fato, esta relação do homem com a natureza na busca de superar suas necessidades, segundo Lefèbvre, configura a primeira característica geral do conhecimento: a prática. "Antes de elevar-se ao nível teórico, todo conhecimento começa pela experiência, pela prática. Tão somente a prática nos põe em contato com as realidades objetivas" (LEFÈBVRE, 1983, p.49).

Ao definir a prática como uma característica geral do conhecimento, o materialismo histórico se contrapõe a toda uma concepção que compreende o conhecimento como um produto abstrato, descolado do mundo material e produto de um outro plano ideal e perpétuo. O materialismo histórico define como base de toda

sua concepção a realidade, o movimento do homem real em busca de sua sobrevivência e de sua vivência em relação aos outros e ao meio em que vive.

Assim sendo, a primeira tarefa para quem busca analisar um processo de produção de conhecimento é tentar compreendê-lo enquanto um movimento prático de um determinado sujeito histórico que busca lidar com uma necessidade concreta e historicamente determinada que, em seu processo de superação, produz um conhecimento específico.

A segunda característica geral do conhecimento é seu caráter humano e social.

Na vida social, descobrimos outros seres semelhantes a nós; eles agem sobre nós, nós agimos sobre eles. Estabelecendo com eles relações cada vez mais ricas e complexas, desenvolvendo nossa vida individual; conhecemos tanto eles quanto nós mesmos. Além disso, esses outros seres humanos nos transmitem - pelo exemplo ou pelo ensino – um imenso saber já adquirido (LEFÈBVRE, 1983, p.50).

O homem que conhece relaciona-se com a natureza e com outros homens à sua volta. Sua vivência não é solitária, suas concepções e suas conclusões não são produtos de uma mente privilegiada e isolada daqueles que o cercam e com ele interagem com o mundo.

Em sua crítica ao que chamou de pensamento metafísico, Lefèbvre explicita a concepção de conhecimento do materialismo histórico. Enquanto para a tradição metafísica, “que postula a separação entre a prática e a teoria, entre a vida e o pensamento”, o conhecimento é resultado de uma inspiração ou de um raciocínio individual de pensadores que acreditavam “sempre estar trazendo a chave para todos os enigmas, de modo que a história do homem e do pensamento desembocavam neles e chegavam com eles a seu ponto terminal”, o materialismo histórico entende o conhecimento como um produto humano, que tem seus elementos principais vinculados à vida real em sociedade. (LEFÈBVRE, 1983, p. 52).

A característica social do conhecimento tem seu fundamento na própria natureza do ser humano e na sua luta cotidiana pela sobrevivência. Produzimos socialmente o conhecimento porque somos seres inconclusos, nascemos dependentes do outro e nos completamos junto com o outro. Nosso saber, nosso

conhecer, se dá a partir das relações que estabelecemos com outros homens com quem aprendemos e nos constituímos enquanto parte de um grupo social específico e da Humanidade em geral.

Nossa própria capacidade de conhecer e de internalizar o processo de conhecimento está vinculada à nossa relação com o Outro. Nossas funções mentais superiores¹⁷ são socialmente formadas e culturalmente transmitidas.

A imaturidade relativa da criança, em contraste com outras espécies, torna necessário um apoio prolongado por parte do adulto, circunstância que cria uma contradição psicológica básica para a criança: por um lado ela depende totalmente de organismos imensamente mais experientes que ela, por outro lado, ela colhe os benefícios de um contexto ótimo e socialmente desenvolvido para o aprendizado (JOHN-STEINER; SOUBERMAN, 1989, p.149)¹⁸.

Desde que nascemos, iniciamos nosso processo de desenvolvimento cognitivo em relação com o Outro, compartilhamos com nosso grupo social o entendimento de nossas experiências concretas. Neste processo, nos apoiamos no saber dos que vieram antes de nós. Desta maneira, nos desenvolvemos, compreendemos o mundo à nossa volta e encontramos respostas às nossas necessidades.

O conhecimento é social por um imperativo da nossa existência e não por uma determinação superior ou por uma ideia absoluta. Produzimos socialmente o conhecimento porque, ao sermos incapazes de sobreviver sozinhos, a vida em sociedade é uma condição para nossa sobrevivência.

Logo, se é no processo prático da luta pela existência que apreendemos o mundo e conhecemos a realidade e, se essa existência está condicionada à vivência social, conhecer e identificar os grupos sociais e os sujeitos que se relacionam na produção de um conhecimento é mais uma tarefa para quem busca compreender o

¹⁷ Expressão utilizada pelo fisiologista russo, Ivan Pavlov, no começo do século XX para designar funções do córtex especialmente linguagem e atividade lógica racional da espécie humana.

¹⁸ JOHN-STEINER, V.; SOUBERMAN, E. Posfácio. In: COLE, M. et al. (Org.). **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores** – L.S. Vygotsky. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1989.

complexo processo pelo qual um conhecimento é produzido. Como o conhecimento não é produto de uma mente individual, da inspiração de um homem isolado, é necessário reconstruir as relações sociais daqueles que produziram o conhecimento em questão para compreendê-lo como parte de todo o conhecimento humano.

Desta relação entre um conhecimento específico com a totalidade do conhecimento humano emerge a terceira característica geral do conhecimento: seu caráter histórico.

Todo conhecimento foi adquirido e conquistado. Há que partir da ignorância, seguir um longo e difícil caminho antes de se chegar ao conhecimento. O que é verdadeiro para o indivíduo é igualmente verdadeiro para a humanidade inteira: o imenso labor do pensamento humano consiste num esforço secular para passar da ignorância ao conhecimento. A verdade não está feita previamente; não é revelada integralmente num momento predestinado. (LEFÈBVRE, 1983, p.51).

O conhecimento é prático e social, e seu caráter histórico deriva do fato de o conhecimento ser parte do processo de produção da realidade humana, não existindo fora dela.

Porém, se todo conhecimento é produto da história, não se pode dizer que toda ação que cria a realidade produza conhecimento. Apesar de produzir a realidade cotidianamente, esta não é imediatamente cognoscível ao homem. Comumente, a realidade lhe aparece de maneira caótica e obscura.

Na busca de prover suas necessidades, o homem organiza e dá sentido à realidade superando as limitações impostas por seus sentidos. Para isso, os momentos essenciais e despreza temporariamente os outros, abrindo mão de compreendê-la.

Quando um homem observa um peixe em uma correnteza e, ao tentar capturá-lo este lhe escapa à mão, não é que o peixe não estava ali, mas que sua percepção sensível não lhe permitia ver o lugar exato onde o peixe estava. Com a prática, o homem aprende a capturar o peixe. A ação supera as limitações de seus sentidos e rompe a contradição entre a percepção e a realidade. Porém, isso não significa que tenha compreendido a essência do fenômeno. Ao não refletir sobre sua ação, o homem que captura o peixe é incapaz de perceber as interações entre sua visão e a luz que incide sobre o peixe submerso. Assim, não consegue transpor

aquilo que sabe sobre aquela situação para outra ação; logo, não produziu conhecimento.

Segundo Kosik :

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (KOSIK, 2002, p. 15).

O movimento que vai da percepção do fenômeno em direção à compreensão da essência por meio da reflexão sobre a ação é, para Kosik, o movimento da produção do conhecimento. Por meio da reflexão sobre o agir distinguem-se o fenômeno e a essência. Isto possibilita verificar as relações que compõem a totalidade equiparando-se ao movimento da prática e, assim, desvendando o que está oculto pela aparência do fenômeno.

Pela reflexão o conhecimento reproduz conceitualmente a realidade e a compreende. No movimento de superação do sensível, o processo de produção do conhecimento, que é prático e social, se equipara à própria ação e assim se caracteriza como histórico.

A realidade é interpretada não mediante a redução a algo diverso de si mesma, mas explicando-a com base na própria realidade, mediante o desenvolvimento e a ilustração das suas fases, dos momentos do seu movimento. (KOSIK, 2002, p. 35).

O conhecimento é histórico porque é parte constitutiva da realidade que desvenda, segue seu movimento e se transforma junto com a própria sociedade da qual é parte indissolúvel.

Assim, o processo pelo qual o conhecimento é produzido não pode estar apartado daquilo que o caracteriza, ou seja, da existência humana que não é muda e

silenciosa. “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. (FREIRE, 2005, p. 90)¹⁹.

É desta constatação que surge a quarta característica do conhecimento: a dialogicidade.

Como prática, o conhecimento é produzido pelo ato de prover a vida. Sendo sócio-histórico, se faz por meio das relações dos homens com outros homens e com o mundo. Nesse processo, a produção do conhecimento se realiza como diálogo.

Segundo Freire:

[...] o ato de conhecer é uma tarefa de sujeitos e não de objetos[...]. Daí que a função gnosiológica não pode ficar reduzida à simples relação entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível. Sem a relação comunicativa entre sujeitos cognoscentes em torno do objeto cognoscível desapareceria o ato cognoscitivo. (FREIRE, 1983, p.44)²⁰.

O processo de produção do conhecimento não se encerra em uma relação sujeito-objeto. Sem a interação com outros sujeitos o ato de conhecer esvazia-se de humanidade e desaparece enquanto processo.

Não se produz o conhecimento de modo isolado, uma vez que concretamente não há a figura do homem completamente só. Mesmo em sua ilha, Robinson Crusóé estava imerso em todas as relações que historicamente o produziram e, seja qual for o conhecimento que gerasse, não haveria como não estar ligado à história da humanidade.

Mesmo quando sozinho em seu laboratório ou em sua sala de estudo, o homem dialoga.

No momento mesmo em que pesquisa, em que se põe como um sujeito cognoscente frente ao objeto cognoscível, não está senão aparentemente só. Além do diálogo invisível e misterioso que estabelece com os homens que, antes dele, exerceram o mesmo ato cognoscente, trava um diálogo também consigo mesmo. Põe-se diante de si mesmo, indaga, pergunta a si mesmo. (FREIRE, 1983, p. 54)

¹⁹ FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

²⁰ FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Isolado do mundo e dos homens, o diálogo se esgota, a curiosidade em torno do objeto cognoscível e a capacidade geradora de novos conhecimentos arrefece. “Daí a necessidade que tem de ampliar o diálogo – como uma fundamental estrutura do conhecimento – a outros sujeitos cognoscentes”. (FREIRE, 1983, p.54)

É em diálogo que o conhecimento produzido sobre um objeto é “re-admirado” por outro sujeito cognoscente que o critica e, nesse processo, verifica-se a necessidade de se conhecer mais e melhor. É pelo diálogo que sujeitos cognoscentes “ad-miram” e “re-ad-miram” o objeto cognoscível.

Sem o outro, sem o diálogo crítico, o conhecimento se desliga do processo humano que o criou, perde significado e deixa de ser conhecimento no sentido que embasa a concepção que trabalho neste estudo.

Por isso, para Freire é uma exigência do processo de produção do conhecimento – além do sujeito que pensa e do objeto pensado – a existência de outro sujeito pensante.

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário (FREIRE, 1983, p. 45).

Logo, para esta dissertação, que busca compreender um processo de produção de um conhecimento, é fundamental compreendê-lo como algo humano que emerge, social e historicamente, a partir da vida prática, transforma e é transformado pela realidade em constante movimento, sendo fundamental para sua investigação a identificação dos diálogos estabelecidos entre os sujeitos que partilharam a produção do conhecimento.

2 PRODUZINDO UM CONHECIMENTO

ORIGENS E PROCESSOS

2.1 O momento histórico e a criação do DIEESE

2.1.1 Contexto político-econômico

A compreensão da produção do conhecimento que dá origem ao índice de custo de vida do DIEESE passa pela apreensão deste conhecimento como parte das transformações vividas pela realidade sindical e pela sociedade brasileira em um determinado momento histórico.

Analisando sob a ótica das grandes transformações, como foi realizado por Chaia, o surgimento do DIEESE não pode ser isolado das transformações ocorridas no Brasil com a aceleração da industrialização, da urbanização e o fortalecimento do Estado nacional a partir dos anos de 1930²¹.

É o momento do avanço do modo de produção essencialmente capitalista sobre as formas anteriores de produção e reprodução social e, junto com ele, de uma nova racionalidade baseada no conhecimento científico.

Ao mesmo tempo, foi o momento de consolidação do Estado brasileiro enquanto indutor das transformações econômicas e sociais e mediador das relações entre as classes dominantes tradicionais e as classes que emergiam com a industrialização.

Especificamente, a constituição do DIEESE se deu em meio às contradições vividas pela sociedade brasileira em um curto período compreendido entre 1945 e 1964. Nesta etapa, a democracia, precedida e sucedida por períodos de ditadura (o Estado Novo, entre 1937 e 1945, e a ditadura militar, entre 1964 e 1985), aflorou enquanto possibilidade e sucumbiu em meio às suas fragilidades²².

²¹ Sobre a abordagem de Chaia, ver a introdução desta dissertação.

²² Para esse período, em especial no que se refere à história sindical, ver Martins (1979); RODRIGUES, J. A. **Sindicalismo e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

Foi o período sob a égide da Carta Constitucional de 1946, de característica liberal-democrática, que em seus 222 artigos restabeleceu o governo republicano, o pluripartidarismo e concedeu maior autonomia a Estados e Municípios. Ao garantir eleições diretas, com voto secreto para o Executivo e o Legislativo trouxe como novidade o direito da mulher ao voto e restaurou as garantias individuais e coletivas.

Sob o Governo Dutra – entre 1946 e 1950 – assistiu-se, no plano internacional, à eclosão da chamada “Guerra Fria”, período de acirramento das tensões entre os polos capitalistas, sob a liderança dos EUA, e comunistas, em torno da URSS, em que o mundo se encontrava dividido. As potências, outrora aliadas para combater o nazi-fascismo, nesse período disputavam áreas de influência pelo mundo, conjuntura que marcou decididamente o período em análise.

Em disputa pela hegemonia global, travada nos planos políticos, econômicos e culturais do mundo, EUA e URSS participaram indiretamente dos diversos conflitos geopolíticos do período e interferiram decisivamente na política interna da grande maioria dos países, entre os quais o Brasil.

O período 1946-1964, no que se refere à organização partidária brasileira, pode ser resumido num pluripartidarismo dominado por três grandes legendas organizadas no final do Estado Novo: de um lado, PSD e o PTB, criados por Vargas para arregimentar seus partidários junto à elite (PSD) e as massas populares (PTB) e de outro a UDN francamente em oposição a tudo que representasse o getulismo.

Denominado por Boris Fausto como Período Democrático, os anos compreendidos entre outubro de 1945 e 1º de abril de 1964, também ficaram conhecidos como o período liberal-populista.

Foi primeiro sob a liderança de Vargas e depois de seus herdeiros, em especial João Goulart, que o populismo avançou no Brasil.

O populismo foi um fenômeno político da sociedade brasileira urbanizada e em industrialização, na qual o povo, enquanto designação de massa, se incorporou ao processo político por meio da exaltação de uma liderança carismática identificada como a imagem desejada para o Estado (Weffort, 1980, p. 28)²³.

²³ WEFFORT, F. C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Weffort caracteriza o populismo brasileiro como uma alternativa política em um momento histórico no qual cada uma das diversas forças não detinha poder individual suficiente para se impor como classe dominante. Ao mesmo tempo, as classes populares, percebidas e temidas pelos grupos dirigentes, não estavam organizadas política e ideologicamente para pressionar por uma participação mais efetiva (GOMES, 1996, p.8)²⁴. Nessa configuração, abriu-se o caminho para a liderança individual, que passou a se confundir com o próprio Estado.

Imerso em um equilíbrio frágil entre as classes dominantes, o líder carismático buscou sustentação e legitimidade nas classes populares desorganizadas. Para tanto, procurou atender a demandas reais da população e, ao mesmo tempo, criou as condições do controle do Estado sobre essas mesmas massas.

Ligada ao populismo, outra característica deste período foi a ideologia nacionalista que, de certo modo, aglutinou e definiu alianças entre diferentes grupos sociais. O nacionalismo, mais do que uma simples posição em defesa dos interesses da nação, constituiu-se em uma mentalidade nacional para o desenvolvimento que definiu as diferentes posições dos grupos políticos e sociais brasileiros. Não apenas exigiu reconhecimento como ideologia dominante, como obrigou a explicitação das demais posições políticas.

Os nacionalistas tinham como bandeira a defesa dos interesses nacionais e o desenvolvimento da indústria como base de um sistema econômico independente do capitalismo internacional. Não negavam a necessidade dos investimentos estrangeiros, mas defendiam que estes não deveriam penetrar em áreas estratégicas como a siderurgia, o petróleo, os transportes e a comunicação. Caberia ao Estado a responsabilidade de investir nesses setores, garantindo, assim, a soberania nacional.

Sua expressão mais acabada teve como centro de discussão e desenvolvimento o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, criado em 1955, que exerceu papel fundamental na administração de Juscelino Kubitschek.

No que se refere à economia, o período 1946-1964 viveu o final do processo

²⁴ GOMES, A. M. C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro: Editora da UFF, v.1. n. 2, p. 31-58, 1996.

de industrialização restringida e a primeira etapa do que se chamou de industrialização pesada.

O conceito de industrialização restringida justifica-se porque, neste período, apesar de já ter ocorrido significativo deslocamento do eixo econômico agroexportador para a indústria fabril, as bases técnicas e financeiras da acumulação ainda eram insuficientes para a implantação acelerada do núcleo fundamental da indústria de bens de capital. Este núcleo permitiria à capacidade produtiva nacional crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial. (CARDOSO DE MELLO, 1982, p.110)²⁵

Com o Governo Dutra (1946-1950) assistiu-se, num primeiro momento, a uma inflexão do modelo nacionalista em direção ao liberalismo. Nesta etapa, houve o aumento significativo do volume de importações que consumiram grande parte das reservas internacionais acumuladas no período da Segunda Guerra Mundial, sem trazer resultados econômicos favoráveis.

Já em finais de 1947, a orientação econômica do governo retornou em termos de maior interferência do Estado na definição das licenças de importação, privilegiando bens de capital em detrimento da importação de bens de consumo. Além disso, a moeda brasileira, mantida valorizada em relação ao dólar, favoreceu a produção para o mercado interno, o que estimulou a indústria e o crescimento econômico. Calcula-se que entre 1948 e 1950 o PIB cresceu em média 8% ao ano (FAUSTO, 1999, p. 403)²⁶.

Com o retorno de Vargas ao poder em 1951, o governo central focou sua política econômica no desenvolvimento econômico com ênfase na industrialização. Investimentos públicos foram realizados no sistema de transporte, energia, marinha mercante e no sistema portuário.

Em 1952, criou-se o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), com a função de financiar a aceleração do processo de diversificação industrial e, em 1953, foi criada a Petrobrás. Porém, junto à dinamização da economia

²⁵ CARDOSO DE MELLO, J.M.C. **O capitalismo tardio**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

²⁶ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

caminhava o aumento da inflação, que explicitava as deficiências da economia brasileira em transformação²⁷.

Com o suicídio de Vargas e a eleição de Juscelino Kubitschek, iniciou-se a primeira etapa do que se convencionou chamar de “industrialização pesada”.

A industrialização pesada marcou definitivamente o aprofundamento da divisão social do trabalho e colocou a indústria no centro dinâmico da economia brasileira. Foi nesse período que um conjunto de investimentos complementares ampliou a capacidade industrial à frente da demanda alterando a estrutura produtiva do País e instaurando um novo padrão de acumulação capitalista no Brasil. (BRAGUETO, 2008, p. 15)²⁸.

Esse impulso no processo industrial brasileiro foi marcado pelo Plano de Metas do Governo JK, que abrangeu 31 objetivos distribuídos em seis grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília, sendo que os setores de energia, transportes e indústrias de base corresponderam a 93% dos recursos alocados. (FAUSTO, 1999, p. 425).

Ao mesmo tempo em que promoveu uma ampla atividade do Estado, tanto no setor de infraestrutura como no incentivo direto à industrialização, o Governo JK procurou atrair capitais estrangeiros ao Brasil. Com a recuperação da Europa, esses capitais deslocaram-se para as economias da periferia capitalista, disseminando a industrialização através de investimentos produtivos voltados para a realização das máximas rentabilidades marginais, isto é, da maximização de lucros (BRAGUETO, 2008, p. 16).

O resultado do Plano de Metas e do processo de industrialização pesada foi impressionante. Entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial cresceu 80% em termos reais, e o PIB entre 1957 e 1961 cresceu a taxas anuais médias de 7% (FAUSTO, 1999, p. 427).

²⁷ Para fins dessa dissertação, a questão da inflação será debatida nos capítulos seguintes.

²⁸ BRAGUETO, C. R. **Desenvolvimento do capitalismo no Brasil e industrialização**. Jun. 2008, Mimeo.

O símbolo dessa etapa foi a indústria automobilística que, em 1960, último ano do Governo JK, produziu 133 mil veículos, suficiente para suprir toda a demanda brasileira.

Nesse período, o vultoso investimento estatal em infraestrutura e nas indústrias de base e os incentivos liberados para o capital privado foram financiados, fundamentalmente, de forma heterodoxa, através da mobilização de recursos financeiros (emissões de moeda e, até 1959, confisco cambial), que não se sustentaram no governo seguinte.

Entre 1962 e 1964, viveu-se uma queda acentuada do crescimento da economia (de 5,3% em 1962 para 1,5% em 1963) associada à aceleração da inflação que corroía o poder de compra da população.

Maria da Conceição Tavares afirma que a crise econômica desse período foi o resultado da convergência de fatores de ordem cíclica, relacionados com a conclusão do volumoso pacote de investimentos públicos e privados iniciados em 1956/57 e com deficiências estruturais que precisavam ser corrigidas, como a concentração fundiária, a falta de capital e o desequilíbrio nas relações comerciais com o exterior²⁹.

Uma das tentativas de se corrigir as deficiências estruturais da economia brasileira nesse período foi o Plano Trienal proposto por Celso Furtado, à época Ministro do Planejamento. No entanto, Furtado estava politicamente enfraquecido, e o governo Jango não teve condições de sustentar as mudanças necessárias. Isso contribuiu para o desfecho do dia 1º de abril de 1964: o golpe militar.

2.1.2 Contexto político-sindical

No que se refere à relação capital-trabalho, o período manteve a estrutura montada pelo Estado Novo, da qual a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e o modelo sindical nela estruturado constituíram a espinha dorsal.

A CLT, publicada em 1º de maio de 1943 como Decreto-Lei nº 5.452, pode ser definida como uma “extensa e detalhada relação de normas, envolvendo as

²⁹ TAVAREZ, M.C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

condições de contratação, remuneração e trabalho em geral” (AMORIM, 2007, p. 98)³⁰ que organizou em uma única peça legislativa todo o arcabouço legal sobre o trabalho implantado desde o início da década de 30.

Do ponto de vista político, mais do que uma compilação de decretos, a CLT foi a consagração de uma política na qual a ideia de harmonia de classe sob a tutela do Estado se consolidou³¹.

Com relação à organização sindical, a CLT definiu o surgimento, a estrutura de funcionamento e os limites de atuação sindical, consolidando a figura do Ministério do Trabalho como um órgão central no sistema de relações de trabalho brasileiro conferindo-lhe a competência para a concessão da carta sindical, ou seja, a concessão da legalidade de uma entidade sindical. Para dirimir os conflitos, percebidos como um equívoco que cabe ao Estado corrigir, a CLT conferiu à Justiça do Trabalho o papel de árbitro das relações entre capital e trabalho.

Ao manter a figura da contribuição sindical³² como meio financiador da estrutura sindical, a CLT implantou uma das formas mais eficientes de controle dos sindicatos: a dependência econômica. Garantindo recursos financeiros independentes de representatividade, a CLT relegou à filiação voluntária dos trabalhadores e sua conseqüente participação no processo um papel coadjuvante em um momento histórico do qual deveria ser protagonista.

Assim, limitadas pelo arcabouço legal por uma política de repressão aos que não se enquadravam e financiadas pelo Estado, as organizações sindicais daquele período pouco atuaram no cenário político nacional até 1945, tornando-se organismos tolerados desde que se contidos dentro de suas atribuições legais (RODRIGUES, 1979, p. 19).

³⁰ AMORIM, W.A.C. **A evolução das organizações de apoio às entidades sindicais brasileiras : um estudo sob a lente da aprendizagem organizacional.** 2007. 430 p. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

³¹ Sobre essa discussão, ver Martins (1979) e Rodrigues (1979).

³² A contribuição sindical é um recolhimento obrigatório cobrado no mês de março de cada ano de cada trabalhador com carteira assinada. O valor arrecadado corresponde a um dia de trabalho do trabalhador. O montante arrecadado é distribuído posteriormente aos sindicatos, federações e confederações e ao Ministério do Trabalho (BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943:** Aprova a consolidação das leis do trabalho. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102344>).

No entanto, se as medidas implantadas pelo Estado Novo estruturaram as relações de trabalho no Brasil pós ditadura getulista, elas não foram as únicas variáveis a definir a organização sindical daquele período³³.

Com o final da Segunda Guerra Mundial e a vitória dos Aliados ante o nazifascismo, o cenário nacional e internacional reconfigurou-se e enfraqueceu a sustentação política de uma ditadura como o “Estado Novo”. Ao mesmo tempo, com a União Soviética reorientando as ações dos PC’s pelo mundo para apoiar os governos de seus países que estiveram na frente antifascista, o PCB se aproximou de Vargas. “Era preciso estender a mão ao inimigo da véspera, em nome das ‘necessidades históricas’” (FAUSTO, 1999, p.386).

O ano de 1945 é importante para a compreensão do movimento sindical no período, pois marcou o retorno à legalidade do PCB, a fundação do PTB e a aproximação destes com o movimento dos trabalhadores³⁴.

Embora a aproximação entre os dirigentes ligados ao PCB e aos próximos a Vargas não tenha alcançado seu objetivo aparente³⁵, contribuiu para a reorganização do movimento sindical, criando em abril de 1945 o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), uma organização intersindical e intersetorial diversa do definido na CLT³⁶.

³³ Sobre esse período, ver Martins (1979); Rodrigues (1979); CANEDO, L. B. **O sindicalismo bancário em São Paulo**. São Paulo: Símbolo, 1978 e MATTOS, M. B. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

³⁴ Em uma tentativa de se manter no poder, Vargas buscou o apoio das massas populares urbanas, tendo como plataforma a defesa dos direitos trabalhistas definidos pela CLT por meio da ação do Ministério do Trabalho e dos dirigentes sindicais ligados ao PTB e de seu recente aliado, o PCB.

³⁵ A aproximação entre o PCB e o PTB no final do Estado Novo (1945) se deu em um momento de reestabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e URSS e a legalização do PCB. Sua principal ação foi o movimento que ficou conhecido como “queremismo”. Em conjunto com os trabalhistas, os comunistas saíram às ruas em defesa da instalação da Assembleia Nacional Constituinte com a manutenção de Getúlio Vargas no poder. Procuravam, além da manutenção de Vargas no poder ao longo do processo de abertura, criar as condições para a candidatura de Vargas à presidência nas eleições de dezembro de 1945. Com a deposição de Vargas em outubro de 1945, o “queremismo” foi derrotado. Sobre este período, em especial, no que se refere ao PCB, ver SILVA, F.T.S.; Santana, M. A. O equilibrista e a política: o partido da Classe Operária (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)** - As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2; RODRIGUES, L. M. O PCB: os dirigentes e a organização. **História Geral da Civilização Brasileira**, São Paulo: Difel, n. 10, v. 3, 1981.

³⁶ Sobre o MUT ver Mattos (2003), Canedo (1978) e WEFFORT, F. C. Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 4, p. 67-105, 1973.

Embora o MUT tenha sido o resultado de uma incipiente e frágil aliança entre comunistas e varguistas, foi fruto das contradições de um momento em que a classe operária emergia enquanto ator social e o Estado se consolidava enquanto mediador das relações entre capital e trabalho.

Por meio do MUT articulou-se um conjunto de movimentos grevistas no início de 1946: “sessenta greves somente nos seus dois primeiros meses [de 1946]. Em meados de fevereiro, o jornal paulista Folha da Manhã estimava em cerca de 100 mil o número de operários em greve no Estado” (MATTOS, 2003, p. 31)³⁷.

Porém, com a eleição de Dutra para a presidência da República iniciou-se uma fase de endurecimento em relação ao movimento sindical, em especial ao MUT, fortalecendo a estrutura definida pela CLT. Em 15 de março de 1946, foi publicado o Decreto-lei 9.070 que regulamentou os dispositivos repressivos previstos na legislação, dotando o Estado de mecanismos legais para a limitação do direito ao exercício da greve, para a cassação de lideranças sindicais e para a intervenção nos sindicatos.

Em meio à repressão que se estabeleceu, ainda em 1946, as duas correntes dominantes no movimento sindical – comunistas e varguistas/ministerialistas – realizaram por meio do MUT o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil em setembro do mesmo ano.

Rodrigues descreve assim o congresso:

[...] Sua realização se fez mediante a ação unitária das duas correntes dominantes: a comunista e a que poderíamos chamar de "ministerialista". A corrente comunista, liderada pelo então deputado João Amazonas, pretendia a formação de federações ecléticas de âmbito federal e a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores. A corrente contrária, orientada por assistentes técnicos do Ministério do Trabalho, defendia a formação de federações estaduais ou regionais, mais específicas. A 19 e 20 de setembro reuniu-se no Campo do Vasco da Gama o plenário (estavam credenciados 1.752 delegados representando 1.499 entidades sindicais, número este que nos parece exagerado, pois as estatísticas da época registram menos de mil sindicatos de empregados); verificou-se a cisão quando da discussão do tema da 1ª Comissão — Unidade Sindical e Autonomia Sindical. Um grupo retirou-se do plenário e dirigiu-se ao Ministério do Trabalho, solicitando ao Ministro que encerrasse o Congresso, o que foi feito.

³⁷ Portuários em Santos, ferroviários em diversas cidades, têxteis em São Paulo e a greve nacional dos Bancários são movimentos importantes desse período.

O outro grupo (comunista e seguidores) continuou o congresso na sede do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro: aí se decidiu a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). O grupo ministerialista solicitou que o Ministério do Trabalho autorizasse a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores, o que foi feito por decreto baseado no art. 536 da CLT. A situação de pluralidade de órgãos de cúpula propiciou uma atuação mais ativa da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, que promoveu a criação de entidades filiadas nos principais centros operários do país, todas elas, porém, fechadas e colocadas na ilegalidade quando se declarou ilegal o Partido Comunista do Brasil [...] (RODRIGUES, 1979, p. 162).

Com a divisão ocorrida no Congresso, os movimentos repressivos em andamento e a cassação do registro do PCB em abril de 1947, o movimento sindical refluíu no jogo político fortalecendo a estrutura oficial construída no Estado Novo³⁸.

Ao mesmo tempo, novos movimentos apareceram no interior das organizações sindicais, dos quais destaca-se a reorganização dos trabalhadores nas unidades de trabalho, principalmente pelas mãos dos comunistas, e o surgimento dos trabalhistas. Assim, configuraram-se as três principais correntes sindicais do período que Rodrigues vai denominar como “competitivo”, uma vez que:

[...] diversas correntes políticas disputa[va]m o controle do movimento sindical, sem que nenhuma delas consegu[is]se senão momentâneos domínios de alguns setores mais importantes (RODRIGUES, 1979, p.22).

Os comunistas, organizados e coesos a partir das determinações do PCB, ganharam espaço no meio sindical a partir das oposições sindicais organizadas junto às unidades de trabalho e, no início da década de 1950, passaram a ocupar as direções dos principais sindicatos e a liderar os principais movimentos grevistas daquele período.

Os ministerialistas, organizados a partir das interventorias do período Dutra, atrelados de maneira orgânica ao Ministério do Trabalho e herdeiros de um modelo

³⁸ Com Dutra intensifica-se o processo de endurecimento e desarticulação do movimento sindical: as entidades sindicais criadas pela CTB são fechadas, as direções ligadas aos comunistas são cassadas, os principais sindicatos sofrem intervenção do Governo Federal e as figuras políticas oriundas do meio sindical e ligadas ao PCB perdem seus mandatos.

que prevalecera por todo o Estado Novo, tinham como base de seu poder o domínio das estruturas oficiais, em especial, as grandes Federações e Confederações de Trabalhadores. Suas relações próximas com as entidades patronais, que também faziam parte da estrutura sindical oriunda da CLT, foram uma importante característica desse grupo de dirigentes, conferindo ao termo “pelego”, para além da ideia de harmonia de classe, o significado de atrelamento aos patrões.

Os trabalhistas, herdeiros diretos da política social de Vargas, em especial dos direitos trabalhistas advindos da CLT, mantinham fortes relações com os órgãos subordinados ao Ministério do Trabalho, que, tal qual os “ministerialistas”, dotavam essa corrente de significativo poder. Porém, diferenciavam-se dos “pelegos” porque buscavam maior independência sindical em relação ao Estado ao optarem pela mobilização dos trabalhadores como forma de intervenção política³⁹.

Com a volta de Getúlio Vargas ao poder, eleito pelo PTB em 1951, com uma plataforma política ancorada em sua relação com as massas populares e de forte apelo nacionalista, a ação sindical retornou e se ampliou para além da relação capital-trabalho, integrando-se às grandes campanhas da época, das quais a mais conhecida foi o “petróleo é nosso”. Configurava-se ali, em termos políticos, o início do embate entre os “nacionalistas” e os “entreguistas”, conflito esse que marcou todo o período e aproximou comunistas e trabalhistas.

Data desse período a abolição do “atestado de ideologia”⁴⁰ para a participação na vida sindical, que trouxe de volta ao cenário político as lideranças excluídas durante o Governo Dutra e abriu a possibilidade do surgimento de novas lideranças, tanto ligadas ao PCB como ao trabalhismo.

³⁹ É comum associar os sindicalistas trabalhistas ao PTB, porém, como demonstrou Benevides, no caso de São Paulo essa relação direta entre partido e dirigentes trabalhistas era muito mais complexa. Pode-se afirmar que dentro do espectro partidário, os trabalhistas se distribuíam em diferentes partidos e se aproximavam politicamente de diferentes lideranças, como foi o caso dos dirigentes janistas e ademaristas. Para maiores detalhes, ver BENEVIDES, M.V.M. **PTB e trabalhismo: Partido, Sindicato e Governo em São Paulo 1945-1964**. São Paulo: Editora Brasiliense, CEDEC, 1989.

⁴⁰ O atestado de ideologia foi instituído em 1943 durante o Estado Novo para impedir que as direções dos sindicatos fossem ocupadas pelos que professasse “ideologias incompatíveis com as instituições ou com os interesses da nação”. O “atestado de ideologia” era fornecido pela polícia que então averiguava se os candidatos a cargos sindicais não tinham ligações, principalmente, com os movimentos comunistas, socialistas e anarquistas.

Entre os dirigentes beneficiados pela nova política sindical de Vargas estava Salvador Romano Losacco, líder da oposição sindical bancária conhecida como União dos Bancários de São Paulo. Já em 1950, Losacco havia derrotado os interventores na eleição sindical para o Sindicato dos Bancários de São Paulo por meio da chapa “Libertadora”, encabeçada pelo vereador da UDN, Milton Marcondes.

Além de Losacco, surgiram nesse período novas figuras, como os metalúrgicos Remo Forli, R. Martinelli e Eugenio Chemp, os tecelões Nelson Rusticci, Antonio Chamorro e Luis Firmino de Lima, os gráficos José Greco e Dante Pellacani, o vidraceiro José Chedink e o marceneiro Salvador Rodrigues que, ao assumirem as direções dos principais sindicatos de São Paulo, retomaram o processo de mobilização dos trabalhadores e as greves. (CHAIA, 1992, p. 40).

Tanto Weffort quanto J. A. Rodrigues vão lembrar que as implicações de redistribuição da renda gerada no processo de rápida industrialização representaram um poderoso incentivo à participação sindical na vida política brasileira. Tal processo foi ao encontro de uma necessidade do modelo político redesenhado pelo populismo. Porém, trouxe em si uma contradição que ajuda a compreender todo o processo de reorganização sindical e ressurgimento dos movimentos grevistas.

Segundo Weffort:

[...] as classes populares em ascenso servem à legitimação do regime na medida em que pressionam através dos políticos populistas, pela sua incorporação política e econômica ao sistema; mas nesse processo de incorporação elas trazem para o cenário político suas insatisfações presentes e, deste modo tendem a converter-se em permanente ameaça ao *status quo*. (WEFFORT, 1980, p.163)⁴¹

A mesma conjuntura de desenvolvimento econômico e aceleração da industrialização ampliava o tamanho e o papel da classe operária, agravava as condições de vida da mesma classe e imputava ao movimento sindical a necessidade de lidar com novas questões, das quais a inflação teve papel central nas mobilizações que levaram às grandes greves da década de 1950.

Sentindo a perda progressiva de seus salários em um ambiente no qual o papel dos trabalhadores figurava como elemento fundamental no equilíbrio político

⁴¹ WEFFORT, F. C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

do segundo governo Vargas, as lideranças sindicais que retornavam ao cenário nacional retomaram as mobilizações suprimidas nos anos anteriores. “Estimativas da época dão conta de 173 greves em todo o país já em 1951” (MATTOS, 2003, p.34)⁴².

Impulsionados pela alta do custo de vida que retornava com força já no início do segundo governo de Getúlio Vargas, em março de 1953, aconteceu a mais importante mobilização dos trabalhadores do período, conhecida como a greve dos 300 mil.

A greve foi deflagrada no setor têxtil, então a principal categoria de trabalhadores de São Paulo, e rapidamente se ampliou para a base dos metalúrgicos, vidreiros, gráficos e marceneiros, atingindo assim os principais setores da economia paulista, já a mais industrializada do País.

Entre choques com a polícia e enfrentamentos com o Tribunal Regional do Trabalho, que, baseado no decreto Decreto-lei 9.070 julgou a greve ilegal, o movimento perdurou por 29 dias com irradiação inclusive para o interior do Estado. Foi necessária a mediação do governador para a solução do conflito, que só se encerrou com a libertação dos operários presos durante o movimento e um conjunto de acordos salariais fechados setorialmente ⁴³.

As conquistas salariais garantidas pelos acordos não foram as únicas vitórias desse movimento. Após a greve dos 300 mil, em 1953, surgiu um movimento de unidade intersindical entre os trabalhadores.

A partir do Comitê Intersindical da Greve de 1953, criado pela união dos comitês das cinco categorias [que aderira ao movimento], metalúrgicos, tecelões, papel e papelão, vidreiros e gráficos, organizou-se um pacto de ação comum (1987

⁴² Nesse ano, os bancários deflagraram no dia 26 de agosto uma greve com articulação nacional. Iniciada em São Paulo, logo atingiu Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, estendeu-se por todo o País e durou 69 dias. A importância dessa greve para o movimento sindical bancário pode ser medida pelo fato de que no dia 26 de agosto, data do início da greve de 1951, é comemorado o dia do trabalhador bancário.

⁴³ Sobre a greve dos 300 mil, ver MOISÉS, J. A. **Greve de Massa e Crise Política**: estudo da greve dos 300 mil em São Paulo 1953 e 54. São Paulo: Polis, 1978.

Losacco apud CHAIA, 1992, p.43)⁴⁴, estruturando-se em 1955 de maneira permanente no Pacto da Unidade Intersindical (PUI)⁴⁵.

O PUI, semelhante ao MUT, à revelia da CLT reuniu sindicatos de setores econômicos diferenciados e, durante cinco anos, liderou as ações sindicais em São Paulo a partir de uma espécie de plenária permanente composta por mais de cem organizações sindicais (RODRIGUES, 1979, p.163). Nas assembleias do PUI surgiram os debates sobre a necessidade de criação de uma instituição para o cálculo do índice do custo de vida que questionasse as informações oficiais. (CHAIA, 1992, p.42).

A unidade intersindical construída no decorrer da greve dos 300 mil e consolidada com a criação do PUI criou as condições objetivas para a estruturação de um departamento intersindical com a tarefa de dar consistência e legitimidade social à prática de cálculo do custo de vida pelos trabalhadores.

As conversas para a constituição de um organismo para estudar o custo de vida iniciaram-se na formação da direção do PUI. Como lembra Losacco, então na presidência do Pacto, começou-se ali a

[...] desenvolver a tarefa de convencer o nosso pessoal, os dirigentes sindicais, cujos sindicatos já eram livres e participavam do Pacto, a formar um organismo para estudar o custo de vida, para levantar o custo de vida, para desmascarar inclusive a estatística oficial [...] (LOSACCO, 1987, p.35)⁴⁶.

Na trajetória de constituição do referido organismo, a experiência da unidade intersindical foi fundamental, extrapolando inclusive as divergências entre as diferentes correntes sindicais.

Nós vimos que financeiramente não tínhamos a condição de fundar um negócio desses, e saímos a campo aí para ver se convencíamos os menos comprometidos na situação de apoio aos empregadores [...], foi um trabalho duro, levou meses e aos poucos eles foram chegando, porque o pelego nesse negócio de construir um órgão para levantar estatísticas, um órgão especificamente de estudo, eles não tinham o que combater e tinham muito a ganhar,

⁴⁴ Entrevista com Salvador Romano Losacco realizada em 04/11/1987 por Miguel Wadi Chaia.

⁴⁵ Sobre o Pacto de Unidade Intersindical, ver Rodrigues (1979) e CHAIA (1992).

⁴⁶ Entrevista com Salvador Romano Losacco realizada em 04/11/1987 por Miguel Wadi Chaia.

porque se esse órgão tivesse sucesso e conseguisse desmascarar a falsidade da estatística do custo de vida, os aumentos seriam maiores e eles inclusive se beneficiariam de conseguir aumento maior [...] (LOSACCO, 1987, p.36).

Assim, ampliando a base sindical de sustentação do organismo, em 22 de dezembro de 1955 foi lavrada a ata de fundação do DIEESE assinada, por vinte e uma entidades sindicais de trabalhadores (Vide anexo IV):

Vale aqui o depoimento de Luiz Tenório no que se refere à escolha do nome do Departamento:

Antes era só Departamento Intersindical de Estatística. Aí um jornalista chamado Xavier Toledo - que era um jornalista do Correio Paulistano que trabalhava na Câmara e que acompanhava a gente, um simpatizante - disse: "Olha, vocês têm que acrescentar, à 'Estatística', 'Estatística e Estudos Socioeconômicos', porque vocês abrem a perspectiva de se tornarem um instituto." E nós incorporamos essa sugestão, ficou DI-E-ESE. (LIMA, 2006, p.287)⁴⁷.

⁴⁷ Entrevista com Luiz Tenório de Lima, realizada em 2006 pelo projeto Memória - DIEESE 50 anos.

Quadro 1
Linha do tempo 1945-1964

História política, econômica e social no MUNDO (normal)
História política, econômica e social no BRASIL (em negrito)
História do DIEESE (sublinhado)

(1945-1954)

	1945	1950	1954
POLÍTICA	1939-45 - Segunda Guerra Mundial 1945 – Retorno do PCB à legalidade 1945 – Criação do PSD e do PTB 1945 - Deposição de Getúlio Vargas 1945 - Eleições Federais / Presidencial e Congresso Nacional 1946 - Surgimento da Guerra Fria e a divisão do mundo em 2 blocos 1946 - Posse do Gen.Dutra, eleito em 1945 1946 – Promulgação da 5ª Constituição Brasileira 1945 – Nasce a Esquerda Democrática, União Democrática Socialista e o Partido da Esquerda Democrática 1947-Nasce o PSB na II Conv. do Partido da Esquerda Democrática (Brasil) 1947 – Cassação do registro do PCB 1948 – Cassação dos mandatos dos deputados do PCB 1949 - Revolução Comunista Chinesa	1950 - Vargas é eleito presidente 1953 – João Goulart é nomeado Ministro do Trabalho 1950/1953 – Guerra da Coreia 1953 – General Eisenhower assume a presidência dos EUA 1954 - João Goulart sai do Ministério do Trabalho 1954 - Vargas comete suicídio 1954 – Café Filho assume a presidência da República	
ECONOMIA	1933/1955: Industrialização no Brasil “Etapa 1”: industrialização restringida 1944 – Conf. de Bretton Woods institui o padrão dólar-ouro como base do sist. Monetário internacional 1947 – Retorno do controle cambial 1948 – Retorno do regime de licenças prévias e seletivas de importações 1948 – Início da Era de Ouro do Capitalismo (Reconstrução da Europa e Welfare State)	1952 – Fundação do BNDE 1952 – Criação do Fundo Federal de Eletrificação 1953 – Fundação da Petrobrás 1953 – Plano Aranha (controle do crédito, confisco cambial)	

MOVIMENTO SINDICAL	<p>1940 – Instituição do salário mínimo 1943 – Cons. das Leis do Trabalho – CLT 1946 – Bimestre das greves do período Dutra 1946 – Publicação do Decreto-lei 9.070/Regulamentação do direito à greve 1947 – Fechamento da CTB <u>1949 - Campanha Salarial da “Comissão de Defesa dos Bancários” monta a primeira comissão para o cálculo do reajuste a ser reivindicado.</u> <u>1950 – Chapa Libertadora ganha as eleições para o Sindicato dos Bancários (Losacco passa a integrar a direção)</u></p>	<p>1951 – Greve dos Bancários <u>1951/1952 – Albertino trabalha como assistente de Oracy Nogueira na ELSP</u> 1952 – Criação da CISCAI <u>1952 – Albertino torna-se assistente da profa. Alice Canabrava na FCEA/USP</u> 1953 – Greve dos 300 mil em SP 1953 – Greve dos Marítimos no RJ / Santos /Belém <u>1954 – Losacco assume a presidência do Sindicato dos Bancários de SP</u> <u>1954 – Criação do PUI</u> <u>1954 – Albertino ingressa no curso de Geografia e História da FFCL/USP</u> 1953 – Morte de Stalin 1953 - Criação do “Movimento Contra a Carestia de Vida” 1954 - Greve da Panela Vazia</p>
---------------------------	---	---

(1954-1964)

1954	1961	1964
POLÍTICA	<p>1955 – Eleições Gerais para o Poder Executivo 1955 – Golpe preventivo do Gen. Lott 1955 - Juscelino Kubitschek eleito presidente 1955 – Criação do ISEB 1955 - Começa a Guerra do Vietnã 1956 – Posse do Pres. Juscelino Kubitschek e do Vice Jango 1956-1960 – Aliança política PSD-PTB (sustentação legislativa) 1956 – Kruchoy apresenta o “relatório secreto” sobre os crimes do período Stalin no 20º Congresso do PC Soviético 1958 – PCB lança a "Declaração de Março", reposicionando-se em relação à política nacional e à democracia. 1959 - Revolução Cubana 1960 - Inauguração de Brasília, a nova capital do Brasil 1960 - Criada em Bagdá a Opep (Org. dos Países Exportadores de Petróleo) 1960 – Reunião dos 81 PC’s em Moscou (afloramento das divergências) 1960 - Eleições Gerais para o Poder Executivo</p>	<p>1961 – Jânio Quadros assume a Presidência e João Goulart a vice-presidência. 1961 – Carlos Lacerda é eleito governador da Guanabara. 1961 – Jânio condecora Che Guevara com a ordem do Cruzeiro 1961 – PSD, PTB e UDN fazem a oposição a Jânio. 1961 – Jânio renuncia à presidência da República. 1961 – Implanta-se o parlamentarismo no Brasil 1961 – João Goulart (Jango) toma posse com poderes diminutos 1961 - John F. Kennedy assume a presidência dos EUA 1961 – Publicação da encíclica “Mater et Magistra” pelo Papa João XXIII, que tratava dos problemas dos países subdesenvolvidos. 1962 – Crise dos mísseis soviéticos em Cuba 1963 - Publicação da encíclica “Pacem in Terris” pelo Papa João XXIII, que trata dos conflitos no Mundo. 1962/1965 - Concílio Vaticano II 1962 – Golpe militar derruba A. Frondizi na Argentina 1962 – Golpe militar no Peru 1962 – Acontece o racha do PCB e funda-se o PC do B 1962 – Criada a Universidade de Brasília (UNB) 1962 – Criação da Ação Popular (AP) 1963 - John F. Kennedy é assassinado 1963 - Plebiscito sobre o regime de governo: retorno do presidencialismo 1963 - O papa Paulo VI substitui o papa João XXIII 1963 - Marcha de 250 mil em Washington pró-direitos civis. 1964 - Comício da Central do Brasil (Jango defende as reformas de base) de Base 1964 - João Goulart é deposto do poder pelos militares – (Golpe militar)</p>

ECONOMIA	<p>1956/1960 – Plano de Metas (energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação)</p> <p>1956/1960 – Utilização da Instrução 113 da SUMOC (importação de bens de capital sem cobertura cambial)</p> <p>1956/1960 – Política cambial heterodoxa (licenças prévias, câmbio múltiplo, quotas de importação)</p> <p>1952/1962 – Industrialização Pesada (Etapa 1)</p> <p>1958 – Acordo Internacional do Café</p> <p>1959 – Rompimento do Brasil com o FMI</p> <p>1959 – Criação da SUDENE</p> <p>1959 – Inauguração da fábrica da VW em São Bernardo do Campo – SP</p> <p>1960 – Criação do Ministério de Minas e Energia</p> <p>1960 - Reinício do diálogo do Brasil com o FMI</p>	<p>1961 – Reforma Cambial (desvalorização + unificação câmbio)</p> <p>1961 – Reescalonamento da Dívida Externa</p> <p>1961 – Criação da Eletrobrás</p> <p>1963 – Plano Trienal (Plano de Celso Furtado)</p> <p>1963 – Carvalho Pinto assume o Ministério da Fazenda</p> <p>1963 – Dificuldades na renegociação da dívida externa com os EUA e FMI</p>
-----------------	--	---

MOVIMENTO SINDICAL	<p>1955 – Fundação das Ligas Camponesas</p> <p>1955 – Fundação do PUI</p> <p>1955 – Fundação do DIEESE</p> <p>1956 – Albertino assume a direção técnica do DIEESE</p> <p>1957 – Campanha salarial dos Bancários (o pré-índice do DIEESE)</p> <p>1957 – Albertino deixa a FCEA/USP e conclui o curso de Geografia e História na FFCL/USP.</p> <p>1957 – Greve dos 400 mil</p> <p>1957 – Lenina passa a compor a equipe do DIEESE</p> <p>1957 - Convenção Popular de Combate à Carestia - PUI</p> <p>1958 – Greve Geral no Recife</p> <p>1958 – Manifestação do PUI contra o aumento nos transportes</p> <p>1958 – Marcha da Fome</p> <p>1958 – Remo Forli assume a presidência do DIEESE</p> <p>1958 – Criado o Índice de Custo de Vida dos Trabalhadores (ICV-DIEESE).</p> <p>1959 – Lançado o ICV-DIEESE</p> <p>1959 – Greve Geral contra a Carestia</p> <p>1959 – A sede do DIEESE é transferida para o Sindicato dos Metalúrgicos de SP</p> <p>1959 – Extinção do PUI e criação do Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST)</p> <p>1960 – Greve da Paridade</p> <p>1960 – III Congresso Sindical Nacional</p> <p>1960 – Fundação do PUA</p> <p>1960 – Lançamento do Boletim do DIEESE</p>	<p>1961 – Greve geral dos bancários</p> <p>1961 – Realização do Congresso camponês em Belo Horizonte, liderado por Francisco Julião, onde é lançada a campanha nacional pela reforma agrária</p> <p>1961 – Lançada a RESE (Revista de Estudos Sócio-econômicos)</p> <p>1961 – A oposição vence a eleição para a CNTI renovando sua direção</p> <p>1962 – Greve geral pela antecipação do plebiscito sobre o parlamentarismo</p> <p>1962 – Instalado em Brasília o Conselho Nacional de Reforma Agrária</p> <p>1962 – Formação do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT</p> <p>1962 – Greve do 1/3 liderada UNE, que reivindicava que os estudantes ocupassem 1/3 das cadeiras dos conselhos universitários</p> <p>1962 – Albertino assume cargo de professor na UNB</p> <p>1962 – Lenina Pomeranz assume a Direção Técnica do DIEESE</p> <p>1962 – Rubens Vasconcellos, da Federação dos Bancários, assume a presidência do DIEESE</p> <p>1963 – Criado o 13º Salário</p> <p>1963 - Greve nacional dos portuários, ferroviários, marítimos, aviários.</p> <p>1963 – Lenina Pomeranz se licencia do DIEESE para estudar na Polônia</p> <p>1963 – Instituição do Salário-Família</p> <p>1963 – Dia Nacional de Protesto Contra a Carestia</p> <p>1963 – Greve nacional dos bancários</p> <p>1963 – Massacre de Metalúrgicos em Ipatinga.</p> <p>1963 - Greve dos 700 mil em SP</p> <p>1963 - Fundação da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)</p>
---------------------------	---	--

Fontes: Gremaud et al. (2008); Fausto (1999); Mattos (2003); LINHA DO TEMPO, **Portal Vermelho**. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br>. Acesso em: 01 fev. 2010.

2.2 A necessidade como um imperativo do conhecimento: as motivações que levaram à produção do ICV-DIEESE

Em 1955, a criação do DIEESE pelos dirigentes sindicais não ocorreu como uma iniciativa acadêmica para o estudo da realidade, mas sim como estratégia capaz de auxiliar o dirigente sindical na sua luta cotidiana, que naquele momento significava obter os instrumentos científicos necessários para se contrapor ao que era apresentado pelo Estado e pelos patrões.

“O dirigente não quer qualquer conhecimento do DIEESE, ele quer aquele que o ajude a enfrentar o seu problema ali imediato”⁴⁸.

Esta afirmação vai ao encontro dos anseios dos dirigentes que criaram o DIEESE e define uma das características do conhecimento segundo o materialismo histórico, sua origem na necessidade prática. Como já colocado no capítulo anterior, a produção do conhecimento está diretamente vinculada à atividade concreta do homem. Marx afirma que:

a produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. (MARX; ENGELS, 1989, p.20)⁴⁹.

Assim, o conhecimento é entendido como uma produção humana que resulta da ação dos homens no processo de superação de suas necessidades, sejam elas naturais ou sociais. Porém, qualquer animal premido por suas necessidades age de maneira a suprir aquilo de que carece para sua sobrevivência. A aranha tece sua teia, o leão caça sua presa e o macaco coleta suas frutas, mas nenhum deles produz conhecimento.

Então, o que diferencia a atividade prática humana na superação de suas necessidades em relação ao animal?

⁴⁸ Relato do ex-dirigente sindical metalúrgico Gustavo Galati realizada pelo autor em 18/05/2007 durante reunião do Grupo de Trabalho “Educação e Trabalho” da FE-USP.

⁴⁹ MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1989.

Diferentemente do animal, o homem não somente vive a sua necessidade como tem consciência dela. Além disso, o homem tem a consciência do que poderá suprir sua necessidade, ou seja, do porvir de sua ação. E é a ciência das possibilidades de superação da necessidade por meio de uma determinada ação que define se o homem age ou não.

Necessidade, consciência da necessidade e antecipação dos resultados da ação são elementos de um mesmo movimento do agir humano que no seu processo de realização produz também conhecimento.

Levando em conta a semelhança externa que se pode dar entre certos animais e humanos, é preciso concluir que a atividade própria do homem não pode reduzir-se à sua mera expressão exterior, e que dela forma parte essencialmente a atividade da consciência. Essa atividade se desdobra como produção de fins que prefiguram idealmente o resultado real que se quer obter, mas manifesta, também, como produção de conhecimento, isto é, na forma de conceitos, hipóteses, teorias, ou leis mediante as quais o homem conhece a realidade. (VÁZQUEZ, 2007, p. 223)⁵⁰

Ter a necessidade é um imperativo da sobrevivência de qualquer ser vivo. Ter a consciência dela é uma exclusividade humana, mas é o desejo do porvir, baseado no conhecimento prévio das potencialidades da ação, que mobiliza o ser humano a agir. Mas esse movimento é mais do que uma abstração, uma antecipação ideal de um resultado que se espera. É a expressão de uma necessidade humana que só se realiza quando se atinge o resultado que se prefigura. Ou seja, mais do que saber o que é possível, é antes de tudo querer que o possível aconteça (VÁZQUEZ, 2007, p. 224). O desejo pela superação da necessidade concreta, consciente de suas possibilidades, leva à ação e é esse movimento que leva ao conhecimento.

Se a prática é uma das características do conhecimento, seu inverso não é verdadeiro, ou seja, nem toda prática produz conhecimento.

Portanto, quando se tem a prática como uma das características do conhecimento, para se compreender o processo de produção do conhecimento é necessário identificar a necessidade que iniciou o movimento, entender como a conscientização dessa necessidade se realizou e, fundamentalmente, apreender o desejo que mobilizou os sujeitos históricos para a ação e reflexão.

⁵⁰ VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Assim, é importante retornar à criação do Índice de Custo de Vida do DIEESE, identificar a necessidade que levou à sua criação, o processo que levou à conscientização dessa necessidade e as expectativas que mobilizaram os diferentes sujeitos para desenvolver o processo de produção do índice como uma representação crítica e matemática de um fenômeno socioeconômico, qual seja, a elevação dos preços no processo de troca de mercadorias.

2.2.1 Movimento Sindical: necessidades e desejos

O retorno à década de 1950, quando o Índice de Custo de Vida do DIEESE foi criado, mostra um importante e acelerado processo de industrialização e um significativo crescimento da classe operária. Entretanto, foi nesse mesmo período que a economia viu-se às voltas com um “problema com fortes repercussões sociais – o avanço da inflação” (FAUSTO, 1999, p. 409).

A inflação, que corroía os salários, já era percebida no cotidiano dos trabalhadores desde o fim da Segunda Guerra Mundial:

[...] entre 1930 e 1942, os preços se mantiveram estáveis e o dinheiro brasileiro não se desvalorizou, então, nessa época os aumentos salariais eram pequenos, na ordem de 2% e 3% [...], porém, a partir de 1942 [os preços] começaram a crescer violentamente por causa da guerra e continuaram [...] e os aumentos de salários que deviam acompanhar o custo de vida [não acompanharam] [...]. (LOSACCO, 1987, p.15)

Apesar da precariedade dos indicadores, foi possível verificar nesse período um processo de perda real do poder aquisitivo dos salários. Os indicadores oficiais apontavam uma inflação ascendente que, a partir de 1949, superava os 10% ao ano. Ao mesmo tempo, o salário mínimo se depreciava, valendo no início dos anos 1950 40% do valor que tinha no ano de sua criação (MATTOS, 2003, p. 33).

Essa realidade, sentida na diminuição da capacidade de compra dos salários, mobilizou os trabalhadores e os dirigentes sindicais para o embate com os empresários e, principalmente, com o governo. Porém, diferentemente de outros momentos em que a inflação assolava a vida dos trabalhadores, a década de 1950 vivia uma conjuntura distinta e criava novas necessidades para a luta dos trabalhadores.

É possível identificar três novidades significativas nesse período: o acelerado processo de industrialização, o ressurgimento do movimento sindical no cenário nacional, conforme analisado no item anterior, e a consolidação de um processo de burocratização e racionalização do Estado iniciado no período Vargas.

Heloisa Martins e Miguel Chaia explicam o surgimento do DIEESE a partir do processo de racionalização do Estado. Para Martins, a criação do DIEESE é resultado do processo de burocratização do Estado brasileiro, na qual uma nova racionalidade passava a orientar a organização do Estado e, conseqüentemente, o movimento sindical:

O DIEESE, sem dúvida, foi produto do desenvolvimento econômico e das exigências técnicas e burocráticas que se apresentaram para o Estado, as empresas e as entidades sindicais. Como órgão técnico destas últimas, o DIEESE ajuda-as a enfrentar o poder econômico das empresas, fornecendo elementos “racionais” para o debate e fundamentos para suas reivindicações. (MARTINS, 1979 p.78).

Reafirmando essa interpretação, Chaia define em sua tese que:

[...] o DIEESE pode ser entendido como uma organização que se constituiu em uma estratégia de racionalidade de classe que permite estabelecer o confronto com os patrões, intermediados pela burocracia estatal, dando respaldo científico para o avanço da classe em um momento em que empresários e Estado já haviam atingido um padrão de racionalidade na qual o pensamento científico já dominava as iniciativas político-econômicas. (CHAIA, 1992, p. 25).

Logo, não foi só uma necessidade pautada pela perda salarial decorrente da inflação e dos arrochos salariais. Foi também uma consciência de que os instrumentos oriundos da ciência moderna eram necessários para legitimar sua luta perante o empresariado e principalmente o Estado, que figurava como agente modernizante e mediador das relações trabalhistas no Brasil.

O índice foi criado, pois se

para o funcionário público da Justiça do Trabalho só tem importância o que está escrito, torna-se, então, necessário produzir e apresentar também uma constatação escrita que mostre o fato objetivamente. Cálculo contra cálculo, racionalidade contra racionalidade (CHAIA, 1992, p.25).

Dois momentos anteriores à produção do Índice de Custo de Vida do DIEESE vão demonstrar a necessidade de instrumentos racionais para a organização das relações de trabalho, bem como a consciência dessa necessidade por parte do movimento sindical: um é o dissídio coletivo da greve dos Bancários de 1951 e o outro é a campanha salarial dos bancários de 1957.

A greve dos bancários em 1951 colocou em dúvida o índice de inflação utilizado pelos patrões e pelo Estado. Além disso, o processo de mobilização que perdurou por cerca de três meses terminou com o julgamento da Justiça do Trabalho tendo como elemento determinante a confrontação dos índices de inflação.

Naquele momento não se tinha ainda um instrumento legitimado “cientificamente” que possibilitasse aos bancários refutar os números apresentados pela subdivisão de estatística da Prefeitura de São Paulo, porém tinha-se a consciência de sua manipulação:

Eles davam o valor do que aumentava, por exemplo: alimentação, vestuário, transporte e davam um índice de custo de vida que era baixo, o que a gente começava a dizer alimentação está levando tanto do nosso salário, o vestuário tanto, o transporte tanto e tanto e isso não bate, pois a despesa que se fazia num ano, no ano seguinte se multiplicava por 10%, 15% enquanto a estatística dava 2%, 3%, 4% no máximo 5%. (LOSACCO, 1987, p.15)

Além disso, os bancários também já sabiam da necessidade de se construir um contraponto legitimado cientificamente para questionar o índice produzido pela Prefeitura de São Paulo, a ponto de iniciarem uma primeira tentativa de produção de um índice a partir de uma comissão de trabalhadores e, para a campanha de 1951, contratarem um economista para tal tarefa⁵¹.

[...] a greve de 51 foi uma greve muito dura, nós queríamos tirar toda a defasagem que havia tido no salário dos bancários; então fizemos um estudo completo disso tudo [...] e até contratamos um economista para ajudar no levantamento. (LOSACCO, 1987, p.21)

No embate, a primeira proposta dos banqueiros à reivindicação dos trabalhadores foi um reajuste de 7%, que foi logo substituído pelo número da

⁵¹ Para os fins dessa dissertação, a primeira tentativa de construção de um índice dos trabalhadores por uma comissão de bancários será mais bem detalhada no próximo item.

subdivisão de estatística da Prefeitura de São Paulo de 15,4%. Em meio à greve e às pressões surgiu uma nova tabela de custo de vida apresentada pela própria Prefeitura, na qual o índice saltou dos 15,4% para 30,7%, comprovando a tese dos bancários de que o índice utilizado tinha problemas.

Com mais de 60 dias de greve e um novo valor de reajuste calculado pelo órgão responsável pela mensuração da inflação na cidade de São Paulo, em novembro de 1951 o Tribunal Regional do Trabalho julgou o dissídio da greve e concedeu o reajuste de 31% para a categoria bancária. (CHAIA, 1992, p.30)

Todo esse processo reforçou, para o movimento sindical em geral, e para os bancários em particular, a consciência e o desejo de produzir um indicador que demonstrasse a partir dos princípios científicos a real perda dos seus salários perante a inflação. Esse desejo impulsionou os dirigentes do PUI a criar, em 1955, o DIEESE, que já na campanha de 1957 teve papel relevante.

Na campanha salarial de 1957, os bancários iniciaram a negociação com um índice produzido a partir dos pressupostos metodológicos aceitos pelo método científico. José Albertino Rodrigues, então diretor-técnico do DIEESE, conta que, premido pela necessidade e sem uma base estatística para a produção de um índice de custo de vida, foi impelido pelo Movimento Sindical a realizar o primeiro cálculo de variação de preços construindo um índice a partir de fontes secundárias:

Fui ao Departamento de Estatística, o embrião da atual Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados — SEADE, que passava por uma fase difícil por ter sido fechado pelo Ademar de Barros... numa medida de economia... o IBGE tinha algumas coisas, tinha também as suas deficiências... Mas consegui reunir algum material do IBGE que dava uma relação de preços, levantamento de preços nas capitais. Coletei os dados para São Paulo e tentei analisar esses preços no período de um ano até as vésperas da campanha salarial, que era fim de setembro, começo de outubro. Fiz um levantamento, que eu fazia questão de esclarecer que não era um índice de custo de vida, era um índice de preços. Não havia ponderação, era uma média estatística de preços de diferentes produtos alimentícios e alguns não alimentícios... Mas não abrangia todo o orçamento doméstico evidentemente. (1988 Rodrigues apud CHAIA, 1992, p.59)⁵².

⁵² Entrevista com José Albertino Rodrigues, realizada em 18/03/1988 por Miguel Wadi Chaia.

Como o próprio Albertino afirma, aquele índice de preços não expressava a efetiva perda do poder aquisitivo dos salários, uma vez que não estava ponderado de acordo com o padrão de consumo de determinado grupo social. Apenas calculava a média de elevação dos preços de um conjunto de mercadorias selecionadas no período em questão. Porém, essa metodologia encontrava respaldo na teoria dos índices, legitimada pela racionalidade científica, e exerceu um novo papel na negociação salarial.

O cálculo realizado por Albertino definiu como índice a ser reivindicado pelos bancários de São Paulo e, conseqüentemente para as demais categorias, o percentual de 31,6%. Para aquele período, a inflação calculada pela Prefeitura de São Paulo foi de 13%, número que norteou a proposta patronal e a Justiça do Trabalho. Porém, com a experiência alcançada nas campanhas anteriores, os bancários tinham a consciência da necessidade de se contrapor dois números legitimados pelas mesmas bases científicas e anteviam que esse embate podia significar um novo parâmetro na luta dos trabalhadores. Assim, levaram a questão para ser debatida na capital do País:

[O índice da prefeitura] tinha dado um custo de vida de 13%, e o DIEESE para o mesmo período tinha feito uma estatística, que tinha sido feita pelo Albertino que encontrava um aumento do custo de vida de 31,6%. Então o pessoal do Rio quando nós dissemos o que o DIEESE tinha feito [...], convocou uma reunião geral de presidentes de sindicatos do Rio, eu era presidente do sindicato dos Bancários e do Pacto, e eu fui com mais 3 ou 4 companheiros representando o Pacto e o sindicato e os companheiros representando os sindicatos do interior que eu tinha criado. Fomos lá e explicamos tudo e aí o pessoal do Rio que era mais os 'bocas tortas': vamos falar com o Jango. Fomos lá conversar com o Jango e tal [...] o Jango mandou chamar o ministro lá embaixo: 'e esta estatística aqui como é que é isso Pascoal?' [...] O Jango disse: 'Não. A estatística aqui é do DIEESE, o DIEESE é um órgão sério' [...] Esse foi o primeiro grande reconhecimento oficial, essa foi a grande vitória do DIEESE. [...]. O Pascoal Barroso (Ministro do Trabalho) desceu lá e mandou preparar uma certidão do SEPT (Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho) dando um aumento do custo de vida de 31,6% (LOSACCO, 1987, p.47)⁵³.

Com a certidão que referendava o cálculo de variação de preços feito por Albertino, Losacco voltou para São Paulo e "juntou tudo isso com o [...] processo do

⁵³ Entrevista com Salvador Romano Losacco realizada em 04/11/1987 por Miguel Wadi Chaia e citada parte em Chaia (1992, p.60).

dissídio coletivo. Então, quando os banqueiros viram o negócio, encerraram o dissídio coletivo e deram o aumento” (LOSACCO, 1987, p.47). Alcançou-se assim o esperado do confronto dos índices, confirmando-se na prática o antevisto pelos dirigentes bancários.

O caso da campanha de 1957 é emblemático para esse debate, pois mostra como a necessidade concreta e sua consciência por parte dos dirigentes mobilizaram a construção de uma metodologia legitimada cientificamente que encontrou respaldo a partir de uma relação política pautada pelo populismo.

O índice de preço calculado por Albertino por meio de dados secundários acabou por articular conhecimento e política, transformando-se em um elemento de mediação entre dirigentes sindicais, a burocracia estatal e o líder populista.

Ao possibilitar o diálogo entre os dirigentes sindicais e o então vice-presidente João Goulart e se consumando em uma certidão oficial do Ministério do Trabalho, o índice produzido por Albertino se realizou enquanto movimento concreto do que fora antes previsto enquanto possibilidade e passou a interferir na realidade.

Com a greve das demais categorias em 1957, outros dissídios se instauraram e a certidão obtida pelos bancários passou a influenciar as decisões⁵⁴:

Então marcaram o dia do julgamento. Aí três dias antes cheguei para a turma e falei que no processo dos bancários tem a certidão do custo de vida de 31,6%. Juntaram no processo aquilo e lá chegando o dia do julgamento, o Décio Toledo Leite pega as duas certidões e diz que não precisa decretar mais nada, pois uma dava um aumento de custo de vida de 13% e a outra que dá 31,6%. (LOSACCO, 1987, p.49).

Porém, a necessidade de avançar no processo científico e político de produção do índice estava só começando, pois a justiça ainda resistia ao número apresentado pelos trabalhadores, tanto que na decisão do TRT de São Paulo para os dissídios de 1957 dos metalúrgicos e dos têxteis a justiça optou por um número próprio de 25% para ambos, tendo o procurador regional do trabalho, Luiz Roberto Rezende Puech, colocado em dúvida todos os dados apresentados:

⁵⁴ A greve de 1957 organizada pelo PUI ficou conhecida como a greve dos 700 mil. Para maiores detalhes, ver LEITE, M. P. Trabalhadores, sindicatos e partidos: a greve de 1957 em São Paulo. In: CLACSO (org.). **El sindicalismo latino americano en los ochenta**. Santiago del Chile: Comisión de Movimientos Laborales, 1985, p. 235-244.

A nossa impressão é que estamos em frente ao chamado fenômeno, denominado pelo professor O. Steiner, de pressão de grupos sobre a execução política governamental. Isto porque cada parte fornece a certidão com o custo de vida que lhe convém [...]. (1960 Puech apud CORRÊA, 2007c, p.113)⁵⁵

Esses reajustes ainda foram reduzidos para 18% pelo Tribunal Superior do Trabalho, tanto para os metalúrgicos quanto para os têxteis, sob a alegação de que a “Prefeitura Municipal de São Paulo informou que o custo de vida, no período de outubro de 1956 a setembro de 1957, tinha apresentado um aumento de 13% e assim ‘não estaria longe do rigor matemático a fixação do reajustamento salarial na base de 15%’” (CORRÊA, 2007c, p.118).

2.2.2 Intelectuais : suas necessidades e outros processos

A necessidade de um conhecimento legitimado cientificamente para se contrapor a outro conhecimento a serviço da classe patronal no que se refere à desvalorização salarial, é perceptível na origem do ICV e do DIEESE. Porém, é importante se ater a outra motivação surgida no interior de um grupo de intelectuais da universidade que foi fundamental no processo de produção do índice: a de colocar os conhecimentos produzidos pela ciência a serviço da classe trabalhadora.

Heloísa H. T. S. Martins, que em 1960 ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – FFCL-USP, lembra que, naquele momento,

a grande questão era [...] a transformação do Brasil em uma sociedade industrial, [...] o desenvolvimento econômico com base no desenvolvimento da indústria e a constituição da classe operária. A grande inquietação para as ciências sociais, especialmente para a sociologia, era tentar entender o que era a classe operária [...] Por trás disso [...] a utopia que sustentava todo mundo era que as transformações pudessem constituir essa classe operária [...] em sujeito histórico. (MARTINS, 2009)⁵⁶.

⁵⁵ PUECH, Luiz Roberto Rezende. Direitos Individuais e Coletivos do Trabalho. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1960.

⁵⁶ Entrevista com Heloísa H. T. S. Martins realizada em 26/01/2009 pelo autor.

É interessante como duas dimensões da vida acadêmica se inter-relacionaram e mobilizavam um grupo de intelectuais: uma dimensão científica com o desejo de compreender as transformações que aconteciam na sociedade brasileira a partir da consolidação de um campo de conhecimento; e uma dimensão política calcada na utopia da constituição da classe operária como sujeito histórico.

A primeira dimensão é explorada por Nadya Guimarães na primeira parte de seu livro “Caminhos Cruzados”. Ao reconstituir a história da Sociologia do Trabalho no Brasil, Guimarães afirma que, para um conjunto de intelectuais da geração 1950-1960, o interesse em compreender a classe operária que emergia conjuntamente com o acelerado processo de industrialização brasileira se constituía em uma batalha crucial:

[...] a batalha pela construção de um campo de investigações sociológicas sobre o trabalho e os trabalhadores. Ou seja, naquele momento, estava em jogo um desafio – o da legitimidade da sociologia enquanto disciplina, capaz de gerar uma nova abordagem da realidade social (GUIMARÃES, 2004, p. 43)⁵⁷.

No momento em que a racionalização técnico-científica se incorporava ao processo de desenvolvimento econômico e social e emergia como um elemento legitimador do Estado e das instituições que se consolidavam com a industrialização, era necessária a constituição de um campo científico capaz de compreender essa nova realidade que se configurava. Era necessária a substituição das

[...] análises militantes e memorialistas, de cunho político-ideológico ou político programático, voltadas para o desempenho histórico (ou conjuntural) dos partidos operários que se supunha fossem os portadores privilegiados da consciência de classe do proletário brasileiro (GUIMARÃES, 2004, p. 43),

por uma reflexão apoiada no rigor acadêmico.

⁵⁷ GUIMARÃES, N. A. **Caminhos cruzados**: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Editora 34, 2004.

Essa dimensão pode ser verificada nos trabalhos que surgiram ao longo da década de 1950 e 1960 sobre o movimento sindical e sobre a classe operária⁵⁸ e também é relatada por José Albertino Rodrigues:

O desenvolvimento das ciências sociais, em geral, e das ciências econômicas estava já atingindo uma fase de resultados significativos entre nós. As primeiras gerações formadas pelas universidades já estavam formando a segunda geração, mas o que se fazia era um trabalho de ordem muito geral sobre problemas sociais. Tínhamos uma preocupação, por exemplo, com o estudo da realidade nacional... e vivia-se também em função daquilo que se esperava — a revolução brasileira. [Nestas circunstâncias]... a classe operária era algo que pairava com uma realidade pouco etérea. Não se tinha uma preocupação de conhecer, de estudar o operário brasileiro, a classe trabalhadora. Não se tinha a preocupação porque considerava-se que a classe tinha sua força própria e que a história determinaria o rumo da classe. Isso para mim era uma insatisfação muito grande e eu não encontrava os meus caminhos (1988 Rodrigues apud CHAIA, 1992, p.67).

Porém, para um grupo de intelectuais do qual faziam parte Albertino, Azis Simão e Lenina Pomeranz, essa dimensão não apareceu de maneira isolada, mas como consequência de uma necessidade política e moral de colocar o conhecimento adquirido na Universidade a serviço da classe operária.

Albertino lembra:

Eu entrei para o DIEESE, na medida em que saí da Universidade... 1956 era um ano muito importante... E a gente vivia um clima de dupla insatisfação. Insatisfação com a vida universitária, com a vida partidária. E eu achava que tinha de buscar um rumo diferente... O raciocínio básico era o seguinte: o conhecimento que eu adquiri na Universidade eu deveria aplicar para a classe trabalhadora. E foi em função deste raciocínio que eu elaborei um projeto de trabalho... e procurei os dirigentes sindicais. O DIEESE tinha sido criado, mas a gente não via nada funcionar, havia muita expectativa...Eu conhecia alguns elementos do Partido Comunista e conhecia o Losacco pela imprensa — por ser uma pessoa que a imprensa falava muito como presidente do Pacto... Marquei então uma entrevista com ele e com o Luiz Tenório de Lima, que era o Secretário. Então eu ofereci o programa de trabalho que consistia, basicamente, num estudo das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora em São Paulo, que envolvia a elaboração de um índice de custo de vida... Eles ficaram interessados; queriam saber como é que se podia executar; eu disse

⁵⁸ Ver RODRIGUES, L. M. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966; RODRIGUES (1979); SIMÃO, Azis. O voto operário em São Paulo. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. **Anais**. São Paulo, 1955.

que isso exigia a montagem de uma organização permanente, uma organização estável. (1988 Rodrigues apud CHAIA, 1992, p.58).

Para este grupo de intelectuais que produziam conhecimento dentro da Universidade, a criação de um campo legitimado pelo rigor científico na análise das relações de trabalho e de produção estava diretamente ligada a uma concepção política na qual a substituição da “análise militante e memorialista” por pesquisas com rigor metodológico era motivada pela tentativa de levar os ferramentais técnico-científicos necessários à luta cotidiana da classe operária em uma nova realidade que se configurava.

Foi desta necessidade que surgiu a perspectiva de produção de conhecimento sobre o movimento sindical e a classe operária. O campo do conhecimento sobre as relações de produção e de trabalho para esse grupo de intelectuais não se constituiu a partir de um objetivo acadêmico, mas da busca de dotar a classe trabalhadora de instrumentos que pudessem auxiliá-la em sua tarefa histórica de transformar a sociedade.

Lenina Pomeranz afirma que

[...] no começo tinha-se a perspectiva de servir o movimento sindical [...] levantava-se aquilo que era útil para os sindicatos [...]. [A partir disso, foi] evoluindo na cabeça do próprio Albertino a perspectiva de fundir essas duas coisas [o conhecimento a serviço da classe operária e a produção do conhecimento sobre a própria classe]. (POMERANZ, 2009)⁵⁹.

Para Lenina, “o ICV-DIEESE foi o ponto de partida desse processo, pois foi aí que os sindicatos sentiram que podiam usar a inteligência que vinha da universidade”. (POMERANZ, 2009)

[...] Você cria uma instituição com base na necessidade do movimento sindical de usar técnicos que eram de certa forma leais ao movimento sindical, mas [...] firmes na disposição de fazer alguma coisa que não fosse passível de crítica metodológica. [...]. Primeiro a vivência dos trabalhadores. À medida que eles têm necessidade de conhecimento técnico eles vão recorrer à universidade, constituem uma instituição [...]. Segundo momento, é o momento em que se vislumbra no DIEESE a possibilidade que aquilo que nós temos lá materializado sirva para aumentar o

⁵⁹ Entrevista com Lenina Pomeranz realizada em 23/01/2009 pelo autor.

conhecimento que a universidade tem do movimento sindical, com dados concretos, com dados objetivos. (POMERANZ, 2009).

Neste ponto, é fundamental a compreensão desse movimento como algo dinâmico e histórico. A necessidade concreta dos dirigentes sindicais possibilitou a realização da intenção desses intelectuais de dotar a classe operária dos ferramentais técnico-científicos oriundos da universidade e, dessa relação, apoiada no rigor científico, surgiram os conhecimentos sobre o movimento sindical e a classe operária brasileira.

Por meio de intelectuais militantes como José Albertino Rodrigues e Azis Simão o estudo do trabalho e do trabalhador adentraram a Universidade, não como simples “análises militantes” nem tampouco como análise de laboratório, mas como um elemento de luta, um meio de servir à própria classe operária.

No caso do DIEESE, não é do interesse intelectual que surge o conhecimento sobre o movimento sindical, mas sim da convergência de necessidades, interesses, perspectivas e utopias que produzem conhecimentos com e para o movimento sindical.

Esta inter-relação entre necessidades, comprometimentos políticos e desejos marca toda a produção do conhecimento no DIEESE e de intelectuais ligados a ele. Estudos como os posteriormente realizados sobre a reestruturação produtiva, sobre a estruturação do mercado de trabalho, sobre políticas públicas, as teses de mestrado e doutorado de Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins⁶⁰, de Annez Andraus Troyano⁶¹ e tantas outras guardam semelhanças fundamentais com os estudos que levaram à criação do ICV. Todos são produtos de processos que se iniciaram a partir das necessidades sindicais oriundas das transformações no mundo do trabalho que encontraram em intelectuais formados na universidade o interesse pela reflexão, ação e possibilidades de superação sobre as dificuldades encontradas.

⁶⁰ **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil** (publicado em 1979) e **Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954-1975** (publicado em 1994).

⁶¹ **Estado e sindicalismo** (publicado em 1978).

Adentraram a universidade por meio de teses e dissertações, mas acima de tudo vislumbraram-se como instrumentos da atuação política da classe trabalhadora na utopia da construção de uma sociedade mais justa.

2.3 Relações entre conhecimentos: Índice Ponderado de Custo de Vida da Classe Operária e o cálculo sindical do custo de vida dos trabalhadores

Nenhum conhecimento surge do nada, de uma ideia fantástica de algum pensador. Conhecimentos são produtos complexos de diversas relações nos quais conhecimentos diferentes são incorporados e refutados em um processo de constante transformação.

Nenhum conhecimento surge da ignorância absoluta e, também, não atinge a verdade inquestionável. Ao contrário, a cada novo movimento novas perguntas aparecem e novos processos se iniciam questionando o que se tinha como certo e impulsionando a vontade humana em direção aos novos conhecimentos.

Por ser histórico, o conhecimento é inerente à experiência humana e se desenvolve junto com ela, por isso não é cumulativo como uma coleção de coisas que passamos a saber. O conhecimento não se acumula, mas se aprofunda, se transforma, se resignifica e algumas vezes se revoluciona.

Ao explorar esse processo, Kuhn mostrou como o caminho para o conhecimento é histórico e produto das vicissitudes da própria humanidade.

Kuhn demonstrou como o aprofundamento e a transformação de um conhecimento ocorre a partir das vontades e das possibilidades humanas cunhando o conceito de paradigma enquanto um conhecimento consistente capaz de atrair um grupo duradouro de partidários e, ao mesmo tempo, suficientemente aberto para deixar toda espécie de problema para ser resolvida pelo grupo. (KUHN, 2003, p. 30)⁶².

⁶² KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

Um paradigma se estabelece e se impõe enquanto continua a realimentar a chama do movimento do conhecer, possibilitando questões e explicações capazes de mobilizar aqueles que se aventuram pela ciência. Quando esse combustível acaba, inicia-se o processo de desmonte do paradigma e de sua substituição.

Como elemento mobilizador de novos conhecimentos, o paradigma se fortalece, amplia seu raio de influência, aprofunda-se e aperfeiçoa-se no processo de explicação e transformação da realidade. Desse aperfeiçoamento surgem as brechas, as falhas que vão possibilitar o salto em direção a um novo paradigma capaz de mobilizar novamente os sujeitos em seu caminho de compreender o mundo.

Também é de Kuhn a ideia de que o conhecimento não segue uma linearidade, um único caminho em direção à verdade absoluta, mas vive em um constante movimento de reafirmação e questionamento. Esse questionamento leva a processos revolucionários que rompem com o já consagrado e estabelecem novos patamares do conhecer.

Assim, neste movimento, enquanto parte da própria história do homem, o conhecimento cria sua própria história e, dentro dela, cada conhecimento cria sua história particular. Cada nova teoria que surge, cada novo embate que acontece em determinada área, modifica uma história específica de um conhecimento e simultaneamente influencia a história do conhecimento humano. Ao mesmo tempo que um conhecimento é produzido em uma determinada realidade ele se liga a ela e passa a interferir e ser influenciado novamente por ela.

Por isso, o processo de produção do índice de custo de vida enquanto um conhecimento precisa ser entendido não como algo inteiramente novo, mas sim como produto de um processo histórico específico e geral no qual incorporou e refutou diversos outros conhecimentos constituídos.

Na história dos métodos de medição do custo de vida, o ICV-DIEESE é parte de um processo iniciado na década de 1930 no Brasil, a partir da relação da Escola Livre de Sociologia e Política - ELSP-SP⁶³ com duas universidades dos EUA: Universidade de Chicago e Universidade de Columbia.

⁶³ A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo foi criada em 27 de abril de 1933 por iniciativa de um grupo de figuras de destaque da sociedade paulistana e foi pioneira no ensino e na prática das

Apesar de a inflação ter uma longa história no Brasil⁶⁴, a produção sistemática de um indicador que a mensurasse é muito recente. O primeiro indicador de inflação conhecido no Brasil data de 1920 e tinha como metodologia um procedimento muito simples, quase intuitivo, no qual uma cesta de consumo de alimentação de uma família específica⁶⁵ era tomada como base para a comparação da evolução dos preços dessa cesta⁶⁶.

Essa primeira metodologia permaneceu intacta até a publicação em janeiro de 1936 da Lei Federal nº 185, que criou o salário mínimo e instituiu as comissões de salários. Segundo a lei, regulamentada em 1938 pelo Decreto nº 399, cabia às comissões de salário a fixação do salário mínimo regional a partir de dados oriundos de

[...] inquérito censitário (aplicados) para conhecer as (realidades) econômicas de cada região, zona, ou sub-zona do país bem como os salários efetivamente pagos aos trabalhadores sempre que essa providência se fizer mister, a fim de proporcionar as Comissões de Salário os elementos indispensáveis à fixação do salário mínimo (BRASIL, 1938)⁶⁷.

A Lei Federal 185/1936 também introduziu como elemento fundamental na definição dos salários o conceito de padrão de vida. Em seu artigo 7º, parágrafo 1º, definiu-se que

modernas ciências sociais. Tendo como objetivo o estudo da realidade brasileira e a formação de quadros técnicos e dirigentes capazes de atuar no processo de modernização da sociedade, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) foi reconhecida como instituição de utilidade pública pelo Governo do Estado de São Paulo em 1935, e seu curso de graduação foi reconhecido pelo Governo Federal em 1946. Como parte da ELSP, em 1941, foi fundada a Divisão de Estudos Pós-Graduados, atual Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, responsável pela formação da primeira geração de pesquisadores nas áreas da sociologia, política e administração pública no País.

⁶⁴ Ver ONODY, Oliver. **A inflação brasileira (1820-1958)**. Rio de Janeiro: s/ ed., 1960.

⁶⁵ A pesquisa tomava como referência a família de Leo Affonseca Jr., pertencente à alta classe média carioca e funcionário da Fazenda Nacional.

⁶⁶ É possível verificar cálculos de indicadores de inflação no Brasil antes de 1920; porém, esses índices não foram obtidos por meio de pesquisas nas referidas épocas, mas sim calculados de maneira indireta por meio de informações de preços praticados disponíveis em registros históricos (Onody 1960).

⁶⁷ Brasil. **Decreto nº 399 de 30 de abril de 1938**: Aprova o regulamento para execução da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislação>>. Acesso em 15/12/2009

[...] tendo a vista os índices do padrão de vida, poderá o Governo Federal dividir uma região em duas ou mais zonas, desde que cada zona abranja, pelo menos, quinhentos mil habitantes (BRASIL, 1936)⁶⁸.

Em seu parágrafo 2º:

[...] sempre que em uma região ou zona se verifiquem diferenças de padrão de vida causadas por circunstâncias econômicas de caráter urbano, suburbano, rural ou marítimo, poderá o Governo Federal, mediante proposta da Comissão de Salário, autorizar a subdividir a região ou zona, de acordo com tais circunstâncias [...] (BRASIL, 1936).

Com a necessidade de “inquéritos censitários” definindo os diferentes “padrões de vida” da classe operária, explicitou-se uma consciência de diferenciações no que se refere aos preços que careciam ser compreendidos e mensurados. Cabia saber como definir esse “padrão de vida”.

Em São Paulo, quando da publicação do Decreto 399/1938, “já se dispunha do resultado de duas pesquisas de orçamentos familiares, a ‘Davis’ de 1934, e a ‘Lowrie’ de 1936/37” (RIZZIERI; CARMO, 1995, p. 4)⁶⁹. Ambas as pesquisas foram coordenadas por professores norte-americanos convidados pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo - ELSP-SP.

A pesquisa conhecida como “Davis” foi realizada em conjunto com os Institutos de Higiene e de Educação sob a coordenação do professor Horace B. Davis⁷⁰, e teve como referência as informações sistematizadas de 221 famílias de operários paulistanos pesquisadas aleatoriamente. Vale ressaltar que, neste caso, a escolha das famílias não adotou “qualquer processo mais criterioso de amostragem”,

⁶⁸ Brasil. **Lei 185 de 14 de janeiro de 1936**: Institue as comissões de salário mínimo. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislação>>. Acesso em 15/12/2009

⁶⁹ RIZZIERI, J. A. B. ; CARMO, H. C. E. **Retrospectiva histórica e metodológica do IPC-FIPE**. São Paulo, Fipe, 1995.

⁷⁰ Horace Bancroft Davis (1908-1999). Oriundo da Universidade de Columbia nos EUA onde concluiu seu doutorado. Foi pesquisador da Organização Internacional do Trabalho das Nações Unidas (OIT/ONU) e assumiu a cadeira de Economia Social da Escola Livre de Sociologia e Política em 1934. Por suas afinidades com o Partido Comunista, não teve seu contrato renovado, retornando aos EUA em 1935. Horace Davis foi substituído por Donald Pierson, que permaneceu por muitos anos na Escola. (KANTOR, I et al. (Org.) **A Escola Livre de Sociologia e Política**: anos de formação, 1933-1953. São Paulo: FAPESP: Escuta, 2001)

mas abrangeu os 39 bairros em que estava dividida a cidade de São Paulo (RIZZIERI; CARMO, 1995, p.5).

Com o objetivo de estudar o padrão de vida da classe operária, a pesquisa Davis teve como critério de escolha das famílias pesquisadas a condição obrigatória de a família ser operária. Para a coleta das informações foi utilizado o “método das cadernetas”, no qual cada família deveria anotar em detalhes todos os seus gastos durante um mês.

A pesquisa coordenada pelo professor Samuel Lowrie⁷¹, também professor da Escola Livre de Sociologia e Política, teve como executora a Subdivisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura de São Paulo.

Com o objetivo subsidiar a prefeitura na definição do piso salarial da limpeza pública municipal, a pesquisa restringiu-se às famílias dos funcionários da limpeza da Prefeitura de São Paulo, que preencheram as cadernetas durante cinco semanas divididas em três períodos diferentes: novembro e dezembro de 1936, janeiro e fevereiro de 1937 e abril e maio de 1937. No total, foram preenchidas 428 cadernetas, das quais foram utilizadas 306.

Essa pesquisa teve como produto final a publicação do livro “As condições de vida dos funcionários da limpeza pública de São Paulo”, com grande repercussão na discussão sobre o padrão de vida operário.

Contudo, essa pesquisa apresentou, relativamente à analisada anteriormente, o problema de não ser necessariamente representativa da população paulistana, por basear-se em um segmento determinado da população. (RIZZIERI; CARMO, 1995, p.5)

Apesar da pesquisa de Lowrie não abranger a diversidade da classe operária paulistana, foi a base de constituição do “Índice Ponderado de Custo de Vida da Classe Operária na Cidade de São Paulo” entre 1939 e 1956 e se consolidou como o número oficial da inflação na cidade de São Paulo, tornando-se referência para a

⁷¹ Samuel Harman Lowrie (1884-1975). Como Davis, tem sua origem acadêmica vinculada à Universidade de Columbia, onde concluiu seu doutorado. Na Escola Livre de Sociologia e Política foi responsável pela cadeira de Sociologia Geral entre 1934 e 1938. Lowrie dedicou-se à pesquisa documental e também trabalhou para a Prefeitura de São Paulo na Divisão de Estatística e Documentação do Departamento de Cultura. (LONGWORTH, D. S. Samuel Harman Lowrie. **Footnotes**, Washington: American Sociological Association – ASA, v.4, n.8,1976)

correção salarial definida pelo Ministério do Trabalho para todas as categorias operárias de São Paulo⁷².

Luiz Tenório⁷³, dirigente do Sindicato da Alimentação no Estado de São Paulo, lembra que:

[...] o único (índice) em que a justiça se baseava era (o de) uma comissão do Ministério do Trabalho, a qual não tinha a nossa presença nem participação, e o da Secretaria de Abastecimento de São Paulo (Prefeitura de São Paulo), comandada por Ademar de Barros e o secretário era o João Acioli [...]. Então esses dois dados nunca, nunca conferiam com aquilo que a gente achava que era o custo de vida. (LIMA, 2006, p.291)

Com as suspeitas que recaíam sobre os dados produzidos pela Prefeitura de São Paulo, em 1949 os bancários começaram a calcular o índice de reajuste salarial a ser reivindicado junto aos banqueiros.

⁷² Não é possível ter certeza se os valores de inflação calculados pelo “Índice Ponderado de Custo de Vida da Classe Operária” em 1951 eram manipulados ou refletiam um olhar limitado pela sua metodologia, que não alcançava a realidade geral da classe operária paulista, em especial a bancária. Porém é inegável que todo esse processo reafirmou as suspeitas de manipulação dos índices oficiais que definiam os reajustes salariais de então.

Além disso, um fato jogava grandes suspeitas ao trabalho da prefeitura: o fato de o professor Oscar Egydio de Araújo, chefe do subdepartamento de estatística da prefeitura desde o retorno do professor Samuel Lowrie aos Estados Unidos, ser também funcionário da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, onde chefiava o Departamento Econômico. (CHAIA, 1992, p.48)

⁷³ Luiz Tenório de Lima, o Tenorinho (1923-2010). Começou a trabalhar como assalariado na Usina Santa Terezinha, produtora de açúcar e álcool, aos 17 anos. Ao ir em definitivo para São Paulo, foi contratado numa destilaria de álcool da família Matarazzo onde foi eleito tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação e Destilados e delegado junto ao Pacto de Unidade Sindical.

No início dos anos 1960, Tenorinho foi eleito presidente do Sindicato de Laticínios e, logo depois, da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação do Estado de São Paulo; diretor da CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; um dos fundadores e um dos primeiros diretores do DIEESE. Em 1962, no V Congresso do Partido Comunista Brasileiro, foi eleito para o seu Comitê Central. Com o golpe de 1º de abril de 1964, foi destituído de todos os seus cargos sindicais e teve cassados seus direitos políticos.

No fim dos anos 1960 exilou-se em Praga, passando a atuar junto à Federação Sindical Mundial

Em fins de 1979 retornou ao Brasil fixando residência em São Paulo, onde passou a editar, o Correio Sindical de Unidade, idéia que ele reproduziu sob a forma de um programa de rádio, de muita audiência, nos anos 2000.

Em 1984, foi eleito vereador no município de São Paulo e teve atuação destacada na fundação da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, onde ocupou o cargo de vice-presidente até seu falecimento. (ALMEIDA, F. I. A. Morre Luiz Tenório de Lima. **Portal Vermelho**. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/blogs/outroladodanoticia/?p=18352>. Acesso em 25/02/2010)

Para mensurar de modo mais acurado essa percepção, “o sindicato dos bancários [...] nomeava uma comissão [...] para elaborar um estudo, para verificar quanto realmente havia subido realmente o custo de vida”. (LOSACCO, 1987, p.18).

Essa comissão era composta pelos próprios bancários – nas palavras de Losacco – composta pelos “melhores elementos da categoria”. A ela era dado um prazo entre 15 e 20 dias para que calculassem o reajuste a ser reivindicado pelo sindicato aos banqueiros (CHAIA, 1992, p. 28).

Imbuídos da tarefa, os membros da comissão, então

[...] iam consultar preços no armazém, nas feiras livres. As mulheres colaboravam, anotavam os preços das mercadorias, tinham cadernetas. Tinha gente que tinha o capricho de acompanhar ano a ano a elevação dos preços, então eles diziam as mesmas quantidades que eu comprei no ano passado custava tanto e esse (ano) estão custando tanto, feijão a mesma coisa e isto e aquilo, vestuário, escola, transporte e aí se chegava a um índice sem a ponderação. (LOSACCO, 1987, p.16)

Essa comissão funcionou de maneira permanente a partir de 1949 e conferiu de certo modo os parâmetros das reivindicações dos bancários, nos anos seguintes, com destaque para o índice que deu origem à greve de 1951.

Nos anos que se seguiram à greve de 1951, com os resultados nas negociações alcançados pelos bancários a partir de seu cálculo e somado ao fato de a data-base dos bancários ser dois meses antes das demais categorias “o índice obtido no reajuste salarial (dos bancários) funcionou como um parâmetro para as demais categorias” (1987, Chamorro apud CHAIA, 1992, p.43)⁷⁴.

Todas as categorias, com raras exceções, reclamavam dos dados estatísticos oficiais que vinham. [...] Nesse sentido, eu acho que quem mais aprimorou nessa questão foi o Sindicato dos Bancários aqui em São Paulo... É que começou a fazer pesquisa nesse sentido; quando nós nos reuníamos, eram eles que traziam mais dados. (1987 Chamorro apud CHAIA, 1992, p.43).

Esses dados trazidos pelos bancários para a construção das reivindicações das diversas categorias paulistas ainda não tinham o rigor estatístico que veio se constituir por conta do ICV-DIEESE. No entanto, isso conferiu, na prática, a

⁷⁴ Entrevista com Antonio Chamorro, realizada em 19/11/1987 por Miguel Wadi Chaia.

legitimidade necessária à posição de Losacco de criar uma instituição intersindical que calculasse um índice de custo de vida dos trabalhadores.

2.4 O conhecimento como produto de relações sociais: os sujeitos que produziram o Índice de Custo de Vida do DIEESE

Partindo-se da concepção de que todo conhecimento é histórico, social e tem a prática como característica fundamental, não há como separar um conhecimento dos sujeitos que o constituíram. Também não se pode renegar a história da qual estes sujeitos fazem parte. Isto significa que não é possível compreender um determinado conhecimento a partir dele mesmo, mas somente por meio das pessoas que o constituíram e das relações sociais em que estão inseridas.

É possível afirmar que o ICV-DIEESE tem sua origem na percepção por parte dos trabalhadores de que seus salários perdiam poder de compra cotidianamente e que os aumentos salariais que aconteciam não davam conta de suprir essa perda.

O movimento iniciado pelos bancários de procurar quantificar o tamanho dessa perda por meio de procedimentos simples de verificação de preços e comparação destes em relação a um período anterior foi um movimento na direção de melhor compreender o fenômeno que percebiam. Os bancários avançaram na produção de um mecanismo de mensuração de suas perdas, porém não o suficiente a ponto de se contrapor ao conhecimento que legitimava a posição dos empresários e definia a posição oficial do governo.

Para dar o salto nesta direção, incorporou-se no processo o conhecimento de um conjunto de intelectuais oriundos da universidade. A partir do conhecimento inicial produzido pelos bancários, estes intelectuais trouxeram para esse processo as mesmas bases de sustentação do índice que balizava a posição dos empresários e criaram as condições de produzir um indicador mais eficiente para a medição da inflação, tornando-o um instrumento capaz de auxiliar a classe trabalhadora a conhecer melhor sua condição.

Além dos conhecimentos imediatamente necessários para a produção do índice, esses intelectuais trouxeram consigo um conjunto de relações sociais estabelecidas a partir da história de vida de cada um, o que possibilitou o acesso ao conhecimento historicamente sistematizado pela humanidade a partir das necessidades dos trabalhadores⁷⁵.

Essa articulação das relações existentes no interior do movimento sindical com as relações trazidas pelos intelectuais resultou na produção do índice de custo de vida dos trabalhadores, conferindo-lhe legitimidade científica capaz de introduzir os trabalhadores nos embates do campo acadêmico para além de meros objetos de pesquisas de padrão de vida como acontecera até então.

Assim, torna-se fundamental para os objetivos desta pesquisa reconstruir a história dos que foram responsáveis pela produção do Índice de Custo de Vida – DIEESE, tentando compreender como cada um funcionou como polo aglutinador de conhecimentos, instituições e, acima de tudo, de pessoas que viabilizaram a montagem concreta do índice.

Os levantamentos anteriores, as pesquisas já realizadas, as informações disponíveis e as entrevistas realizadas por esta pesquisa possibilitaram a identificação de três sujeitos fundamentais para a criação do ICV/DIEESE: Salvador Romano Losacco, José Albertino Rodrigues e Lenina Pomeranz, cada qual elemento essencial no diálogo do DIEESE com diferentes indivíduos que influenciaram decisivamente a produção do índice de custo de vida.

⁷⁵ O debate sobre o papel dos intelectuais na sociedade moderna, como já afirmara Bobbio, não tem trégua. Muitas são as visões e definições e não serão aprofundadas neste estudo. Para os fins desta pesquisa, interessa focar um aspecto fundamental que é a possibilidade de esses intelectuais constituírem um conjunto de relações sociais que lhes possibilite acessar o conhecimento científico historicamente sistematizado. Sobre a discussão do papel dos intelectuais na sociedade moderna, ver BOURDIEU, P. O campo científico. In.: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155 e GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

2.4.1 Salvador Romano Losacco: as relações políticas para a viabilização e sustentação de um conhecimento

No momento de criação do DIEESE, Salvador Romano Losacco era dirigente do Sindicato dos Bancários e presidente do Pacto de Unidade Intersindical (PUI). Sua participação na viabilização do DIEESE foi fundamental. Segundo Luiz Tenório “sem ele não tinha existido o DIEESE” (LIMA, 2006, p.292).

Pode-se afirmar que Losacco foi o idealizador político do DIEESE e, como presidente do PUI, foi seu viabilizador econômico, sendo inclusive o responsável pela primeira sede do departamento: uma sala do Sindicato dos Bancários de São Paulo no edifício Martinelli.

Losacco tem sua história vinculada à política no Estado de São Paulo e, desde a década de 1930, manteve relações com importantes figuras da política paulista. Entre 1930 e 1935, Losacco trabalhou com seu tio no Escritório de Advocacia Cardoso de Melo, tendo assim contato direto com José J. Cardoso de Melo Júnior e José J. Cardoso de Melo Neto, figuras importantes do Partido Democrático.

Como destacou o próprio Losacco:

[...] o velho José Joaquim Cardoso de Melo Júnior já vinha de combater o sistema político desde o tempo do império, havia sido intendente (chefe de polícia) de São Paulo, e também foi senador [...] O seu filho mais velho, José Joaquim Cardoso de Melo Neto⁷⁶, professor da Faculdade de Direito, era figura de proa do Partido Democrático (LOSACCO, 1987, p.2).

Losacco adentrou a vida política pelas mãos de seu tio e pelas relações que estabeleceu no escritório Cardoso de Melo. Em 1936, trabalhou na 3ª Zona Eleitoral,

⁷⁶ Joaquim Cardoso de Melo Neto (1883-1965). Foi prefeito interino da cidade de São Paulo de 24 de outubro a 5 de dezembro de 1930 nomeado pelo general Hastinfilo de Moura. Foi governador do Estado de São Paulo eleito pela Assembleia Legislativa de 5 de janeiro de 1937 a 10 de novembro de 1937 e interventor federal no Estado de São Paulo de 11 de novembro de 1937 a 26 de abril de 1938. Foi diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo entre 1941 e 1942 e fundador do Banco Mercantil de São Paulo (JOAQUIM Cardoso de Melo Neto. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Joaquim_Cardoso_de_Melo_Neto. Acesso em: 10 fev. 2010)

na expedição de títulos eleitorais para a eleição de 1937, que, com o golpe de Getúlio Vargas e o início do Estado Novo nesse ano, não aconteceu.

Nesse período, com a fusão da Ação Nacional e do Partido Democrático⁷⁷ na criação do Partido Constitucionalista⁷⁸, Losacco tornou-se o 2º Secretário do diretório da Bela Vista.

Nas palavras de Losacco, ele iniciou sua história na política

[...] no escritório de advocacia, depois por gosto. Não foi só para atender o desejo do meu empregador que eu comecei a me dedicar à política, eu tomei gosto pela coisa. (LOSACCO, 1987, p. 6)

Com a campanha de Armando Sales de Oliveira à presidência da República, Losacco foi trabalhar no jornal “O Imparcial de São Paulo”.

O Imparcial foi justamente criado para fazer a campanha de Armando Sales de Oliveira à presidência da República, isso foi em 1935, e logo de cara eu achei que a minha atividade política, tanto no diretório do Partido Constitucionalista lá na Bela Vista como no serviço eleitoral, poderia ser ampliada se eu trabalhasse em jornal, e eu fui para o Imparcial (LOSACCO, 1987, p. 7)

No Imparcial, Losacco iniciou sua carreira no jornalismo, atuando como revisor entre 1936 e 1937. Em 1937, com a fundação da Rádio Bandeirantes, também, a serviço da candidatura Armando Sales de Oliveira, Losacco passou a exercer a função de redator e correspondente da rádio, onde ficou até metade de 1938, quando foi convocado pelo exército.

[...] eu sou convocado para prestar serviço militar, naquele tempo houve o sorteio, foi o único sorteio que eu ganhei na minha vida. Em mais de 120 mil para se escolher 12 mil, eu fui o 6º e aí eu fiquei até 1941 no exército, um pouco mais de 4 anos, foi de meados de 1938 até junho de 1941. (LOSACCO, 1987, p. 10)

⁷⁷ O Partido Democrático foi fundado em 1926, reunindo descontentes com o domínio do Partido Republicano Paulista (PRP) nos governos do Estado de São Paulo e da República (ABREU, A. A. et al. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**: Pós-30. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 5 v, 2001).

⁷⁸ O Partido Constitucionalista foi criado em 1934 da fusão do PD, da Ação Nacional (ala interna do PRP) com a Federação dos Voluntários liderados por Armando de Sales Oliveira, então interventor em São Paulo (ABREU, 2002).

Com sua saída do exército em 1941, Losacco prestou concurso para trabalhar no Banco do Brasil e passou a integrar a categoria dos bancários na cidade de Jaú, onde ficou até novembro de 1948. Em Jaú, participou da fundação da Esquerda Democrática local⁷⁹.

Quando se fundou a Esquerda Democrática, eu fui fundador lá em Jaú. [...] Eu participei da fundação, fizemos uma solenidade e tal coisa, fizeram umas reuniões [...] mas teve vida efêmera. Não demorou nem um ano. (LOSACCO, 1995, p. 227)⁸⁰

Retornando a São Paulo, Losacco trabalhou em uma agência no centro, lotado na carteira de crédito agrícola, onde se aproximou da luta contra a intervenção do sindicato dos Bancários. Junto com “Milton Marcondes, Oswaldo Soares Carezzato e Remo Braga e mais alguns companheiros”, fez parte de uma comissão sindical, passando a participar das “raras assembleias que havia no sindicato” (LOSACCO, 1987, p.12).

Em conjunto com outros bancários de outros bancos, principalmente os que haviam sido dirigentes sindicais antes da intervenção, formou um grupo que deu origem à “Comissão de Defesa dos Bancários”:

Começamos na minha casa em meia dúzia e acabamos precisando emprestar o Salão das Classes (Laboriosas) ali na rua José Bonifácio. Ali já iam duzentas, trezentas (pessoas) [...] [e assim]

⁷⁹ Fundada em 25 de agosto de 1945, a Esquerda Democrática (ED) reuniu os opositores socialistas avessos ao comunismo soviético (comunistas em desacordo com o stalinismo, ex-trotskistas, militantes do incipiente Partido Socialista Brasileiro vigente nos anos 30, cristãos progressistas) e ao Estado Novo. Não se constituindo como partido político, a ED estabeleceu acordo eleitoral com a União Democrática Nacional (UDN) e concorreu às eleições parlamentares em dezembro de 1945 através daquela legenda, fato este que levou alguns analistas a considerarem a ED uma ala à Esquerda dentro da UDN.

Em abril de 1946, a Esquerda Democrática realizou a primeira Convenção Nacional, que decidiu torná-la oficialmente partido político, adotando um programa próprio e passando a apresentar candidatos às eleições. Em sua 2ª Convenção, realizada em 16 de agosto de 1947, a ED adotou a denominação Partido Socialista Brasileiro e a manteve até 1965, quando de sua extinção pelo AI-2. Seu programa defendia o regime representativo, a liberdade sindical e de organização partidária, a saúde pública, o ensino gratuito, a reforma agrária, a industrialização e o divórcio. Sobre a Esquerda Democrática ver HECKER, F. A. M. **Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

⁸⁰ Entrevista com Salvador Romano Losacco, em HECKER, F. A. M. Um retrato falado do Brasil pré-golpe: entrevista com Salvador Romano Losacco. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 27, p. 223-243, 1995.

fundamos então a comissão de defesa dos bancários de São Paulo, e elegemos para ela como presidente Milton Marcondes, fomos assim até o ano de 1949, quando lançamos uma campanha por aumento de salários, que conseguiu empolgar toda classe bancária de São Paulo, contra o sindicato, contra os banqueiros, contra a polícia [...] (LOSACCO, 1987, p.13).

Na campanha salarial de 1949, a “Comissão de Defesa dos Bancários” montou a primeira comissão para o cálculo do reajuste a ser reivindicado.

Em 1950, Losacco compôs a chapa de oposição “Libertadora” encabeçada por Milton Marcondes, então vereador da UDN, derrotando outras duas chapas nas eleições para a direção do Sindicato dos Bancários.

Com a vitória, Losacco passou a integrar a diretoria dos Sindicatos dos Bancários de São Paulo e a comandar os movimentos reivindicatórios contra os bancos nos anos seguintes, com destaque para a campanha de 1951, já explorada anteriormente.

Da experiência da greve de 1951 e das campanhas salariais dos bancários de 1952 e 1953, Losacco sedimentou sua legitimidade política perante os principais líderes sindicais do período ao assumir em 1954 a presidência do Sindicato dos Bancários de São Paulo e, no ano seguinte, a presidência da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários. Com a criação do PUI, também em 1955, foi escolhido como seu presidente, cargo que ocupou até sua extinção em 1959.

Como figura proeminente do movimento sindical paulista, Losacco lançou-se candidato a deputado federal pelo PTB, sendo eleito em outubro de 1958 com 10.198 votos⁸¹. Ocupou o referido cargo até setembro de 1962 quando teve seu mandato cassado, acusado de ser comunista.

Losacco foi fundamental para o DIEESE e para a montagem do ICV, pois trouxe para o projeto do Departamento todas suas relações políticas construídas por sua história de vida dentro e fora do Movimento Sindical (vide ilustração 1).

⁸¹ Losacco foi eleito deputado federal pelo PTB em 1958, porém nunca foi alinhado plenamente com o partido, a ponto de Maria Victória Benevides dedicar um espaço em seu livro “PTB e trabalhismo: Partido, Sindicato e Governo em São Paulo 1945-1964” intitulado “Salvador Losacco: o sindicalismo radical na bancada petebista” ver Benevides (1989).

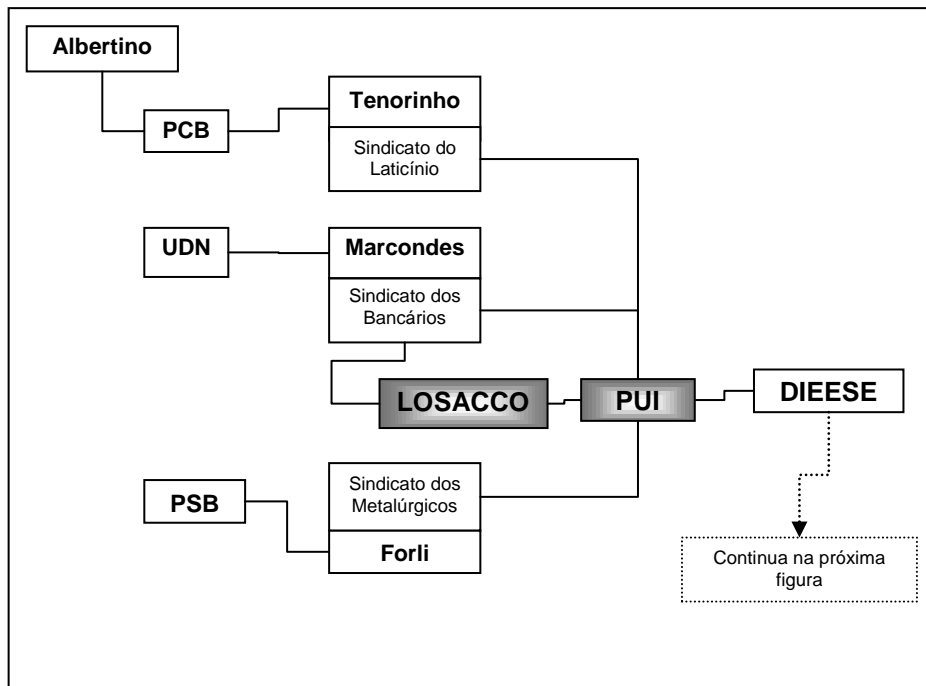
Sua trajetória política eclética iniciada no Partido Democrático e no Partido Constitucionalista, com passagem pela Esquerda Democrática e filiação ao PTB, além de sua estreita relação com Milton Pereira Marcondes, bancário e vereador eleito UDN, e principalmente sua ampla relação com diferentes líderes sindicais advinda de sua posição como presidente do PUI, ajudam a compreender como foi possível a organização de um departamento intersindical.

Como o próprio Losacco lembra:

Comecei a desenvolver uma tarefa de convencer o nosso pessoal, os dirigentes sindicais que participavam do Pacto (PUI) e tinha lá uns quinze, depois entrou mais 2 ou 3 [...] aí foram chegando devagarzinho (os pelegos), chegaram os eletricitários, o pessoal do gás e até o pessoal do funcionalismo, o funcionalismo da Prefeitura de São Paulo [...] [assim] nós conseguimos angariar também para o DIEESE os chamados pelegos, que eram os homens que vinham da máquina dos antigos interventores [...]. (LOSACCO, 1987, p.37)

De direções comunistas, passando por janistas, trabalhistas e ministerialistas, Losacco conseguiu dialogar com uma frente capaz de conferir legitimidade política e viabilidade financeira ao DIEESE, articulando-o aos diversos processos políticos com os quais o Movimento Sindical estava envolvido.

Ilustração 1
Diagrama de relações – Salvador Romano Losacco



2.4.2 José Albertino Rodrigues: relações sindicais e relações acadêmicas

Um departamento de estatísticas e estudos socioeconômicos não existe somente no aspecto político. A organização do trabalho e a montagem do cálculo do custo de vida dos trabalhadores, razão de sua criação, eram tarefas a serem desenvolvidas e para isso foi então contratado um contador.

Não se encontraram registros de quem foi esse primeiro técnico a serviço do DIEESE. Seu nome não aparece nos documentos da instituição nem nas falas dos dirigentes que fundaram o Departamento. O que se sabe de seu trabalho é que ele

organizou uma pesquisa sobre o perfil de consumo dos trabalhadores, enviando-a aos sindicatos ligados ao PUI.

No que se refere ao contador contratado, Luiz Tenório, então Secretário do PUI, o descreve assim:

[...] era um homem muito alienado politicamente, um excelente técnico, mas estava pouco se lixando para as lutas dos trabalhadores. Esse técnico fez um bom trabalho nos primeiros 20, 40 dias. Quando nós apresentamos o primeiro resultado, assustou a Federação da Indústria, presidida na época pelo Antônio de Visatti, cuja sede é aqui no Viaduto Maria Paula... pertinho, aqui, da João Mendes. Eles se mancomunaram, estudaram, chamaram esse técnico, triplicaram o salário que nós tínhamos estabelecido, que era o que a gente podia pagar. O cidadão não deu pra gente nem bom-dia, nem boa-tarde, caiu fora, a gente ficou sabendo que ele já estava lá e que ele não ia mais voltar pro DIEESE (LIMA, 2006, p.291).

Apesar de não se ter certeza do perfil do contador contratado além do descrito por Lima, é possível perceber que a partir dessa primeira tentativa de contratar um técnico para trabalhar junto ao movimento sindical começou a ficar claro para os dirigentes sindicais que, para além do conhecimento técnico era necessário algo mais, que iria nortear a contratação do quadro técnico da instituição: o compromisso com a classe trabalhadora.

O cargo técnico do DIEESE ficou vago até 1956, quando entrou em cena uma figura fundamental na organização do departamento e na produção do Índice de Custo de Vida: José Albertino Rodrigues, então com 28 anos.

Segundo Luiz Tenório, Albertino chegou ao DIEESE por intermédio do Partido Comunista.

O Partido Comunista, que tinha presença em todas as universidades, em todos os jornais, através do Câmara Ferreira, que era o jornalista responsável pelo jornal 'O Hoje' do Partidão e era o assistente dos universitários, localizou o Albertino Rodrigues. Um homem muito sereno, muito discreto, não era assim 'queimadão'. O Câmara Ferreira trouxe 'ele', nos apresentou, nós o acolhemos. (LIMA, 2006, p.292).

José Albertino Rodrigues, de origem mineira e filho de modesto administrador de empresas, teve sua formação acadêmica ligada à Escola Livre de Sociologia e

Política de São Paulo (ELSP-SP) e à Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (FCEA-USP)⁸².

Albertino bacharelou-se no início da década de 1950 em Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP-SP), a mesma que primeiro realizou as pesquisas de padrão de vida da classe trabalhadora, conforme descrito anteriormente.

Como estudante de Ciências Sociais, Albertino foi apresentado à sistemática de pesquisa e análise sociológica desenvolvida pela ELSP-SP, fortemente influenciada pela sociologia norte-americana. Como auxiliar de Oracy Nogueira⁸³, ainda na ELSP-SP teve a oportunidade de aplicar na prática os métodos e técnicas de pesquisa social aprendidos.

Nogueira relata que Albertino atuou como seu secretário e datilógrafo, “a quem ditava cada aula a ser ministrada” em 1951, quando ministrou o curso de métodos e técnicas de pesquisa social no Centro de Estudos de Folclore “Mario de Andrade”. Também o auxiliou no trabalho de campo “que vinha desenvolvendo em Itapetininga” para a pesquisa “Família e Comunidade, um estudo sociológico de Itapetininga” (NOGUEIRA, 1992, p.200)⁸⁴,

As afinidades entre Nogueira e Albertino se davam também na esfera política: ambos eram ligados ao Partido Comunista. Este fato trouxe imensos transtornos em suas vidas acadêmicas: Para Oracy Nogueira, o preço de sua filiação ao Partido

⁸² A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo foi criada em 1946. Em 1969, a Reforma Estrutural da USP muda o nome de FCEA para Faculdade de Economia e Administração (FEA).

⁸³ Oracy Nogueira (1917-1996). Sociólogo brasileiro, integrou a primeira turma de mestres em ciências sociais formadas no país pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, na qual desenvolveu profundas relações com o pensamento sociológico e antropológico americano. Suas principais obras têm como objeto a análise do preconceito racial no Brasil, a família e o parentesco, estudos de comunidade, sociologia das profissões e metodologia e técnicas de pesquisa. Importante referência na relação entre Economia e Sociologia, fez parte do corpo docente da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (FCEA-USP) entre 1952 e 1970 e entre 1978 e 1983 quando assume como professor titular de Sociologia aplicada à economia, ocupando essa cadeira até se aposentar. No Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP) foi responsável pela cadeira de "Métodos e técnicas de pesquisa" entre 1970 e 1978. (JACKSON, L. C. J. Gerações pioneiras na sociologia paulista 1934-1969. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo: Departamento de Sociologia FFLCH-USP, v.19, n.1, p. 115-130, 2007)

⁸⁴ NOGUEIRA, Oracy. Homenagem – José Albertino Rosário Rodrigues. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, Departamento de Sociologia FFLCH-USP, v. 4, n.1- 2, p. 199-203, 1992.

Comunista foi a não concessão em 1952 de seu visto para retorno aos Estados Unidos, o que o impediu de defender sua tese de doutoramento; Já Albertino, como auxiliar de Nogueira e alvo de hostilidade aberta por conta de sua militância estudantil, ficou impossibilitado de continuar na ELSP (NOGUEIRA, 1992, p.200).

As complicações ligadas à relação de ambos com o Partido Comunista acabaram levando-os a se transferirem da ELSP-SP para a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (FCEA-USP) por meio de convite de Mário Wagner Vieira da Cunha⁸⁵: Nogueira para a cadeira de Ciência da Administração, e Albertino como auxiliar e depois assistente de ensino e pesquisa da Professora Alice Piffer Canabrava, responsável pela cadeira de História Econômica.

Como auxiliar e assistente de Canabrava⁸⁶, Albertino ampliou suas relações com a economia e aprofundou seus conhecimentos em métodos e técnicas de pesquisa econômica, em especial na utilização de fontes primárias para a análise da realidade brasileira, conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento futuro da metodologia do Índice de Custo de Vida do DIEESE (ICV-DIEESE).

Além disso, foi na FCEA-USP que Albertino “conviveu na ‘Sala dos Professores’, nos minutos que antecediam as aulas e nos intervalos” com Wilfred

⁸⁵ Mário Wagner Vieira da Cunha (1912-2003). Concluiu o curso de Direito em 1936 na Universidade de São Paulo e pertenceu à turma de ciências sociais e políticas de 1935 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na mesma universidade. Foi professor na Escola Livre de Sociologia e Política, professor catedrático de ciência da administração da Faculdade Ciências Econômicas e Administração e diretor do Instituto de Administração anexo à FCEA-USP. Autor, entre outros trabalhos, de "Descrição da festa de Bom Jesus de Pirapora" publicado na Revista do Arquivo Municipal em 1937, "Povoamento e classes rurais do município de Cunha" de 1939, "Social research in Brazil", em parceria com Donald Pierson em 1946, "Burocratização das empresas industriais" em 1951 e "O sistema administrativo brasileiro 1930-1950" de 1963. (MICELI, Sérgio; PINHEIRO, F. A. F. Entrevista com Mário Wagner Vieira da Cunha. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.20, n. 2, nov. 2008)

⁸⁶ Alice Piffer Canabrava (1911-2003), historiadora brasileira – foi uma das primeiras mulheres a assumir uma cátedra na Universidade de São Paulo na cadeira de História Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (FCEA-USP). Com influências de Pierre Monbeig e Fernand Braudel (Escola dos Annales) de quem fora aluna, realizou importantes pesquisas a partir de fontes primárias, introduzindo na universidade brasileira métodos e técnicas de pesquisa em História Econômica. Suas pesquisas com base em exaustivo levantamento de dados em fontes primárias se constituíram como referência em história quantitativa e “abriram uma vertente de pesquisa que até hoje vem sendo explorada por vários pesquisadores com relevantes resultados para a historiografia”. (SAES, F. A. M. **A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira**. Texto apresentado no Seminário *A participação feminina na construção de novas disciplinas: o caso da historiografia econômica no Brasil*. In: V CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA TECNOLOGIA, Rio de Janeiro, 1998. Mimeo).

Leslie Stevens⁸⁷, inglês, docente de estatística que, segundo Nogueira, o “auxiliou no planejamento da nova instituição (DIEESE) e no da elaboração do Índice de custo de vida que haveria de fornecer” (NOGUEIRA, 1992, p.201).

Segundo Nogueira

o ambiente na nova instituição, as atividades didáticas e de pesquisa na cadeira de ‘História Econômica’, a experiência anterior de pesquisa e o conhecimento dos estudos de padrão de vida de que a Escola de Sociologia e Política havia sido pioneira, com os trabalhos de Davis e Lowrie, e a motivação desenvolvida no movimento estudantil, tudo convergiu no sentido de levar Albertino, nessa altura da vida, a engendrar e realizar o mais importante e mais marcante projeto de toda sua acidentada carreira profissional – a criação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, o DIEESE (NOGUEIRA, 1992, p.201).

Para o projeto de constituição do DIEESE e de produção do Índice de Custo de Vida (ICV-DIEESE), Albertino trouxe, de modo diferente, duas escolas de produção de conhecimento: a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e a Universidade de São Paulo (USP).

Como aluno da ELSP, Albertino constituiu-se em um elo do DIEESE com a tradição americana de pesquisa sociológica, onde melhor se desenvolveu a tradição empirista, com forte predominância de pesquisas quantitativas a partir de fontes primárias e utilização da estatística como ferramenta na compreensão dos fenômenos sociais⁸⁸.

Heloísa Martins relembra que

⁸⁷ Wilfred Leslie Stevens (1911-1958), bacharel em Matemática por Cambridge, foi discípulo de Ronald Aylmer Fisher, com quem trabalhou no Galton Laboratory. Foi pesquisador na Estação experimental de Rothamsted e publicou mais de 20 artigos em revistas como *Annals of Eugenics*, *Journal of Genetics*, *Journal of the Royal Statistical Society B*, *Biometrika*. Antes de vir para o Brasil, foi professor no Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, em Portugal. No Brasil, assumiu a cadeira de Estatística Matemática e Estatística Demográfica na FCEA-USP e desenvolveu intensa atividade na área de planejamento de experimentos estatísticos tanto do ponto de vista teórico quanto prático na área biológica e na agronomia. (DANTAS, C. A. B. O desenvolvimento da estatística na universidade de São Paulo. **Boletim da Associação Brasileira de Estatística**, IME-USP, Ano XVIII, n. 52, p.39-57, 2º quadrim. 2002)

⁸⁸ A influência americana na ELSP-SP se deu por meio de intercâmbios com a Universidade de Chicago e com a Universidade de Columbia. A partir da tradição da Escola de Chicago, a ELSP desenvolveu um conjunto de pesquisas qualitativas ligadas aos estudos de comunidades. Já a Universidade de Columbia trouxe para a ELSP a sua experiência nos métodos quantitativos, introduzindo a utilização da estatística como instrumental importante para as pesquisas sociais.

[...] a ELSP teve um papel fundamental nessas pesquisas [...]. Essa preocupação de realizar pesquisas, influência da sociologia que era feita na Universidade de Chicago [...]. Enquanto na USP se tinha uma discussão teórica muito acentuada, lá você tinha uma direção que desde (o princípio) vai ter o envolvimento com as pesquisas empíricas com grande influência da estatística [...]. Algo que diferenciava os alunos das ciências sociais da USP e os alunos da ELSP. (MARTINS, 2009).

Essa diferenciação era tão forte que levou a turma de Heloísa Martins

a fazer um movimento para aumentar o número de aulas de estatísticas. Nós achávamos que nós não tínhamos conhecimento suficiente para concorrer com os alunos que saíam da ELSP. Eles já saíam contratados por pesquisas, por empresas de pesquisa de mercado, de pesquisa de opinião pública. (Essas empresas) iam buscar os alunos (para trabalhar) lá (na ELSP), não iam buscar na USP. (MARTINS, 2009)

Na Universidade de São Paulo, como professor-assistente na FCEA-USP teve a oportunidade de dialogar com nomes importantes da estatística e da história quantitativa, como Stevens e Canabrava, respectivamente. Além disso, com fortes ligações com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP), Albertino foi o elo do DIEESE e, conseqüentemente, do Movimento Sindical com os intelectuais ligados à causa dos trabalhadores que buscavam compreender as transformações sociais decorrentes do processo de industrialização em curso no Brasil (vide Ilustração 2).

Na relação de Albertino com a FFLC-USP, Azis Simão⁸⁹, então ligado à cátedra de Sociologia II, foi fundamental. Segundo Lenina Pomeranz, “Oracy

⁸⁹ Azis Simão (1912-1990). Sociólogo, militante socialista, desde o final da década de 1920 manteve fortes ligações com o movimento operário paulista, com os intelectuais do movimento modernista e com os principais líderes socialistas e anarquistas brasileiros da época. Apesar da sua profunda afinidade com a área de ciências humanas, acabou formando-se em farmácia.

Participou da oposição ao Estado Novo e foi membro fundador da União Democrática Socialista, futuro Partido Socialista Brasileiro. Forma-se em 1950 no curso de Ciências Sociais, tornando-se professor daquele departamento.

Na universidade, realizou pesquisas sobre o proletariado paulista, tendo publicado seu famoso estudo sobre o voto operário em São Paulo nas eleições de 1947. Em 1964 defende sua tese de livre docência abordando a formação do proletariado paulista que foi publicada em 1966 com o título “*Sindicato e Estado*”, se transformou num clássico sobre o tema no país. (RODRIGUES, J. A.; COSTA V. R. Azis Simão, (1912-1990). **Ciência Hoje**, São Paulo, maio 1989. Disponível em: <http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/txt.php?id=21>, Acesso em: 30 dez. 2009).

(Nogueira) e Azis (Simão) eram muito próximos, muito influenciáveis, um ao outro, sempre trocando ideias”. (POMERANZ, 2009)

No que se refere à produção de conhecimento, a influência da ELSP e da FCEA-USP é percebida no rigor metodológico, na preferência por fontes primárias de informação e no peso da estatística na história do DIEESE. Já a influência no DIEESE dos intelectuais ligados nas Cátedras de Sociologia da FFCL-USP pode ser verificada por uma concepção de conhecimento “marcada pela cientificidade e profissionalismo” (JACKSON, 2007a)⁹⁰ com vistas a levar aos trabalhadores a consciência dos seus problemas sociais.

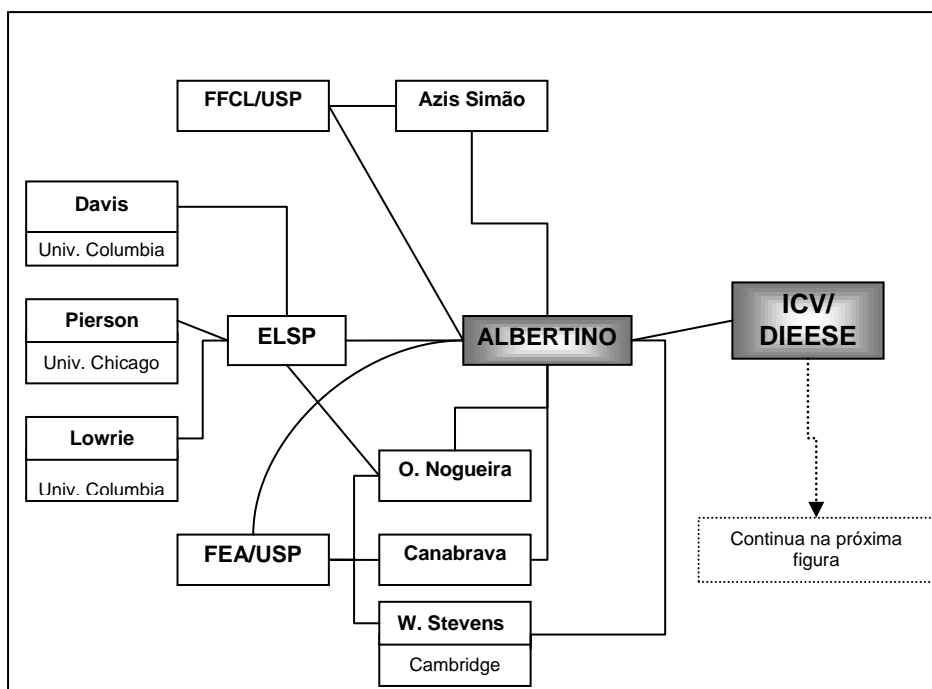
Aqui vale a pena trazer um momento significativo de explicitação da concepção de Albertino, relatado pela então técnica no DIEESE Heloísa Martins:

Nós estávamos conversando sobre o movimento sindical e eu tinha umas idéias assim, muito românticas sobre sindicalismo e disse a ele, que estava lendo Marx e Engels sobre sindicato. Ele me olhou com um ar assim muito duro: olha, tudo bem. Lê. Não faz mal você ler. Mas eu acho que mais importante que você ler é freqüentar o sindicato. Você conversar com os dirigentes que vão ao DIEESE. É você anotar, é você manter um diário do que você vai observando. [...] (MARTINS, 1988)⁹¹

⁹⁰ JACKSON, L. C. J. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo: Departamento de Sociologia FFLCH-USP, v.19, n.1, p. 115-130, 2007a.

⁹¹ Entrevista com Heloísa H. T. S. Martins realizada em 12/03/1988 por Miguel Wadi Chaia

Ilustração 2
Diagrama de relações – José Albertino Rodrigues



Esta concepção de produção de conhecimento calcado no olhar atento e rigoroso define o DIEESE não como um centro produtor de grandes interpretações, mas como um lugar de pesquisa de dados primários no qual aquilo que se produz deve servir às diversas interpretações da realidade brasileira que permeiam a diversidade sindical.

Assim, pode-se dizer que a chegada de José Albertino Rodrigues ao DIEESE viabilizou o diálogo entre dirigentes e intelectuais (vide Ilustração 3), definindo seu perfil institucional, explicitado hoje em seu estatuto:

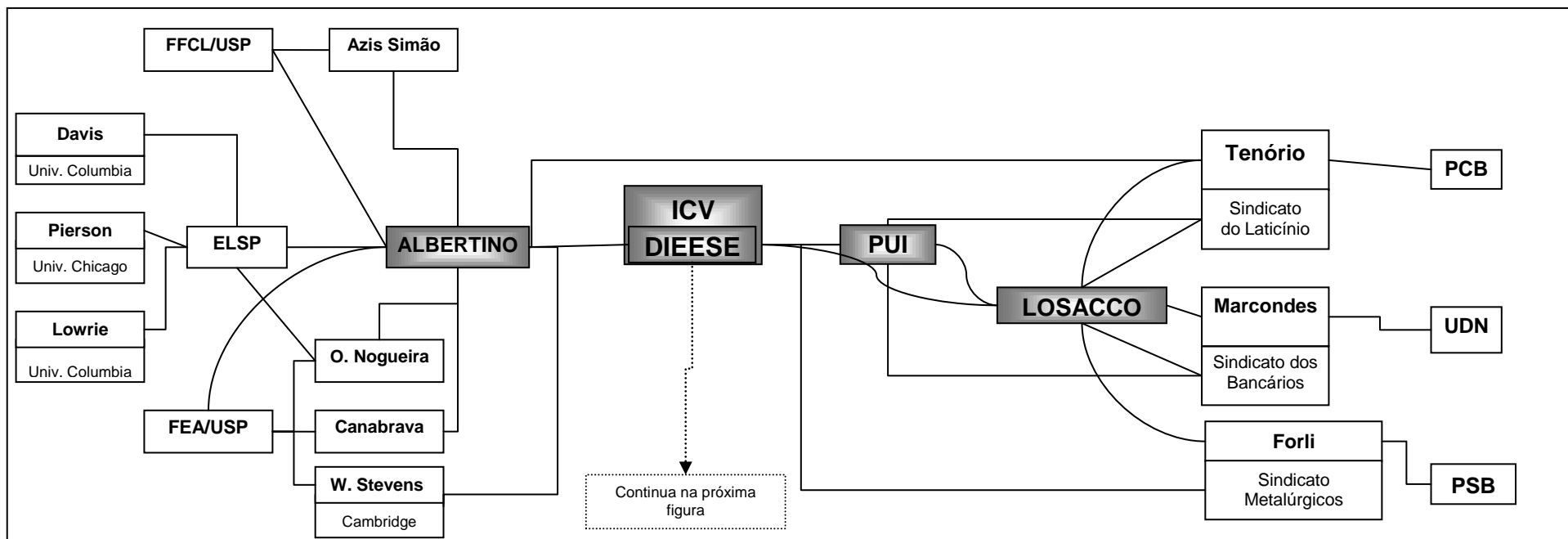
O DIEESE é um órgão unitário do Movimento Sindical Brasileiro destinado à realização de estudos e pesquisas, produção e difusão de conhecimento e informação sobre o trabalho em um contexto multidisciplinar, **tendo como instrumento de análise o método científico, a serviço dos interesses da classe trabalhadora**, sem prejuízo da diversidade das posições e enfoques sindicais (DIEESE, 2008, grifo nosso)⁹².

⁹² DIEESE, Estatuto do DIEESE. Disponível em Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acessado 12/03/2009.

Albertino trouxe ao departamento a ideia do DIEESE como “uma organização permanente, uma organização estável”, científica e profissional capaz de “fazer um trabalho sistemático, organizar as coisas [...]” (1988 Rodrigues apud CHAIA, 1992, p.59) a serviço do movimento sindical. A partir desta concepção, viabilizou-se a produção do Índice de Custo de Vida dos Trabalhadores.

Ilustração 3

Diagrama de relações – José Albertino Rodrigues e Salvador Romano Losacco



2.4.3 Lenina Pomeranz: a montagem matemática do Índice de Custo de Vida

Um índice de custo de vida é um indicador econômico que mede a variação dos preços relativos de uma cesta de produtos previamente definida. Segundo o DIEESE:

O índice de custo de vida envolve três componentes: a renda dos consumidores, a estrutura de preços relativos dos bens ofertados no mercado e as preferências dos consumidores. Adotando-se a hipótese da racionalidade dos consumidores, que desejam atingir o maior nível de satisfação possível, sob as restrições do nível de renda e da estrutura de preços relativos, em cada momento do tempo, são consumidas determinadas quantidades de bens ofertados no mercado. Desta forma, em razão de um aumento de preços, para que o consumidor possa manter o mesmo nível de satisfação lhe é necessário um aumento de renda. O Índice de Custo de Vida vem refletir este necessário aumento de renda (DIEESE, 2008)⁹³.

No processo de construção do Índice de Custo de Vida do DIEESE, esses três componentes foram sendo produzidos entre os anos de 1956 e 1958.

Quando Albertino chegou ao DIEESE, encontrou uma pesquisa montada e distribuída aos dirigentes sindicais pelo contador que o antecederia. Porém, ao analisá-la, Albertino chegou “à conclusão de que o questionário era totalmente inviável, inaproveitável”. (1988 Rodrigues apud CHAIA, 1992, p.57):

Examinei o questionário elaborado por ele e imediatamente percebi deficiências... Neste questionário, havia duas falhas. Uma lamentável: não era listado o feijão. A outra não era assim tão importante: não incluía a manteiga. É um problema sério. Naquela altura, mais do que hoje, o feijão tem sua importância... A única maneira de corrigir seria voltar às famílias, mas já fazia alguns meses que as famílias tinham preenchido o questionário, e voltar às famílias era, então, impossível. (1988 Rodrigues apud CHAIA, 1992, p.65)

⁹³ DIEESE. **Nota explicativa do Índice de Custo de Vida – ICV DIEESE**. Disponível em <http://www.dieese.org.br/pof/pof.xml#C2>. Acesso em 15/10/2008.

Tendo que recomeçar a pesquisa do zero, Albertino iniciou a primeira etapa da montagem do Índice de Custo de Vida do DIEESE com a pesquisa sobre a família padrão a partir da qual se estruturaria a pesquisa de padrão de vida⁹⁴. A pesquisa sobre família padrão foi realizada por meio de um questionário piloto: “Era um pequeno questionário que o Albertino fez distribuir entre os bancários para escolher a família padrão para a qual iríamos distribuir o questionário (da Pesquisa de Padrão de Vida)”. (POMERANZ, 2009).

A partir daqui, é importante relatar um fato relevante nesse processo: a chegada de Lenina Pomeranz para trabalhar na pesquisa.

Advinda de uma família judia de origem polonesa, Pomeranz, teve sua história de vida marcada por uma visão crítica de mundo. Como ela mesmo lembra, seu nome é um forte sinal desta tradição:

Meu pai, para ter me dado esse nome, tinha uma perspectiva de mundo que eu posso chamar quase que de anarquista. Ele era um cidadão desses bem radicais, na sua visão de mundo. E me ensinou que o mundo é desigual, que as pessoas têm que lutar pela igualdade, por uma sociedade mais justa. (POMERANZ, 2006, p. 265)⁹⁵

Ao mesmo tempo, sua relação com os números começou cedo na Escola de Comércio Álvares Penteado e no trabalho como auxiliar de contabilidade:

Quando estava próxima dos 14 anos, eu já frequentava a Escola de Comércio Álvares Penteado [...]. Mas, meu tio, [...] me arranjou um

⁹⁴ Em meados de 1957, Albertino assessorou os condutores da Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC em um levantamento sobre padrão de vida. Esta pesquisa foi demandada pela “Comissão Paritária, composta por três membros indicados pela Diretoria da CMTC e três membros indicados pelos Sindicatos dos empregados dessa empresa”, que tinham sido “incumbidos de apurar a variação do custo de vida de outubro entre 1956 e setembro de 1957”. Para isso, procedeu-se à realização de uma “pesquisa de padrão de vida como base para o levantamento do custo de vida” dentro da categoria dos condutores. A pesquisa para a Comissão da CMTC chama a atenção pelo fato de uma empresa pública municipal, ou seja, de propriedade da Prefeitura de São Paulo - responsável pela pesquisa oficial de inflação na cidade – admitir a necessidade de outro indicador. Em termos práticos, a pesquisa realizada para a CMTC foi muito semelhante à realizada por Lowrie em 1936-37, que teve como foco os trabalhadores municipais da limpeza pública e se constituiu na base de ponderação do “Índice Ponderado de Custo de Vida da Classe Operária na Cidade de São Paulo”, o índice oficial em São Paulo, mas para a produção do ICV constituiu-se em um primeiro ensaio do que viria a ser produzido.

⁹⁵ Entrevista com Lenina Pomeranz, realizada em 2006 pelo projeto Memória - DIEESE 50 anos.

emprego com um vizinho da loja, numa fábrica de guarda-chuvas na Rua Santa Efigênia. [...] E lá eu tinha um trabalho como auxiliar de contabilidade, fazia a escrita fiscal, que hoje não se faz mais, eu acho [...] (POMERANZ, 2006, p. 266).

Formada no curso técnico de contabilidade, seguiu para trabalhar nessa área em uma fábrica de buzinas e depois em uma malharia:

Depois eu fui parar, mais tarde, numa fábrica de buzinas. Também uma microempresa, uma empresa pequena, que era no final da Luis Góes, ali na Vila Mariana. E o esquema de trabalho era bem familiar. Lá eu acho que já estava formada em técnica de contabilidade [...]. Lá eu trabalhei, fazendo de tudo, fazia parte escritural, fazia fatura, cuidava do escritório. [...] depois eu fui parar numa malharia, na Barra Funda, onde também eu trabalhei com algumas pessoas, com uma contadora mulher (POMERANZ, 2006, p. 265).

A contabilidade foi a porta de entrada de Pomeranz para o mercado de trabalho e para sua vida acadêmica:

[...] fazendo o curso de Contabilidade, você tinha que seguir adiante. Tanto que o primeiro ano da faculdade, eu fiz na Álvares Penteado ainda. Eu fiz o vestibular no ano seguinte para a USP, Faculdade de Economia. [...] Era uma Faculdade de Economia e Administração tudo junto, Administração e Contabilidade. O único curso separado era o de Ciências Atuariais, se eu não estou enganada. Então a gente se formava com uma visão do conjunto (POMERANZ, 2006, p. 266).

Na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (FCEA-USP), Pomeranz conheceu José Albertino Rodrigues, naquele momento professor assistente da cadeira de História Econômica, que então a convidou para trabalhar no DIEESE.

Pomeranz chegou ao DIEESE a convite de José Albertino Rodrigues por causa de suas aptidões e do seu envolvimento político junto ao movimento estudantil.

Eu participei da diretoria da UNES, União dos Estudantes Secundários. Fiz parte do movimento estudantil, fui da diretoria da UBES, que eu acho que era União dos Estudantes Secundários. E eu fiz parte da primeira diretoria e militei no movimento secundarista até ir para a Universidade. Na Universidade, minha atividade foi mais no Centro Acadêmico. Ajudei a fazer a reforma do ensino na

faculdade como representante do corpo discente (POMERANZ, 2006, p. 265).

Na sua fala sobre a chegada de Lenina ao DIEESE, Albertino deixa clara a sua concepção sobre a relação entre o intelectual e o político e suas intenções ao trazer uma economista para o departamento:

[...] ela tinha uma participação partidária muito intensa... e ela deveria fazer um serviço de contabilidade... Disse-lhe que ganharia pouco, menos que eu, mas teria um compromisso de terminar a faculdade. Era importante ter um economista aqui. Ela realmente abandonou as outras coisas e terminou o curso na faculdade... Aos poucos deixou de fazer o serviço de contabilidade, reduziu um pouco suas atividades partidárias... Ela foi, também, uma ponta muito importante porque certos problemas técnicos, na hora de montar o custo de vida, ela resolvia com contatos lá na faculdade. Então ajudava a resolver as questões técnicas do ponto de vista estatístico (1988 Rodrigues apud CHAIA, 1992, p.75).

A chegada de Pomeranz ao DIEESE trouxe três elementos importantes para aquele momento: a formação clássica de um economista, sua facilidade em lidar com números advinda de sua experiência anterior em contabilidade e contatos com outras pessoas que auxiliaram na montagem do índice.

De volta à estruturação do índice, com os resultados da pesquisa sobre a família padrão definiu-se que seria “aquela família constituída pelo casal e três filhos menores de 14 anos, morando em casa alugada e vivendo quase que exclusivamente do salário do chefe da família” (BOLETIM DO DIEESE, 1960, p.3)⁹⁶.

Com a família padrão definida, escolheu-se a população a ser pesquisada: “os associados dos Sindicatos filiados ao DIEESE (na ocasião, dezoito dos principais sindicatos da Capital)” (BOLETIM DO DIEESE, 1960, p.3).

O Albertino é o mestre dessa área, foi ele quem bolou a metodologia, ele tinha um conhecimento, ele levantou a metodologia, ele estudou a metodologia. O que se fez foi o primeiro ICV [...] Nessa primeira metodologia, foi feita uma pesquisa sumária, feita com base na família padrão [...]. Para essas famílias foram distribuídos cadernos, onde ela passou a anotar tudo o que ela consumia. A tabulação desses cadernos é que nos levou à

⁹⁶ BOLETIM DO DIEESE. São Paulo: DIEESE, nº 1, ano I, maio de 1960, p.3.

ponderação para o ICV e aí passamos a levantar preços. (Pomeranz, 1987, p. 7)⁹⁷.

Com a população escolhida, a família padrão definida e a metodologia consolidada, a pesquisa de padrão de vida foi a campo com a “a colaboração de estudantes de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP” sob a coordenação de José Albertino Rodrigues (BOLETIM DO DIEESE, 1960, p.3) .

Foram distribuídos 12.000 questionários, dentre os quais se escolheu 104, cujos resultados se mostraram satisfatórios, acusando uma média salarial de Cr\$ 8.543,70 por chefe de família. Selecionado esse conjunto, realizaram-se visitas às suas residências, para o preenchimento de um questionário mais minucioso, e a distribuição de cadernetas para a anotação das despesas diárias de um mês. Ressaltou-se a necessidade de anotação de todas as despesas, sem exceção, a fim de permitir a constituição de um índice, o mais completo possível e sensível a quaisquer alterações de preço (BOLETIM DO DIEESE, 1960, p.3).

Definida a estrutura de padrão de vida do ICV-DIEESE, iniciou-se a fase de verificação de marcas e artigos de maior consumo que se realizou com a aplicação de uma pesquisa de mercado estruturada por Pomeranz.

Os produtos nós definimos mandando um questionário, um caderno, para as famílias dizerem tudo que elas gastavam e na base da tabulação do que elas gastavam nós calculamos os pesos por produtos, separando por alimentação, habitação, vestuário etc e etc. Como levantar os preços? Esse era o problema crucial de qualquer índice. Você tinha que especificar muito bem os produtos e tinha que fazer uma amostra representativa de onde buscar os preços – os locais de compra – naquela altura nós não tínhamos a concentração que existe hoje nos Shopping’s nem as grandes redes de supermercados. Então, eu boleei e nós discutimos levantar os preços em alguns mercados e quitandas e tal para alimentos e percorrer para os outros produtos, vestuários, material escolar e aquelas coisas as principais ruas de comércio dos vários centros comerciais da cidade, como a rua Teodoro Sampaio em Pinheiros, a rua José Paulino na Luz, avenida Celso Garcia no Brás, Largo da Penha. Enfim, nós definimos algumas ruas principais do comércio para levantar os produtos definidos como padrão para assim cada mês levantar os preços (POMERANZ, 2009).

⁹⁷ Entrevista com Lenina Pomeranz realizada em 11/11/1987 por Miguel Wadi Chaia.

Por fim, com todos os resultados em mãos, listaram-se os artigos que passaram a constituir o índice e suas respectivas ponderações: 159 artigos ao todo, sendo: 63 para alimentação e 96 para os demais itens – discriminando o seu tamanho, qualidade e características, de maneira a não viciar a coleta posterior dos preços (BOLETIM DIEESE, 1960, p.4).

A construção estatística do índice

foi feita à parte [...] foi usado o índice de Laspeyres. Nós ainda fomos consultar, o nosso consultor [estatístico], naquela altura um especialista agrícola muito bom de estatística que trabalhava na Secretaria de Agricultura com quem a gente tinha muito contato, Salomão Schattan. (Pomeranz, 1987, p.7).

Pomeranz conta que seu contato com Schattan⁹⁸ se deu em suas idas à Secretaria Estadual da Agricultura para levantar material para um trabalho que desenvolveu no DIEESE sobre o consumo de carne em São Paulo:

Os primeiros trabalhos que eu fiz no DIEESE, e isso é muito importante, era discutir coisas vinculadas ao padrão de vida da população, então o primeiro artigo que eu fiz para publicar na Folha foi sobre o consumo de carne na cidade e São Paulo [...], que me levou a estudar o mercado de carne bovina, aquela coisa toda. Esse foi o primeiro trabalho que eu fiz, para o Albertino me testar [...] E eu passei muito tempo na Biblioteca do Instituto de Economia da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, que funcionava no Largo do Café, ali na rua Anchieta, e eu passava dias e dias olhando aquelas estatísticas do Ministério da Agricultura que controlava o abate e ali fiquei muito amiga do estatístico Salomão Schattan, que é consultor da FAO, que é cidadão de primeira linha no setor de estatística (POMERANZ, 1987, p.7).

Ainda na montagem estatística do índice, Pomeranz contou com a ajuda do professor Luiz de Freitas Bueno⁹⁹:

⁹⁸ Salomão Schattan (1921-2003), importante cientista e pesquisador brasileiro do século 20. Entusiasta da Estatística, durante décadas trabalhou para instalar um sistema integrado de estatísticas agrícolas em nível nacional, com levantamentos por amostragem. Entre 1946 e 1981, trabalhou como Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Agrônomo-Chefe, Engenheiro Agrônomo Chefe Pesquisador Científico, Pesquisador VI na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Foi membro da Comissão de Assessores de Estatística da FAO (FAO Statistics Advisory Committee of Experts - SAC), da Subcomissão de Estatísticos Agropecuários, da Comissão de Melhoramento das Estatísticas Nacionais, do Instituto Interamericano de Estatística, da Organização dos Estados Americanos (COINS-IASI-OAS), para melhoria das estatísticas agropecuárias na América Latina. Além disso, foi participante ativo da Revista Brasiliense, publicação comunista independente, organizada por Caio Prado Júnior e editada pela Editora Brasiliense entre 1955 e 1964. (SALOMÃO Schattan (1921-2003). **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo: IEA, v. 50, n.2, p. 111-116, 2003).

Eu estava na faculdade, eu era aluna ainda e tinha o curso de números índices com o professor Luiz de Freitas Bueno. Ele me atendeu não como técnica do DIEESE, mas como aluna dele e me ajudou a montar o esquema de cálculo (do índice) em uma planilha. (Ensinou-me) como é que entravam as coisas e como eu ponderaria cada coisa para chegar em uma média lá na ponta, na horizontal e vertical. (POMERANZ, 2009).

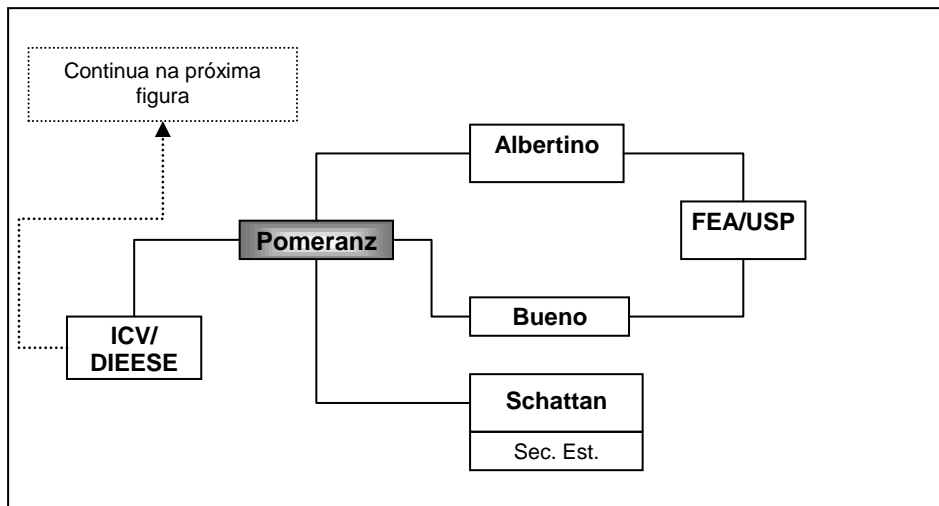
Após a realização da ponderação e o estabelecimento do índice, iniciou-se então a pesquisa de locais de compra para se definir onde pesquisar os preços dos itens selecionados e ponderados. Com tudo isso pronto e com a pesquisa na rua, ao final de 1958 estava criado o Índice de Custo de Vida do DIEESE.

Como se pode constatar, a participação de Pomeranz foi fundamental para a estruturação estatística e matemática do índice. Ao chegar ao DIEESE, Lenina trouxe seus conhecimentos matemáticos, principalmente sobre a teoria dos índices aprendida na FCEA-USP. Além disso, possibilitou diálogos entre o DIEESE e os intelectuais ligados à área de estatística (vide Ilustração 4).

⁹⁹ Luiz de Freitas Bueno (1922-2006), engenheiro elétrico, economista, estatístico e Emérito Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Adentraria na FEA na década de 40, primeiramente como professor de Estatística, tornando-se em seguida catedrático. Foi praticamente autodidata nessa ciência, que chegava tardiamente ao Brasil. Bueno provocou significativos avanços na faculdade por seu pioneirismo na difusão e no exercício da econometria. (NETTO, A. D. Luiz de Freitas Bueno. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 mar. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2203200607.htm>. Acesso em: 10 fev. 2010.)

Ilustração 4

Diagrama de relações – Lenina Pomeranz

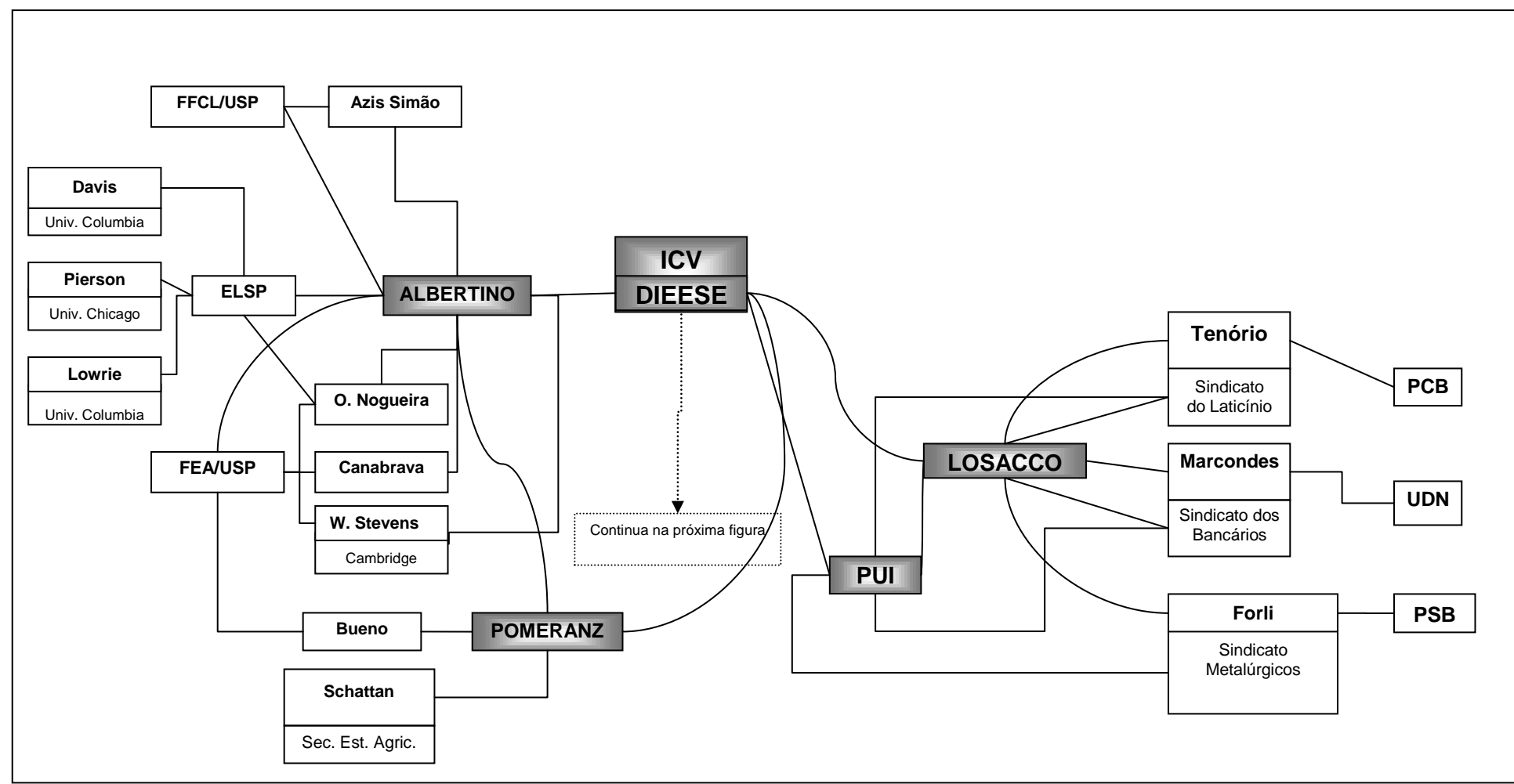


O conhecimento produzido na FEA-USP sobre índices chegou ao DIEESE por meio de Lenina Pomeranz e de suas relações com figuras como o professor Bueno e Schattan, que foram essenciais na montagem final do Índice de Custo de Vida do DIEESE (ICV-DIEESE).¹⁰⁰

O ICV-DIEESE estava assim produzido e visível para a sociedade como um todo. Porém, o índice era tão-somente um produto dos conhecimentos mobilizados e produzidos em todo esse processo que convergiram em um determinado momento histórico. A partir de sua constituição, esses conhecimentos passaram a produzir novas necessidades, novas relações e novos conhecimentos.

¹⁰⁰ Lenina assumiu a direção do DIEESE entre 1962 e 1963 com a ida de Albertino para a Universidade de Brasília.

Ilustração 5
Diagrama de relações – Losacco; Albertino; Pomeranz



3 A REALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: DA NECESSIDADE À PRÁTICA

3.1 Da necessidade à práxis

Os filósofos só interpretam o mundo de diferentes maneiras; do que trata é de transformá-lo (Marx; Engels, 1989) ¹⁰¹.

A práxis pode ser definida como a ação real, como uma atividade material e objetiva do homem que transforma o mundo para satisfazer suas necessidades, ao mesmo tempo que transforma a si mesmo. Assim, a práxis não é só a produção de uma realidade material, mas também a criação contínua da realidade humana em sua totalidade. É pela práxis que o homem cria a realidade e neste mesmo processo de criação a compreende.

Conhecemos o mundo, as coisas, os processos somente na medida em que os "criamos", isto é, na medida em que os reproduzimos espiritualmente e intelectualmente. Essa reprodução espiritual da realidade só pode ser concebida como um dos muitos modos de relação prático-humana com a realidade, cuja dimensão mais essencial é a criação da realidade humano-social. Sem a criação da realidade humano-social não é possível sequer a reprodução espiritual e intelectual da realidade (KOSIK, 2006, p.226).

Enquanto práxis, a atividade do homem não modifica somente a realidade exterior, mas “manifesta, também, como produção de conhecimento, isto é, na forma de conceitos, hipóteses, teorias ou leis mediante as quais o homem conhece a realidade” (VAZQUEZ, 2007, p. 223).

Por isso, a práxis não é a atividade prática contraposta à teoria, mas sim a “determinação da existência humana como elaboração da realidade” (KOSIK, 2006, p.222). Ou seja, é a unidade entre prática e teoria, na qual a transformação prática do mundo é tributária de uma construção teórica, que por sua vez se forja na própria ação prática de transformação da realidade.

A unidade entre a prática e a teoria pode ser verificada no próprio processo de desenvolvimento do conhecimento científico que avança à medida que a transformação do mundo pelo homem coloca ao conhecimento humano novos problemas que demandam novas soluções. Assim, tanto quanto o mundo foi se

¹⁰¹ Tese nº XI sobre Feuerbach (Marx e Engels, 1989, p. 97).

transformando pela ação humana, o conhecimento humano foi se ampliando e as teorias se tornando mais complexas.

As origens do conhecimento das forças naturais estão vinculadas ao começo de seu domínio sobre elas nas primeiras etapas da produção material. [...] Quando as forças da natureza não eram integradas na produção, o conhecimento pré-teórico, empírico, bastava para as necessidades práticas do homem. [...] Desde então até nossos dias, o progresso do conhecimento teórico, e inclusive as formas mais elevadas da atividade científica, aparecem vinculadas às necessidades práticas dos homens (VAZQUEZ, 2007, p.244).

Nesse processo, no qual a realidade vai demandando novas necessidades e, assim, novos conhecimentos, é que a produção do ICV/DIEESE se insere.

Com a finalização da metodologia do índice em 1958, seu cálculo passou a ser realizado mensalmente e, a partir dele, novos movimentos de produção de conhecimento se iniciaram e um conjunto de ações políticas se constituiu. Da necessidade buscou-se a práxis.

Todo pensamento é movimento. O pensamento que estanca deixa produtos: obras, textos, resultados ideológicos, verdades. Cessou de pensar. [...] não apenas todo pensamento é um movimento de pensamento, mas também que todo pensamento verdadeiro é pensamento (conhecimento) de um movimento, de um devir. (LEFÈBVRE, 1983, p. 90)

Enquanto número ou metodologia desenvolvida, o índice não é mais do que um produto que, para continuar como processo, precisa ser elemento de novas relações sociais que lhe conferem significado.

Um índice é tão-somente um número obtido a partir da variação média de algo em determinado período e enquanto número este não é mais do que um conceito matemático que expressa uma quantidade em relação a uma unidade¹⁰². Na qualidade de conceito¹⁰³, o índice figura no mundo do pensamento humano, ou seja, é uma noção abstrata construída pelo espírito que designa um objeto concreto

¹⁰² DICIONÁRIO DIDÁTICO. São Paulo: Edições SM, 2007, p. 559.

¹⁰³ JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário de filosofia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006, p. 50.

que vive no mundo das ideias somente representando o mundo externo. É uma representação da variação dos preços das mercadorias.

Como conceito, o índice não é a realidade, mas sim um meio de tornar presente à consciência humana o mundo a sua volta. Sem a realidade externa que lhe confere significado, o índice se torna vazio e se estanca enquanto conhecimento. O conceito só ganha movimento na história e é por meio das relações sociais que passa a fazer parte da realidade e se realiza enquanto práxis.

Por isso, o índice de custo de vida criado pelos trabalhadores, enquanto processo, só se realizou quando se tornou uma ferramenta de luta política ao contribuir para a conscientização dos trabalhadores dos mecanismos de arrochos salariais contidos no processo de inflação, que se acelerava no Brasil.

Produto de uma necessidade, a força contida no processo de produção do índice não existiu em si. Ela só se realizou porque respondia a uma demanda do movimento sindical de criar novos meios de lidar com a perda do poder de compra dos salários que se intensificava a cada dia.

Segundo os índices apurados pelo próprio DIEESE, entre 1959 e 1963 a inflação avançou a passos largos. Em 1959, o custo de vida aumentou 38,3%, atingindo em 1963 90,25% e acumulando em cinco anos uma inflação de 708%. Enquanto isso, o salário mínimo da época fora reajustado em 250%, ou seja, chegava em dezembro de 1963 com um poder de compra equivalente a 43% do que tinha em janeiro de 1959 (vide tabelas 1 e 2).

Tabela 1

Índice de custo de vida anual calculado pelo DIEESE (ICV/DIEESE) e valor nominal do salário mínimo em moeda corrente em dezembro de cada ano – 1959/1963

Ano	Índice de Custo de Vida Acumulado (ICV-DIEESE)		Valor Nominal do Salário Mínimo em dezembro	Reajuste do Salário Mínimo no período	
	No ano	Acumulado		No Ano	Acumulado
1959	38,3%	-	6.000,00	-	-
1960	33,0%	83,9%	9.600,00	60%	60%
1961	42,0%	161,2%	13.440,00	40%	124%
1962	62,7%	324,9%	13.440,00	0%	124%
1963	90,2%	708,3%	21.000,00	56,3%	250%

Fonte: Banco de dados macroeconômicos do DIEESE e Anuário do trabalhador 2008

Tabela 2

Evolução do valor do salário mínimo oficial e estimativa de seu valor caso fosse reajustado pelo ICV/DIEESE – 1959/1963

<i>Ano</i>	<i>Valor Nominal do Salário Mínimo em dezembro</i>	Valor estimado do Salário Mínimo caso fosse reajustado pelo ICV/DIEESE	Poder de compra em relação a dezembro/1959
1959	6.000,00	6.000,00	100,0%
1960	9.600,00	11.036,40	86,9%
1961	13.440,00	15.671,69	85,8%
1962	13.440,00	25.497,84	52,7%
1963	21.000,00	48.496,89	43,3%

Fonte: Banco de dados macroeconômicos do DIEESE e Anuário do trabalhador 2008

Porém, o ICV-DIEESE não se tornou um instrumento real da luta dos trabalhadores imediatamente ao cálculo do índice. Para passar a influenciar a realidade da qual fazia parte não bastava a conjuntura demandá-lo e o índice ser produzido. Era preciso transpor as paredes do Departamento que o produziu e ir ao encontro da luta política que se travava em torno do valor dos salários.

A teoria em si – nesse, como em qualquer outro caso – não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem de sair de si mesma e, em primeiro lugar, tem de ser assimilada pelos que hão de suscitar, com seus atos reais, efetivos, essa transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passo indispensável para desenvolver ações reais efetivas (VAZQUEZ, 2007, p.235).

Logo, se sua exteriorização foi fundamental para continuar em movimento e se configurar em instrumento real de luta dos trabalhadores ela não aconteceu de maneira espontânea. Só aconteceu como resultado de um conjunto de ações realizadas em resposta às demandas dos dirigentes sindicais e dos trabalhadores que almejavam a possibilidade de transformar o ICV em instrumento político.

Nesse sentido, podem-se verificar no período analisado dois tipos de ações realizadas pelo DIEESE que, ao mesmo tempo que exteriorizavam o que fora

produzido, criavam as relações necessárias para produção e sistematização de novos conhecimento: a assessoria e a divulgação¹⁰⁴.

3.2 A assessoria enquanto práxis

A assessoria foi uma forma de externalizar o conhecimento produzido pelo DIEESE unificando-o com a ação política. Isto aconteceu conjuntamente ao processo que levou à criação do DIEESE e à produção do índice em um diálogo permanente entre dirigentes e assessores.

A figura da assessoria sindical se fez presente desde muito cedo no cotidiano dos sindicatos. Até o período de democratização pós-1945, a figura do assessor sindical foi sinônima de advogado trabalhista. A ele cabia apoiar as ações sindicais na sua relação com a burocracia estatal, expandidas ao longo de todo o Estado Novo. As principais funções desses assessores eram a interpretação das normas jurídicas, os encaminhamentos dos processos, das petições e de todo tipo de documentação exigida pela legislação trabalhista.

Porém, novos conhecimentos em outras áreas passaram a ser necessários com o aumento da complexidade das relações de trabalho, a partir do processo de democratização, do fortalecimento das campanhas salariais e das tentativas de

¹⁰⁴ No período analisado, constatou-se que o DIEESE experimentou alguns momentos de educação sindical, que normalmente se resumiram a levar o debate do índice aos trabalhadores por meio da participação em assembleias, como lembra Pomeranz:

[...] nas assembleias dos trabalhadores, eu explicava como se fazia o índice para mostrar que era um índice que os trabalhadores podiam confiar e que os patrões não tinham como criticar porque ele era metodologicamente correto. (POMERANZ, 2009)

Porém, a inexistência de sistematização das experiências de educação sindical realizadas pelo DIEESE no período investigado por esta dissertação impossibilitaram uma análise mais aprofundada sobre essa forma de relação entre intelectual e dirigente.

Em “Formação Sindical – história de uma prática cultural”, Sílvia Manfredi, ao analisar a experiência de educação sindical realizada pelo DIEESE, afirma que os processos de educação sindical realizados pelo Departamento se intensificaram ao longo da década de 1970 e deram origem à Escola Sindical do DIEESE, estruturada em 1984. Foi a partir deste momento que a educação sindical passou a integrar definitivamente as ações do Departamento, passando inclusive a fazer parte da sua organização institucional. (MANFREDI, S.M. **Formação Sindical: história de uma prática cultural no Brasil**. São Paulo: Escrituras Editora, 1996)

negociações junto aos patrões. Logo, as novas necessidades demandaram novas assessorias (AMORIM, 2007, p.106). O DIEESE estava entre as primeiras “organizações especializadas que, baseadas no conhecimento, destinaram-se a apoiar os sindicatos em suas atividades no sistema de relações de trabalho” para além das questões jurídicas. (AMORIM, 2007, p.106)

As novas necessidades que se apresentaram para a vida sindical, ao lidar com processos inflacionários e recomposição salarial, construíram uma relação entre intelectuais ligados às ciências sociais e dirigentes sindicais, introduzindo na vida sindical a figura do assessor econômico.

Desde o início, José Albertino Rodrigues teve como função assessorar o movimento sindical nas questões de cunho econômico. Antes mesmo do índice, ele já produzia indicadores baseados em informações indiretas e acompanhava o dirigente sindical nas mesas de conciliação, nas assembleias e nas comissões governamentais.

Conforme consta do Relatório da Comissão Executiva do DIEESE, referente a 1956-1957:

Durante todas as campanhas salariais, levadas a efeito no ano passado, isto é, de 1957, o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos teve ativa participação. Esta consistiu na assistência técnica prestada a todos sindicatos e Comissões de Salários das categorias empenhadas em obter aumentos de seus vencimentos e que a solicitaram. Tal assistência foi prestada através de levantamentos da situação econômica e financeira dos diversos setores profissionais - alguns dos quais foram divulgados através de estudos já mencionados - levantamento dos níveis de salários, realização de palestras junto às Comissões de Salários, participação nas assembleias de classe, e também assim nas mesas redondas realizadas na Delegacia Regional do Trabalho (DIEESE, 1958, p. 6)¹⁰⁵.

Além de produzir o índice, o DIEESE estava em constante diálogo com o movimento sindical, participando ativamente das principais ações sindicais da época.

Albertino foi consolidando a função de assessoria do intelectual para com o dirigente e rompendo com a ideia do dirigente como um mero demandante de

¹⁰⁵ DIEESE. **Relatório da Comissão Executiva do DIEESE**, referente a 1956-1957, São Paulo, 1958. Mimeo.

conhecimento ou como um objeto de pesquisa. Entre os dirigentes sindicais e Albertino estabeleceu-se uma relação entre pessoas que se identificavam em suas lutas e compartilhavam visões de mundo. Desde as coisas mais simples como jogar dominó aos fins de semana até compartilhar o projeto político, esta relação se construiu pelo diálogo. Barelli lembra que:

Uma das coisas que o Albertino fazia muito era jogar dominó no Sindicato dos Mestres e Contramestres. O sindicato dos mestres e contramestres era um sindicato especial [...], pois os têxteis eram hegemônicos. Ele passava os sábados lá jogando e conversando. Era a maneira de conversar com a direção sindical. [...] A gente tinha muita facilidade, principalmente porque o nosso papo era sobre a vida deles e o que eles faziam, ninguém era vaca sagrada ainda, e então sentava-se e íamos conversando, falando das coisas e tomando umas pingas [...] havia uma dependência, mas havia também uma cumplicidade, afinal de contas a gente sabia as dificuldades que eles passavam. [...] O tipo de cumplicidade era porque o projeto era comum. Nosso projeto era transformar o Brasil, a nossa ideologia era que os trabalhadores são parte importante dessa transformação (BARELLI, 2009)¹⁰⁶.

Por meio do diálogo a relação entre intelectual e dirigente ganhou confiança e se configurou em “uma relação de companheiros na pronúncia e na denúncia do mundo” (FREIRE, 2005, p.94).

Na concepção freiriana, o diálogo supõe a troca entre homens que se educam uns com os outros mediatizados pelo mundo em uma relação horizontal, na qual o conhecimento de um não está hierarquicamente acima do outro. Assim foi no processo de assessoria e produção do índice pelo DIEESE.

Pelo diálogo, uma das necessidades dos dirigentes sindicais, no que se refere a sua luta por melhores salários, pôde se transformar em processo de produção de conhecimento¹⁰⁷ e se tornou instrumento de reflexão e ação política, realizando-se enquanto práxis.

[...] todos sabem que a campanha salarial de 1959 foi plena de conquistas, sendo tais, pelo menos parciais. E podemos dizer, com satisfação, que o nosso Departamento pode contribuir um pouco para essas conquistas e o fez, graças aos elementos de que

¹⁰⁶ Entrevista com Walter Barelli, realizada em 13/07/2009 pelo autor.

¹⁰⁷ Ver capítulo 3.

dispunha, o principal dos quais era o Índice do Custo de Vida. (DIEESE, 1959, p. 4 e 5).¹⁰⁸

O diálogo entre assessor e dirigente fez com que o resultado do índice criasse um movimento de reflexão sobre a inflação a partir da ótica dos trabalhadores. Esse conhecimento, que dizia quanto os preços das mercadorias tinha aumentado, começou também a demonstrar para os dirigentes e para os trabalhadores como os salários diminuía com a inflação.

Quando o índice surgiu, sua função imediata foi medir a variação dos preços entre um determinado período e se contrapor aos demais índices patronais e do Estado. Porém, no diálogo entre o dirigente sindical e o intelectual na sua função de assessor, o índice foi se ressignificando e passou a ser compreendido e utilizado pelo movimento sindical a partir da ideia de perda salarial e reajuste necessário.

Como afirma Barelli:

A gente começou a mudar, dizendo: “O trabalhador perdeu tanto, então ele precisa de tanto”. E foi importante, pois isso dava rumo para todas as campanhas salariais. E foi a causa da unificação da forma de se fazer reivindicação salarial em todo o Brasil.

Aí se passou a criar uma ferramenta que não era só dizer o índice é isto. Essa foi a maneira de usar no sindicalismo o índice de custo de vida como realidade, o importante não é o índice de custo de vida. Por que os dirigentes sindicais queriam o índice de custo de vida? Porque o índice de custo de vida é que determinava o reajuste de salário, a gente queria era salário. Então o índice passa a ser, uma vez associado à vida do trabalhador, o custo da vida dele, mas em relação ao que ele obtém com o trabalho, que é o salário. Então passa a ser um indicador importante das imposições que estão sendo feitas a ele, as perdas salariais. (BARELLI, 2009)

O conceito de perda salarial criado no diálogo entre DIEESE e Movimento Sindical nada mais é que parcela do salário corroída pela inflação que precisa ser repostada para que os salários retomem sua capacidade de adquirir produtos e serviços no mercado nos níveis anteriores à corrosão inflacionária. A reposição da perda salarial inflacionária se dá pelo reajuste salarial necessário, que é o percentual que deve ser aplicado sobre os salários para que seja recomposto o poder de

¹⁰⁸ DIEESE **Relatório da Comissão Executiva do DIEESE**, referente a 1958-1959, São Paulo, 1959. Mimeo.

compra inicial (SGRECCIA et al, 1996)¹⁰⁹. Em resumo, a inflação gera a perda salarial dos trabalhadores e o reajuste salarial recupera essa parcela consumida pela inflação.

Este processo de significação do número calculado pelo DIEESE é o que vai transformá-lo em instrumento de ação política, pois enquanto expressão da perda salarial, o ICV/DIEESE passou a ser o número de denúncia do aumento da exploração e, enquanto reajuste necessário, tornou-se bandeira de luta das campanhas salariais.

Se em um primeiro momento a necessidade do movimento sindical fez da produção do ICV-DIEESE um polo aglutinador de sujeitos e conhecimentos, o índice, retornando ao vivido e entendido como perda salarial e reajuste necessário, ganhou movimento, passou a influenciar a realidade, além de possibilitar a produção de novos conhecimentos. Realizou-se na práxis.

3.3 A difusão do conhecimento

A assessoria, enquanto meio de externalizar o conhecimento produzido pelo DIEESE, foi uma prática que nasceu junto com o próprio Departamento e é a base de sua relação com o movimento sindical. Porém, essa atividade sempre esteve limitada pela própria capacidade física da equipe, que naquele momento era extremamente reduzida¹¹⁰.

Com vistas a ampliar esse processo, o DIEESE criou um veículo de difusão do conhecimento junto ao movimento sindical que se iniciou com o Boletim do DIEESE e atingiu sua maturidade na Revista de Estudos Sócio-econômicos do DIEESE (RESE).

¹⁰⁹ SGRECCIA, A. et al. **Conceitos e cálculos úteis à negociação coletiva**. Belo Horizonte: DIEESE e Escola 7 de outubro/CUT, 1996.

¹¹⁰ “Em 1960, trabalhavam no DIEESE quatro pessoas: o Albertino, Lenina Pomeranz, uma menina da Sociologia e Rubens Ramaciatto, que fazia cobrança” (POMERANZ, 2009).

Nesse momento, ano de 1960, o Departamento tinha como presidente o metalúrgico Remo Forli¹¹¹, que assumiu a direção do DIEESE em 1958.

Se Losacco foi o idealizador e o responsável pela articulação que criou o DIEESE, Forli foi quem o estruturou, criando as condições para o Departamento ampliar suas atividades.

Forli transferiu o DIEESE para uma sala no 3º andar do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo no início de 1959 e reorganizou a estrutura administrativa do Departamento, melhorando sua condição financeira.

[...] ele decidiu reservar uma sala no terceiro andar do Sindicato dos Metalúrgicos para o DIEESE. Foi quando nós começamos a expandir um pouco. Começou a insistir na cobrança das mensalidades atrasadas, criou-se aquele mecanismo de acompanhar o montante de imposto sindical arrecadado, embora houvesse um teto mínimo... Isto permitiu que o DIEESE passasse de dois para quatro funcionários (1988 Albertino apud CHAIA, 1992, p.78).

No que se refere à criação de um veículo de divulgação para o Índice de Custo de Vida do DIEESE (ICV-DIEESE), Forli foi essencial, pois foi por meio da estrutura do Sindicato dos Metalúrgicos colocada à disposição do DIEESE que se viabilizaram as condições de produção e publicação do “Boletim do DIEESE”.

3.3.1 O Boletim do DIEESE

O Boletim do DIEESE começou a ser publicado em maio de 1960 e, segundo Lenina Pomeranz, “servia para levar ao Movimento Sindical o Índice do Custo de Vida” (POMERANZ, 2009).

¹¹¹ Remo Forli (1916, ?). Nasceu em 18 de agosto de 1916 no Bairro do Brás, em São Paulo. Estudou na Escola Profissional Masculina, atual Escola Técnica Getúlio Vargas. Trabalhou em diversas indústrias metalúrgicas e foi eleito para o biênio em 1951-1953 para tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Em 1953, foi eleito presidente da entidade, cargo em que permaneceu até outubro de 1963. Nesse período, foi um dos principais líderes da greve dos 300 mil em 1953, da greve de 1954 e da greve de 1957. Foi também um dos líderes da greve pela obtenção do 13º mês, em dezembro de 1961. Foi membro do Conselho Consultivo da CMTC e da Comissão do IV Centenário e candidato a vice-governador de São Paulo pelo Partido Socialista Brasileiro. Foi presidente do DIEESE entre Janeiro de 1958 e Fevereiro de 1962 (REMO FORLI. **História das ruas de São Paulo**. Disponível em: <http://www.dicionarioderuas.com.br/>. Acesso em: 05 fev. 2010.).

Começa com um boletimzinho que era mimeografado, ou seja, rotaprint, um sistema de impressão, eu mesma batia num plast-play e levava para a Federação dos Metalúrgicos e rodava lá, porque tinha máquina para rodar a publicação. Era um boletim pequeno com oito páginas, depois seis em que a gente escrevia algumas coisas depois de muito procurar e usava para difundir o índice de custo de vida. Fazia um artigo ou dois e tinha um editorialzinho comentando política econômica (POMERANZ, 2009).

O Boletim do DIEESE nº 1 basicamente se resumiu a uma apresentação e à descrição da metodologia utilizada para a montagem do Índice de Custo de Vida.

Apesar de pequeno e elaborado de maneira artesanal, já trazia as intenções que se ampliariam nas publicações seguintes. Na sua apresentação, o Boletim afirmou que o DIEESE tinha como “objetivo realizar estudos e pesquisas sobre problemas da classe trabalhadora”, lembrando que “as condições do trabalho acham-se enquadradas num conjunto de fatores nacionais, e que o conhecimento de uma e outra deve ser feito mediante a utilização de métodos modernos elaborados pelas ciências sociais”. (BOLETIM DIEESE, nº 1, 1960, p. 1)

Ao apresentar o Índice de Custo de Vida do DIEESE (ICV/DIEESE) ao movimento sindical e chamar a atenção de sua importância para os trabalhadores, a primeira página do boletim trouxe a seguinte afirmação:

A primeira preocupação do DIEESE foi a elaboração de um instrumento fiel, capaz de medir um dos mais graves problemas que a população brasileira vem enfrentando nas últimas décadas – a carestia de vida. Essa preocupação justifica-se pelo fato de que, por vários motivos, a realidade completa desse problema vinha sendo sistematicamente ocultada por uma série de artifícios [...] (BOLETIM DO DIEESE, nº 1, 1960, p. 1).

Neste trecho, vale destacar a importância dada à carestia enquanto problema da população brasileira - questão que foi amplamente debatida ao longo dos demais números - e a afirmação de que essa realidade vinha sendo ocultada aos trabalhadores.

Segundo Pomeranz, este primeiro número teve a apresentação de Albertino e a descrição da metodologia escrita por ambos, o que já demonstrava no seu início mais uma característica das produções do DIEESE, sua construção coletiva.

Ninguém assinava, era o Albertino quem fazia depois discutia comigo ou eu fazia e discutia com ele, dependia do assunto. Tínhamos um pequeno editorialzinho, com um ou dois artigos e depois aparecia no fundinho, na última capa o ICV/DIEESE (POMERANZ, 2009).

Entre maio de 1960 e agosto de 1961, com periodicidade mensal, foram publicados dezesseis números do Boletim do DIEESE por meio dos quais o Departamento começou a colocar à disposição do movimento sindical um conjunto de pesquisas que abrangiam a complexidade da relação entre os preços das mercadorias, o poder de compra dos salários e o ganho das empresas¹¹².

De uma forma direta e concisa, o Boletim do DIEESE buscou dar objetividade a um conjunto de percepções dos trabalhadores, discutindo com o movimento sindical as principais questões econômicas da época. O Boletim foi, também, um instrumento de divulgação dos estudos sobre o movimento sindical, ainda incipientes na universidade naquele período.

A partir do Boletim o ICV/DIEESE começou a adentrar a imprensa sindical, como pode ser constatado pelo o Jornal “O Metalúrgico” do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que trouxe em sua 1ª página a seguinte manchete: “Com estatísticas os trabalhadores marcham para a luta salarial”. No texto, a matéria afirmava que o DIEESE era “a sigla da nova arma operária nas lutas econômicas” uma vez que “os postos-chave do aparelhamento estatístico oficial eram ocupados por elementos diretamente ligados ao patronato”. (O Metalúrgico, 1960, p. 1)¹¹³

Na edição de agosto de 1960, o Boletim publicou três textos que, de certo modo, iniciaram a linha que o boletim viria a desenvolver. Um dos artigos se referia aos salários pagos nas indústrias da madeira, outro era sobre a importância da discussão dos salários profissionais e o terceiro tratava dos lucros dos bancos paulistas.

¹¹² Entre os principais trabalhos publicados no Boletim do DIEESE estão estudos sobre os setores econômicos realizados por meio de análise dos balanços das principais empresas brasileiras. São eles: “Lucros dos Bancos Paulistas em 1959”; “Aspectos da Indústria de Papel e Papelão em S. Paulo”, “Lucros das Indústrias Metalúrgicas”, “Resultados da Atividade Industrial no Brasil (1955/1959)” e “A Situação Bancária e os Lucros dos Bancos Paulistas em 1960”.

¹¹³ COM ESTATÍSTICAS OS TRABALHADORES MARCHAM PARA A LUTA SALARIAL. **O Metalúrgico**. São Paulo, nº 163, jul/ago 1960, p.1.

A análise dos lucros dos bancos tinha como objetivo subsidiar as negociações dos bancários, com data-base em setembro, ou seja, no mês seguinte à publicação do boletim, porém percebe-se ali uma intenção subjacente de colocar em evidência que o lucro das empresas aumentava, enquanto os salários eram arrojados em decorrência da inflação.

Isto ficou claro no Boletim nº 5, que trouxe um artigo sobre o setor da indústria de papel e papelão. Nessa análise, examinou-se a “remuneração do trabalho” via evolução do salário real médio pago no setor e, no item seguinte, apresentou-se a “remuneração do capital”, a partir da evolução dos lucros das empresas do setor.

O mesmo movimento se verificou na edição seguinte, publicada em outubro de 1960, em que o Boletim trouxe um artigo sobre “os salários das indústrias mecânicas, de fundição e autopeças” e outro sobre “o lucro das indústrias metalúrgicas”. Semelhante ao feito para os bancários, estes dois textos tiveram como objetivo municiar a negociação dos metalúrgicos que ocorreu em novembro, mas ao mesmo tempo explicitaram a relação inversa entre aumento dos lucros e a queda dos salários.

No Boletim número 7, pode-se constatar uma ampliação deste debate para além dos setores econômicos. Nesse número, a importância da participação da mão de obra dos trabalhadores no desenvolvimento industrial do Brasil foi contraposta à redução do poder de compra do piso salarial nacional.

Ao ampliar o debate para o cenário nacional, o boletim construiu uma ponte entre a realidade local e setorial e os problemas nacionais. Desta forma, a discrepância entre o crescimento dos lucros das empresas e a perda do poder de compra dos salários via inflação apresentavam-se como o problema central nas relações de trabalho no Brasil.

O texto “Política salarial no Brasil”, assinado por José Albertino Rodrigues, publicado no Boletim nº 8 e apresentado na 1ª Semana de Estudos de Problemas do Trabalho,¹¹⁴ deixou claro esse movimento:

“A concepção capitalista, entre nós, aproxima-se mais da idéia mercantilista de lucro fácil do que da própria idéia liberal de que a

¹¹⁴ Essa atividade foi realizada de 19 a 23 de setembro de 1960 em comemoração ao 5º aniversário do DIEESE.

busca dos interesses pessoais traria um resultado global progressista” (BOLETIM DO DIEESE nº 8, p.3)¹¹⁵.

Mais à frente:

[...] dentro do regime inflacionário em que vivemos, os preços sobem ininterruptamente, [...] a grande maioria, constituída pelos assalariados de todos os tipos, que têm rendas fixas não podem acompanhar o ritmo do aumento dos preços e se encontram sempre prejudicados por essa situação inflacionária (BOLETIM DO DIEESE nº 8, p.4).

Os boletins 11 e 12 trouxeram dois artigos tratando do problema da carestia e do achatamento salarial decorrente da inflação que se complementavam.

Enquanto o boletim 11 publicou um debate intitulado “Prossegue ininterrupto o aumento do custo de vida”, no boletim seguinte o texto em destaque foi “Salário real e escala móvel de salários”, no qual se apresentou a ideia da reposição automática da inflação sobre os salários, ou seja, “da aplicação de um sistema de reajuste salarial, que proporciona um equilíbrio automático do salário nominal a um poder aquisitivo básico, ou seja, ao salário real” (BOLETIM DO DIEESE, nº 12, p.3)¹¹⁶. Nesse boletim, apareceu uma novidade para os textos elaborados até então: a defesa clara de uma medida prática para minimizar o problema percebido e discutido até aquele número: a proposta de uma política salarial.

A nova postura inaugurada no Boletim nº 11 possibilitou ao DIEESE ampliar os temas do Boletim, mantendo as análises setoriais que continuaram a acontecer com artigos sobre a construção civil, bancários e atualizações de setores já analisados. Além disso, também permitiu debater com o movimento sindical um conjunto de temas da agenda econômica e subsidiá-lo no posicionamento em relação às medidas governamentais que buscavam coadunar crescimento econômico e enfrentamento da inflação.

No que se refere a estes debates, para além dos artigos sobre os salários, foram publicados no boletim: “O operário e a questão agrária”¹¹⁷, “Os sindicatos e a

¹¹⁵ BOLETIM DO DIEESE. São Paulo: DIEESE nº 4, ano I, agosto de 1960.

¹¹⁶ BOLETIM DO DIEESE. São Paulo: DIEESE, nº 12, ano I, maio de 1960.

¹¹⁷ Publicado no Boletim do DIEESE nº 3, ano I, 1960.

política econômica do novo governo”¹¹⁸ (Governo Jânio Quadros), “A política cambial do governo”¹¹⁹ e “A nova lei do imposto de renda”¹²⁰.

O Boletim abrigou, também, estudos e pesquisas sobre o movimento sindical, explicitando a intenção de Albertino de um DIEESE que proporcionasse um melhor conhecimento dos sindicatos para os próprios sindicalistas e, principalmente, que levasse aos meios acadêmicos uma produção que pouco se via até então. Cumpriram este objetivo estudos como “Condições Sócio-Econômicas dos Participantes do 11º Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo”¹²¹, “A organização Sindical dos Trabalhadores Têxteis no Estado de São Paulo”¹²², “Desenvolvimento Recente do Sindicalismo no Brasil”¹²³, “Imposto Sindical e Assistência Social”¹²⁴, “Características Sócio-Econômicas dos Delegados ao III Congresso Nacional dos Metalúrgicos” e “Resultados da Campanha de Sindicalização dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem no Estado de São Paulo”¹²⁵.

A cada nova edição, a complexidade dos temas tratados pelo Boletim DIEESE aumentou e, de um meio para divulgar os dados apurados pelo ICV/DIEESE, a publicação se tornou um instrumento de debate das condições dos trabalhadores, dos problemas econômicos brasileiros e do próprio movimento sindical. Ou seja, o Boletim possibilitou a divulgação de novos conhecimentos que estavam sendo produzidos pelo DIEESE naquele momento.

Essa complexidade levou à substituição do Boletim do DIEESE pela “Revista de Estudos Sócio-Econômicos” a partir de setembro de 1961.

Assim abriu o último número do Boletim do DIEESE:

¹¹⁸ Publicado no Boletim do DIEESE nº 10, ano I, 1961.

¹¹⁹ Publicado no Boletim do DIEESE nº 11, ano 1, 1961.

¹²⁰ Publicado no Boletim do DIEESE nº 2, ano II, 1961.

¹²¹ Publicado no Boletim do DIEESE nº 2, ano I, 1960.

¹²² Publicado no Boletim do DIEESE nº 9, ano I, 1961.

¹²³ Publicado no Boletim do DIEESE nº 10, ano I, 1961.

¹²⁴ Publicado no Boletim do DIEESE nº 11, ano I, 1961.

¹²⁵ Publicado no Boletim do DIEESE nº 4, ano II, 1961.

Com este número do Boletim o DIEESE encerra um período de suas atividades editoriais e inicia nova fase ao anunciar a sua transformação na Revista de Estudos Sócio-Econômicos.

Este folheto lançado em maio de 1960 constitui-se no 16º número publicado. Nele divulgamos, da maneira mais completa e regular possível, o Índice do Custo de Vida da Classe Trabalhadora na Cidade de São Paulo, cuja aceitação muito nos desvanece e encoraja nesta nova fase que inauguramos. Uma série de outros levantamentos e estudos especiais foram divulgados nas 260 páginas dos Boletins cuja série este número encerra. A sua acolhida não poderia ter sido melhor, tanto nos meios acadêmicos e pela imprensa em geral. Dentro de sua apresentação modesta, a seriedade e objetividade marcaram o seu conteúdo o qual atingiu o objetivo de esclarecer os problemas, divulgar realizações e, enfim, retratar os mais amplos aspectos do trabalhador nacional (Boletim, nº 4 ano II, 1961, p.1)¹²⁶.

3.3.2 A Revista de Estudos Sócio-Econômicos

A Revista de Estudos Sócio-Econômicos – RESE foi editada pelo DIEESE entre setembro de 1961 e maio de 1963, período em que foram publicados treze números.

A RESE tinha como público principal o movimento sindical paulista. Diferentemente do Boletim, que teve como ponto central difundir o Índice de Custo de Vida dos Trabalhadores junto ao movimento sindical, a revista pretendia utilizar o reconhecimento já alcançado pelo Boletim e sobretudo pelo ICV/DIEESE para alcançar voos mais elevados.

Com periodicidade mensal, a RESE propunha:

[...] não apenas ampliar seu campo de ação, mas também contribuir para a elevação cultural do trabalhador e do nosso povo em geral. É nosso intuito esclarecer, através das páginas desta REVISTA, os grandes problemas de ordem econômica e social que o nosso país enfrenta, os quais dizem respeito, de perto ou longinquamente, ao homem que vive do seu trabalho. (RESE nº 1, 1961, p. 1 e 2)¹²⁷

¹²⁶ BOLETIM DO DIEESE. São Paulo: DIEESE, nº 4, ano II, setembro de 1961

¹²⁷ REVISTA DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – RESE. São Paulo: DIEESE, n.1, set.1961.

Mais do que um informativo voltado para o movimento sindical, na intenção de seus idealizadores, a revista representava:

[...] um quinhão de trabalho científico com que as entidades sindicais paulistas contribuem para o engrandecimento da cultura nacional. E, nesse sentido, ela não estará além do que permite a organização sindical e científica do país, mas procurará fazer com que as atuais realizações nesses campos apresentem um caminhar frutuoso. (RESE nº 1, 1961, p. 1 e 2)

A ideia de “contribuir para o engrandecimento da cultura nacional”, de “contribuir com a elevação cultural do trabalhador e do nosso povo em geral”, mais do que uma apresentação entusiasta, refletia os anseios dos dirigentes do DIEESE (sindicalistas e intelectuais) de um novo papel para o movimento sindical brasileiro a partir das perspectivas abertas pelo governo João Goulart.

Com Jango e o retorno do populismo, esperava-se que o movimento sindical passasse a compor a base de influência das grandes decisões nacionais, porém, agora, em um contexto de mobilizações e pressões sociais muito maiores que no período Vargas (Fausto, 1999, p. 447)¹²⁸.

Mantendo a estratégia do Boletim de ampliar o espaço de discussão sobre o mundo do trabalho e partindo da necessidade do movimento sindical de dominar o ICV/DIEESE como um instrumento de luta política, a revista possibilitou ao DIEESE aprofundar o debate sobre a questão da inflação e a perda do poder aquisitivo dos salários. Além disso, abriu novos processos de produção de conhecimento em temas e áreas essenciais para o papel almejado pelos dirigentes sindicais na nova conjuntura.

Organizada em diferentes seções, a RESE tratou das diversas questões do mundo do trabalho, disponibilizou um conjunto de estatísticas econômicas e sociais, além de se transformar em um espaço de divulgação e sistematização da ação sindical.

Ao longo de seus treze números, a RESE manteve as seguintes seções:

¹²⁸ Vale lembrar que o primeiro número da RESE foi produzido ao longo do mês de setembro e saiu distribuído na primeira quinzena de outubro, ou seja, na sequência da renúncia de Jânio Quadros, que ocorrera em 25 de agosto de 1961, e em meio à posse de Jango em 7 de setembro, no recém-fundado parlamentarismo brasileiro. Sobre a relação entre Jango e as lideranças sindicais, ver GOMES, A. M. C.; FERREIRA, J. **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

- I) Editorial - um espaço assinado pelo DIEESE onde a instituição emitia sua opinião sobre as principais questões políticas e econômicas do País;
- II) Colaboração Especial - espaço dedicado à publicação de textos escritos por intelectuais próximos ao movimento sindical e que tinham como objeto de estudo as questões do trabalho;
- III) Estudo Especial - trazia estudos elaborados pelo DIEESE que tinham como foco a situação da classe trabalhadora: seu poder de compra, seus salários e sua organização sindical;
- IV) Direito do Trabalho – tinha como tema os debates sobre as diversas questões relativas ao direito do trabalho, não se limitando à explicação do que já constava em lei, mas procurando debater as alterações em discussão na sociedade;
- V) Previdência Social – era um espaço dedicado a promover o debate sobre o sistema previdenciário em vigor, buscando a reflexão sobre suas virtudes e fragilidades;
- VI) Noticiário Sindical – tinha como objetivo registrar as diversas atividades sindicais, com destaque para os acordos coletivos e as greves ocorridas no período. A seção externalizava a função do DIEESE como sistematizador da atividade sindical, constituindo-se em fonte de informação para estudos futuros sobre a organização sindical;
- VII) Boletim Internacional – tinha como função trazer ao conhecimento do movimento sindical as diferentes realidades do trabalho em diversos países, bem como dar ciência sobre a organização dos trabalhadores pelo mundo;
- VIII) Livros e revistas – era uma seção dedicada a resenhar publicações relevantes ao debate sobre o mundo do trabalho;

- IX) Conjuntura Socioeconômica – espaço era reservado para a divulgação dos diversos indicadores econômicos e sociais divididos em índices demográficos, do trabalho e previdência e de preços¹²⁹.

Nos editoriais publicados ao longo dos quase dois anos, o DIEESE externalizou sua posição sobre a política e a economia nacional e sobre os diversos assuntos que no seu entendimento cabiam ao movimento sindical refletir, demonstrando a ampliação da pauta que se pretendeu analisar.

Já na edição de nº 2 da RESE, o editorial trouxe uma análise sobre a recente implantação do parlamentarismo no Brasil. Intitulado “Problemas do Brasil e problemas do povo”, o texto analisou as deficiências do sistema político brasileiro, ressaltando que não seriam resolvidas com alterações na forma do governo, mas sim com melhorias concretas na vida da população. Assim fechou o primeiro editorial da RESE:

Urge, pois, dar solução pronta aos problemas que afligem a maioria da população. O governo que o fizer estará resolvendo as suas próprias dificuldades internas e estará adquirindo não apenas a confiança popular, mas também a sua própria estabilidade (RESE, nº 2, 1961, p.3)¹³⁰.

No editorial de julho de 1962, a RESE debateu a crise instalada com a renúncia de Jânio, chamando a atenção para o papel dos trabalhadores no enfrentamento das questões nacionais e posicionando-se na defesa da participação dos trabalhadores nos grandes debates públicos. Relatando os principais encontros da classe trabalhadora, concluiu:

¹²⁹ Além do índice de preço publicado no Boletim, a RESE trazia índices industriais (abertura e encerramento de empresas e consumo de energia elétrica), índices do trabalho e previdência (admissão de pessoal nas empresas, emissão de carteiras profissionais, ofertas de emprego e salários das profissões mais típicas de cada categoria, níveis de sindicalização, reclamações à Justiça do Trabalho, acidentes do trabalho, arrecadação e benefícios concedidos pelo IAPI), índices da conjuntura econômico-financeira (movimento de mercadorias, arrecadação do imposto de consumo, papel-moeda em circulação e títulos descontados à indústria), índices demográficos (dados sobre natalidade, mortalidade, nupcialidade e migrações internas).

¹³⁰ REVISTA DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – RESE. São Paulo: DIEESE, n. 2, out.1961.

Os trabalhadores não só os sentem (os problemas nacionais), mas também opinam e participam no sentido da orientação que lhes parece a mais justa e a mais correta para a solução dos importantes e graves problemas que afetam a vida nacional e que condicionam o desenvolvimento econômico e social do país (RESE nº 9, 1962, p. 2)¹³¹.

Os editoriais que se seguiram mantiveram a linha de dialogar com o movimento sindical sobre as questões conjunturais, contextualizando e opinando sobre temas como: a orientação da política econômica¹³², os métodos anti-inflacionários¹³³, a crise do sistema parlamentarista¹³⁴ e a política econômica proposta por Jango¹³⁵.

No que se refere aos artigos e estudos publicados na RESE, ficam mais evidentes as intenções do movimento sindical e dos intelectuais que estavam à frente do DIEESE de ampliar sua reflexão sobre as questões nacionais.

A ampliação temática colocada pela conjuntura política criou novas necessidades que demandaram novos conhecimentos e um aprofundamento do que fora produzido com a criação do Índice de Custo de Vida.

Para dar conta dessa complexidade de temas, a RESE passou a se relacionar com intelectuais externos ao DIEESE, ampliando seus contatos (vide ilustração 6). Como lembra Lenina:

No Boletim nós fazíamos tudo: escrevíamos, batíamos e editávamos. A revista já teve um outro estágio. O ideal da revista era arranjar colaboradores, alguns nem me lembro se eram pagos ou se eram de colaboradores na base do pessoal que serviam o Movimento Sindical. Pagava-se simbolicamente (POMERANZ, 1987, p.5).

¹³¹ REVISTA DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – RESE. São Paulo: DIEESE, n. 9, jul-ago 1962.

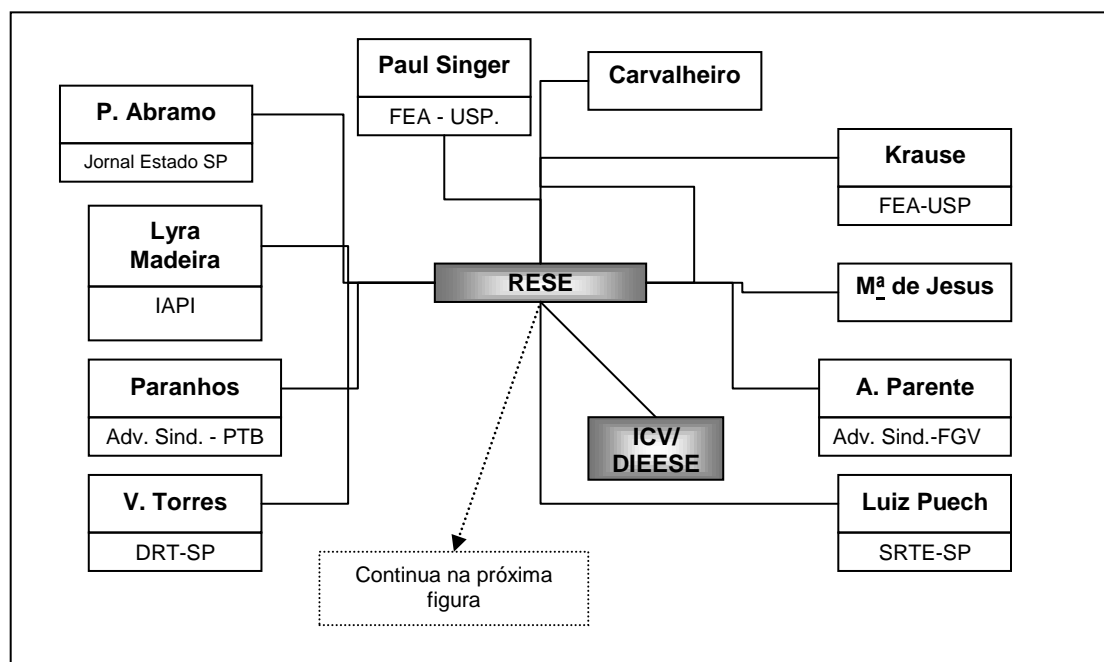
¹³² Publicado em RESE, nº 3, 1961.

¹³³ Publicado em RESE, nº 5, 1962.

¹³⁴ Publicado em RESE, nº 8, 1962.

¹³⁵ Publicado em RESE, nº 12, 1963.

Ilustração 6
Diagrama de relações – RESE



Assim, o diálogo estabelecido entre intelectuais e dirigentes sindicais que produziu o ICV/DIEESE se intensificou, tendo a revista como um meio de aglutinação e difusão dos estudos sobre as questões de interesse dos trabalhadores.

Ao longo dos estudos publicados na revista, a questão inflacionária e a perda do poder aquisitivo dos salários colocaram-se no centro da produção assinada pelo DIEESE.

A inflação, sustentada no início do processo de desenvolvimento por inúmeros teóricos da política econômica e inclusive por forças populares, como um 'mal necessário diante da insuficiência de capital para a promoção da independência econômica' do país hoje já não apresenta esse aspecto a ninguém. [...] Apesar desse progresso, os centros urbanos se ressentem de alimentos e o povo não pode adquiri-los, diante da carestia brutal e da especulação que assola o país. O poder aquisitivo do salário perde-se com tal velocidade que, em menos de um ano o salário mínimo já atingiu os limites daquele que vigorava anteriormente à modificação de seu nível [...]. (RESE, nº 9, 1962, p.1)

Dando continuidade aos estudos publicados no Boletim sobre o avanço da inflação e sobre a carestia, a RESE publicou seis textos dedicados a esse assunto, aprofundando a reflexão sobre as condições da classe trabalhadora no cenário inflacionário colocado.

No que se refere ao processo de produção de conhecimento, vale destacar o estudo “A situação econômico-social da classe trabalhadora em São Paulo” publicado na edição nº 7 da RESE. Nele realizou-se uma análise de todos os dados disponibilizados para o movimento sindical desde o primeiro número da Revista na seção “Conjuntura Sócio-Econômica”. Com as informações sobre impostos, o estudo estruturou uma análise sobre a evolução dos negócios industriais e mercantis. Com os dados sobre papel-moeda em circulação e títulos descontados, abordou-se a situação monetária e creditícia da região. Com os índices de custo de vida analisou-se a evolução dos preços no mercado. Um perfil da evolução da população e de sua movimentação, foi ainda traçado a partir dos dados demográficos, dando condições de se referenciar a força de trabalho à disposição, que foi detalhada com as informações censitárias, os dados de movimentação dos trabalhadores na indústria e da emissão de carteiras profissionais.

Mais do que uma compilação, o estudo demonstrou uma etapa crucial no processo de produção de conhecimento pelo DIEESE: a transformação de informação sistematicamente produzida em interpretação do real. Assim, ao conferir significado aos dados e abrir possibilidades de intervenção política, o Departamento criava as possibilidades do conhecimento interferir na realidade por meio da ação sindical.

O movimento explicitado neste texto também ocorreu nos demais textos produzidos, porém de maneira menos explícita, precisando, assim, um pouco mais de atenção.

Em “Situação Econômico-Social da Classe Trabalhadora”¹³⁶ e “Padrão de vida da população brasileira”¹³⁷, o DIEESE utilizou o conhecimento produzido no processo de produção do ICV/DIEESE sobre padrão de vida para realizar um amplo diagnóstico das condições de vida, trabalho e consumo da classe trabalhadora no

¹³⁶ Publicado em RESE, nº 1, 1961.

¹³⁷ Publicado em RESE, nº 3, 1961.

processo de industrialização e urbanização brasileiro. Para este fim, analisou o perfil de consumo dos trabalhadores, as diferenças regionais em relação à estrutura dos gastos das famílias e a evolução do poder de compra dos salários em relação aos preços das mercadorias disponíveis no mercado.

No mesmo sentido, o estudo intitulado “O consumo da carne na cidade de SP”¹³⁸ abordou mais uma das possibilidades abertas pelo conhecimento sistematizado ao longo da produção do índice que foi a análise do consumo de um determinado produto em relação a sua disponibilidade no mercado. Nessa pesquisa, procurou-se compreender as condições de formação do preço da carne no mercado, seu efetivo consumo pela população e as razões para o seu baixo consumo pelos trabalhadores.

O estudo sobre o consumo da carne publicado no número 3 da RESE foi a versão final de um trabalho iniciado em 1957 com grande repercussão política nos debates sobre a carestia no Brasil¹³⁹.

Eu fiz pesquisa sobre mercado de produtos alimentícios de base. Então, fiz pesquisa sobre o mercado da carne, comecei com o mercado da carne. Houve até polêmica com a Folha [...] um dos repórteres da Folha, que era especialista em economia agrícola, criticou o meu trabalho [...] surgiu a polêmica e o Albertino me fez responder (POMERANZ, 2009).

Além do estudo sobre o abastecimento da carne, o DIEESE elaborou o estudo “O problema do leite em São Paulo” e “O problema do feijão na cidade de São Paulo”¹⁴⁰.

Essas pesquisas foram feitas a partir da demanda da Convenção Popular de Combate à Carestia, organizada pelo PUI em fevereiro de 1957, e depois de prontas e divulgadas auxiliaram nos debates realizados sobre o Plano Nacional de Abastecimento e outros movimentos contra a carestia.

¹³⁸ Publicado na RESE, nº 2, 1961.

¹³⁹ A luta contra a carestia intensificou-se a partir de 1953 com a criação do “Movimento Contra a Carestia de Vida” e com a greve de 1954, que ficou conhecida como “Greve da Panela Vazia”. (GOHN, M. G. Associativismo civil e movimentos sociais populares em São Paulo. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 44, n. 2, p. 130-138, mai-ago 2008)

¹⁴⁰ Esses dois estudos não foram publicados no Boletim do DIEESE nem na RESE. Foram somente divulgados para o Movimento Sindical em artigos avulsos.

No que diz respeito à luta contra a carestia de vida, participou o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos da Comissão Mista Intersindical para o Estudo da Redução do Imposto de Vendas e Consignações, promovida pelo Sindicato dos Representantes Comerciais e integrada por representantes de vários sindicatos patronais, como representantes do Pacto de Unidade Intersindical.

[...] participou o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos da Mesa Redonda promovida pela "Última Hora", a 21 de dezembro de 1957, a fim de discutir o problema da carestia. Participamos ativamente também das comissões técnicas cuja formação foi determinada por aquela mesa-redonda, comissões essas que elaboraram pareceres sobre os vários aspectos do problema do custo de vida, inclusive apontando medidas imediatas e a longo prazo, visando a sua solução (DIEESE, 1958, p. 6).

Nesses estudos, a partir do conhecimento acumulado no processo de produção do ICV/DIEESE e da sistematização dos indicadores produzidos a partir dele, explicitaram-se os dilemas de um sistema de produção que limitava as possibilidades de consumo da classe trabalhadora ao essencial para a reprodução da força de trabalho. Assim, os estudos conferiram objetividade a uma percepção por parte dos trabalhadores de que recebiam cada vez menos do que necessitavam e contribuíram para a luta dos trabalhadores contra a carestia, que se desenvolveram nos anos seguintes.

[...] participamos ativamente dos trabalhos da I Convenção Estadual Contra a Carestia (agosto de 1959) [...] e da Semana da Reforma Agrária (novembro de 1959). A participação nesses conclaves reflete a ampla expansão atingida pelo Departamento, mesmo porque a nossa participação nos foi solicitada pelos organizadores. [...] Para a Convenção Contra a Carestia preparamos um estudo intitulado "Inflação e Carestia de Vida: análise de suas causas e possibilidades de solução". Trata-se de um estudo que trata do problema da inflação em termos novos, mostrando como esse fenômeno liga-se estruturalmente aos problemas fundamentais da economia brasileira, pelo que alcançou grande repercussão. (DIEESE, 1959, p. 4).

No referido estudo "Inflação e carestia de vida", publicado posteriormente na RESE nº 6, o DIEESE apresentou ao debate uma ampla análise sobre o fenômeno da inflação. A base do estudo foram as concepções teóricas elaboradas pela

Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e teve como foco as deficiências estruturais da economia nacional (RESE, nº 6, 1962, p.3)¹⁴¹.

Com este texto, o Departamento apresentou ao movimento contra a carestia o debate que estava acontecendo no interior do mundo acadêmico e principalmente nas esferas governamentais responsáveis pela política econômica do País entre monetaristas e cepalinos. Para os monetaristas ou ortodoxos, o aumento sistemático dos preços era um problema puramente monetário¹⁴², enquanto para os cepalinos ou estruturalistas, a inflação era um sintoma das deficiências estruturais da economia nacional¹⁴³.

Este texto é importante porque coaduna o número calculado pelo ICV/DIEESE com a teoria cepalina sobre o fenômeno inflacionário. Com isto, o marco explicativo proposto pelo DIEESE se aproximava das interpretações que se fortaleciam no País, abrindo possibilidades de intervenção com vistas a lidar com o problema mensurado pelo índice.

Dentre as causas apontadas pelo texto, destacam-se o atraso constante na disponibilidade de alimentos, o desequilíbrio da participação brasileira no comércio exterior e sua dependência em relação a produtos de alto valor agregado e as deficiências estruturais do sistema tributário. O estudo concluiu detalhando possibilidades de solução do problema inflacionário brasileiro: a) reforma agrária; b)

¹⁴¹ REVISTA DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – RESE. São Paulo: DIEESE, n. 6, fev. 1962.

¹⁴² A teoria monetarista trabalha com a ideia de equilíbrio entre a demanda de moeda e o produto nacional, ou seja, qualquer aumento no volume dos meios de pagamento carece de um acréscimo proporcional dos bens e serviços à disposição no mercado. Em resumo, um aumento na oferta de moeda coloca à disposição de empresas e indivíduos mais dinheiro, com o qual indivíduos e empresas gastam mais; como consequência, ocorre um incremento da produção ou dos preços, que tenderão para o equilíbrio. Por esta teoria, a inflação é resultado do crescimento excessivo dos meios de pagamento (moeda) em relação ao aumento do produto real, ou seja, quanto maior a diferença entre o volume de moeda à disposição e o volume de mercadorias e serviços, mais altos serão os preços (FÜRSTENAU, Vivian. Inflação: monetaristas e estruturalistas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 25-35, 1981.p. 26).

¹⁴³ Os cepalinos defendiam que a inflação nos países subdesenvolvidos era distinta e muito mais complexa que o fenômeno nos países centrais. Para a teoria estruturalista, a inflação não era um fenômeno puramente monetário, mas uma expressão dos desajustes e tensões econômicas e sociais que surgem no processo de desenvolvimento econômico. Para eles, o controle inflacionário não podia estar apartado de uma política de desenvolvimento. Sem uma constante transformação nos métodos de produção, na estrutura econômica e social e na distribuição de renda, gera-se inflação. Em resumo, para os cepalinos, os preços refletem o grau de mudanças na estrutura econômico-social necessário para impulsionar o desenvolvimento (FÜRSTENAU, 1981, p.29).

diversificação da exportação; c) reforma tributária; d) aperfeiçoamento da rede de transportes.

A percepção mediada pela reflexão desvendava os mecanismos do sistema socioeconômico e contribuía para a luta política. Dos debates na Convenção Contra a Carestia, realizada em agosto de 1959, organizou-se a “Passeata da Fome” e a Greve Geral Contra a Carestia, realizada em dezembro de 1959¹⁴⁴ e, posteriormente, o Dia Nacional de Protesto Contra a Carestia, ocorrido em agosto de 1963. (GOHN, 2008). Da necessidade, pela reflexão, chegava-se à ação, ou seja, o conhecimento produzido realizava-se na práxis.

Retornando à RESE, ainda sobre esta questão, a revista apresentou o texto “Escala Móvel de Salários”.

Esse tema já tinha sido apresentado pelo DIEESE ao movimento sindical no Boletim nº 12, com o título “Salário real e escala móvel de salários”, e é aprofundado no estudo desenvolvido pelo economista Paul Israel Singer¹⁴⁵, publicado na RESE nº 4 em dezembro de 1961. Segundo o texto:

[...] escala móvel de salário é uma forma de ajustar os salários nominais ao aumento do custo de vida, de modo que os salários reais – isto é, os bens que o trabalhador adquire com o salário – não sejam diminuídos. Ela funciona da seguinte maneira. Constroe-se um índice de custo de vida [...] que registra quanto deve ser o salário nominal, para que o salário real não seja reduzido. Assim o índice do DIEESE, por exemplo, mostra que um salário mínimo de Cr\$10.000,00 em 1958 só valia Cr\$ 7.270,00 em 1959, Cr\$ 5.610,00 em 1960 e apenas Cr\$ 3.710,00 em setembro deste ano. Isto significa que para manter o salário real correspondente a Cr\$ 10.000,00 em 1958, seria preciso que o salário nominal subisse para Cr\$ 14.000,00 em 1959, para Cr\$ 18.300,00 em 1960 e para Cr\$ 27.000,00 em setembro de 1961. Quando se adota uma escala

¹⁴⁴ Sobre a Passeata da Fome e a Greve Contra a Carestia de 1959, ver A fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a “reinvenção” da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964). **Revista Mundos do Trabalho**, v.1, n. 1, p. 226-257, jan-jun 2009b. e GOHN (2008).

¹⁴⁵ Paul Israel Singer (1932 -). Iniciou sua militância política no movimento sionista juvenil, frequentou o Partido Socialista Brasileiro, fundou a Polop e o PT, integrando o seu primeiro Diretório Nacional. Formou-se em Eletrotécnica pela Escola Técnica Getúlio Vargas de São Paulo. Como eletrotécnico, trabalhou na Fábrica de Elevadores Atlas, onde foi eleito para a Comissão de Fábrica. Como dirigente sindical de base, esteve na liderança da greve dos 300 mil que paralisou a indústria paulistana por mais de um mês em 1953. Formado em economia, doutorou-se em sociologia sob a orientação de Florestan Fernandes e integrou o quadro docente da Universidade de São Paulo até o AI-5, quando foi aposentado. Foi membro fundador do Cebrap. Sua produção teórica engloba títulos de economia, trabalho e socialismo. Hoje está à frente da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (VANNUCHI, P.; SPINA R. Memória: Paul Singer. **Teoria e Debate**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Ano 18, n. 62, abr-maio 2005).

móvel de salário, estes são reajustados sempre que o índice sobe determinado número de 'pontos'. (RESE, nº 4, 1961, p. 58-59)¹⁴⁶.

Semelhante ao analisado no texto anterior, a partir do problema identificado e mensurado pelo ICV, apresentou-se uma proposta de intervenção na realidade para minimizar as perdas dos trabalhadores com a inflação. Por meio da análise teórica da inflação mensurada pelo índice, objetivaram-se possibilidades de luta dos trabalhadores para além do cenário imediato, contribuindo para criar uma pauta estrutural¹⁴⁷.

Da constatação do problema da inflação via índice de custo de vida, passando pela análise das causas do problema e chegando às propostas para intervenção no fenômeno estudado, o estudo fechou um círculo da espiral da produção do conhecimento, que começou com a percepção da perda do poder de compra dos salários chegando no desenvolvimento de propostas políticas a serem defendidas pelo movimento sindical em sua relação com o Estado e a sociedade.

Enquanto o debate sobre padrão de vida e inflação foram temas diretamente ligados ao conhecimento sistematizado na produção do ICV/DIEESE, outros processos se iniciaram a partir da dinâmica da produção do índice e foram sistematizados na RESE.

Estudos como “O problema da insalubridade no trabalho”, de Manoel Rocha Carvalheiro¹⁴⁸, “Administração de salários – realidade científica sujeita a mistificações”, escrito por José Serson¹⁴⁹, “Aspectos econômicos e sociais da

¹⁴⁶ REVISTA DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – RESE. São Paulo: DIEESE, n. 4, dez. 1961.

¹⁴⁷ Vale ressaltar que o debate sobre a escala móvel de salário influenciou todo o debate sobre as políticas salariais no Brasil e foi pauta recorrente do movimento sindical até muito recentemente, sendo política efetiva em vários momentos da história econômica recente com denominações diferentes: gatilho salarial, indexação salarial e etc. Para maiores detalhes ver CARVALHO, O. E. A indexação dos salários ao custo de vida: suas características fundamentais, vantagens e inconvenientes. **Análise social**, Lisboa: ISCVL, 2ª série, v. 10, n. 37, p. 137-147, 1973 e SINGER, P. I. Política econômica brasileira: as tentativas de estabilização. **Análise Conjuntural**, Porto Alegre, 1o.trim. 1993.

¹⁴⁸ Não foram encontrados registros.

¹⁴⁹ José Serson (1935-1996). Foi juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região (São Paulo) e, desde 1969, Professor na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos). Foi Professor Titular de Direito do Trabalho na Universidade Católica de São Paulo e nas Faculdades de Administração Paes de Barros e Santana; de Administração do Pessoal, na Universidade Mackenzie

automação – O problema do Brasil”, de Walter Paul Krause¹⁵⁰, e “Planejamento da política de mão de obra”, de Perseu Abramo¹⁵¹ dedicaram-se às questões do interior das empresas e buscaram propor ao movimento sindical pela RESE uma reflexão sobre as políticas empresariais de gestão dos trabalhadores, na administração dos salários, nas mudanças que aconteciam na base tecnológica da fábrica e nas condições de trabalho.

Na busca por respostas às necessidades dos trabalhadores em temas de abrangência nacional, a RESE também procurou debater com o movimento sindical questões sobre a Previdência Social e o Direito do Trabalho.

João Lyra Madeira¹⁵² colaborou com a revista com os seguintes artigos no tema “Previdência Social”: “Aspectos da assistência e previdência social aos empregadores domésticos”; “Evolução da Previdência Social”; “O seguro social contra acidentes do trabalho”; “Assistência Médica da Previdência Social”; “Previdência Social – Suas origens e finalidades”, “Previdência Social – Os seus destinatários”, “Previdência Social – Prestações”, “Previdência Social – Seu financiamento”, “Previdência Social – Sua administração” e “Previdência Social – Aspectos gerais da Lei Orgânica Brasileira”. Em matérias sobre “Direito do Trabalho”

e na Faculdade de Administração da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Recebeu, em agosto de 1983, a comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, outorgada pelo Tribunal Superior do Trabalho. Produziu importantes obras na área de Direito do Trabalho e Administração do Pessoal (SERSON, José. Sobre o autor. In: _____. **Curso de rotinas trabalhistas**. 10ª ed. São Paulo: Editora LTr, 1977)

¹⁵⁰ Walter Paul Krause. Economista formado pela FCEA/USP em 1959, mesma turma de Paul Israel Singer e Lenina Pomeranz, especialista em economia industrial, realizou diversos estudos sobre a indústria paulista. *Economia para todos. A Mão de Obra no Estado de São Paulo* (1961) e *A Economia da América Latina* (1966). (KRAUSE, W. Sobre o autor. In: _____. **A Economia da América Latina**. Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1966)

¹⁵¹ Perseu Abramo (1929-1996). Formou-se em 1959 no curso de ciências sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, como bacharel e licenciado em sociologia. Em 1968 obteve o grau de mestre em ciências humanas na Universidade Federal da Bahia. Porém, como cientista social, foi um dos principais jornalistas brasileiros trabalhando nos principais veículos de comunicação do país (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Sobre Perseu Abramo. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=74>. Acesso em: 22 dez. 2009).

¹⁵² João Lyra Madeira (1909-1979), demógrafo, atuou como técnico do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – IAPI, foi professor de demografia da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Centro Brasileiro de Estatísticas Demográficas, trabalhou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e foi o primeiro presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP (IBGE. **Lyra Madeira, um mestre da demografia brasileira**. Disponível em: http://www.ibge.com.br/lyra_madeira/index.htm. Acesso em: 21 dez. 2009)

escreveram para a revista Rio Branco Paranhos¹⁵³, Maria Carvalho de Jesus¹⁵⁴, Vinícios Ferraz Torrez¹⁵⁵ e Agenor B. Parente¹⁵⁶, sobre os respectivos temas: “Legislação Trabalhista para o Trabalhador Rural”, “Salário Família”, “O direito de greve”, “Atualização de normas da consolidação trabalhista”, “A lei sobre o abono de natal” e “Sindicalização rural”.

Porém, para além do debate sobre a inflação, nenhum outro tema mobilizou tanto o DIEESE como as análises sobre o próprio movimento sindical.

Buscando colocar em prática sua estratégia de se tornar um centro de referência em estudos sobre o mundo do trabalho, dos trabalhadores e de suas organizações, a RESE tornou-se um instrumento de sistematização e publicização das lutas dos sindicatos, bem como um lugar de reflexão sobre os próprios sindicatos.

¹⁵³ Rio Branco Paranhos (1913-1976), advogado, assessorou juridicamente os principais sindicatos ao longo das décadas 1950-1960. O Escritório Paranhos ficou muito conhecido por impetração de habeas-corpus em favor de presos comunistas, Em 1960, Rio Branco Paranhos foi eleito vereador da cidade de São Paulo, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Eleito deputado federal em 7 de outubro de 1962, com seus registros indeferidos pelo Tribunal Regional Eleitoral, teve seu mandato cassado. Em 1964, após o golpe militar, o advogado passou a ser perseguido frequentemente pela polícia, sendo que sua casa e seu escritório foram invadidos diversas vezes. No dia 13 de junho de 1964, o advogado teve suspensos seus direitos políticos (CORRÊA, L. R. Trabalhadores e os doutores da lei: direitos e Justiça do Trabalho na cidade de São Paulo – 1953 a 1964. **Revista Histórica**, edição nº 26, out. 2007b)

¹⁵⁴ Não foram encontrados registros.

¹⁵⁵ Vinícios Ferraz Torres, advogado trabalhista, atuou como delegado regional do trabalho em São Paulo, foi Superintendente Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo entre 1975 a 1978. Foi também juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, cargo que se aposentou em 1994. (MTE. Histórico de Superintendentes. Disponível em http://www.mte.gov.br/delegacias/sp/sp_delegados.asp. Acesso em 27/12/2009).

¹⁵⁶ Agenor Barreto Parente (1926 -), advogado trabalhista, estudou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco entre 1945 e 1949. Iniciou suas atividades jurídicas como secretário do Departamento Jurídico do Partido Comunista do Brasil. Em 1947, com o PCB na ilegalidade, passou a estagiar no Escritório Paranhos, onde passou a integrar a equipe de advogados após a conclusão do curso. Especializando-se em direito trabalhista, foi advogado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Carnes e de Frios e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Bebida e Cerveja em Geral. Na década de 60, tornou-se professor substituto de Direito do Trabalho nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Em 1964, escreveu o opúsculo "Lei do Salário-Família Comentada", Edição Fulgor. Foi fundador e primeiro presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo, recebeu a comenda da Ordem do Mérito do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. (ENTREVISTA com Agenor Barreto Parente realizada por Solange A. Barreira. **Jornal do Advogado**. OAB/SP, jun. 2003. Disponível em: <http://www.riobrancoparanhos.adv.br/entrevista.htm>. Acesso em: 10 fev. 2010)

Em todos os números editados da RESE, a seção Noticiário Sindical trouxe informações sobre negociações salariais, os dissídios julgados, greves ocorridas, congressos sindicais e plenárias de categorias. A cada mês elaborava-se uma pequena avaliação das diversas atividades sindicais do período, passando em seguida a descrevê-las¹⁵⁷.

Buscava-se, além de compartilhar entre os sindicatos suas lutas e ações, registrar as atividades sindicais para estudos futuros do próprio DIEESE ou de pesquisadores independentes, conforme lembra Lenina:

[...] aquilo que a gente levantava diariamente, e a gente levantava número de greve, acordos, congressos e não sei mais o quê, íamos juntando naquele arquivo legal [...] o Albertino dizia “olha, esse nosso arquivo vai ser utilíssimo pra teses e estudos” [...] (POMERANZ, 2009).

Além da sistematização das lutas sindicais, a RESE também debateu com a sociedade a importância da organização dos trabalhadores em um momento de transformação social e buscou oferecer elementos para que os dirigentes sindicais refletissem sobre sua organização.

Em “Funções do Sindicato na Sociedade Moderna Brasileira”, escrito por Azis Simão e publicado na RESE nº 1, procurou-se debater o lugar da instituição “sindicato” na sociedade brasileira, a partir do aumento da importância dos trabalhadores urbanos assalariados no Brasil. Nesse texto, identificavam-se três planos de atuação sindical: econômico-social, consciência de classe e político. No plano econômico-social, o texto concluiu que são funções sindicais:

1. Regular o preço da mão de obra, em cada momento econômico, procurando manter e elevar a capacidade aquisitiva da população assalariada, o que tem reflexos positivos sobre o mercado e o processo de industrialização.
2. Promover a adoção de normas de relações de trabalho e de previdência social, o que tem refletido positivamente no desenvolvimento das atividades econômicas e no *status-quo* da sociedade de classes (RESE, nº 1, 1961, p.9).

¹⁵⁷ As informações da seção “Noticiário Sindical” eram captadas entre os sócios do DIEESE e por meio da imprensa e compunham os arquivos do DIEESE. Atualmente, essas informações são sistematizadas pelo Banco de Dados Sindicais do DIEESE.

No plano da consciência de classe:

[...] o sindicato assumiu, pois, a função de criar uma consciência jurídica entre os trabalhadores, que se expressa em termos de uma consciência de classe [...] [estruturando] o exercício de comportamentos coletivos que conduzem à abertura de uma consciência política do proletariado (RESE, nº 1, 1961, p.12).

Por fim, concluiu que no plano político os sindicatos têm desempenhado uma função política, em que se pode observar dois aspectos:

Um deles se liga à sua própria atuação geral na legislação trabalhista e na promoção da consciência jurídica de classe. [...] O segundo aspecto se refere à representação sindical nos órgãos da administração pública [...] (organizando) programas de reivindicação que beneficiam os trabalhadores, dentro da própria estrutura da sociedade de classe (RESE, nº 1, 1961, p.14).

A mesma linha de análise dos sindicatos no Brasil se deu no texto “O sindicato na vida política do Brasil” publicado na RESE nº 9, também de autoria de Azis Simão. Neste, avançou-se na análise da função política dos sindicatos por meio das grandes mobilizações, greves e da importância do voto operário, chamando a atenção para o papel fiscalizador e de proponente das leis trabalhistas. Como ampliação do debate proposto no seu texto anterior, Azis propunha ao movimento sindical a reflexão sobre uma nova função a que deveriam se ater: participação nas direções das grandes empresas estatais que surgiram a partir de 1950 e que com o processo de democratização não deveriam ficar subjugadas à burocracia estatal. Segundo o autor:

Os textos “Evolução do Sindicalismo no Brasil” de Luiz Roberto de Rezende Puech¹⁵⁸ e “Estrutura Sindical Brasileira”, de José Albertino Rodrigues, publicados respectivamente nos números 7 e 12 da RESE, buscavam analisar a estrutura sindical brasileira a partir de sua história marcada pela regulação imposta pela legislação trabalhista, e que, em um momento de redemocratização, carecia de revisão.

¹⁵⁸ Luiz Roberto de Rezende Puech (1914 -?). Jurista, foi Superintendente Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo em 1961, Procurador Regional do Trabalho e Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST, presidindo-o entre 1974 e 1976. (TST. **Luiz Roberto de Rezende Puech**. Disponível em: <http://www.tst.gov.br/ASCS/ministro.html>. Acesso em: 05 fev. 2010)

Nestes dois textos, é importante diferenciar as perspectivas apresentadas por Puech e por Albertino no que se refere ao foco dado ao arcabouço legislativo. Enquanto Puech apresentou a legislação que define a estrutura sindical como “grilhões” para a ação sindical e para a mobilização dos trabalhadores, criando uma distorção no papel político dos sindicatos, Albertino procurou apresentar os elementos que regulam a estrutura sindical e os debates travados em torno destes. Percebe-se, ali, uma clara intenção de esclarecer, mais do que avaliar¹⁵⁹.

Críticos, analíticos, de cunho sociológico, econômico ou jurídico, todos os textos publicados na RESE buscaram subsidiar o movimento sindical, sistematizar suas ações e dar publicidade às suas lutas, além de refletir sobre o próprio movimento sindical, enquanto instituição em transformação, que vivia as contradições da consolidação do processo de produção propriamente capitalista pelo qual passava o Brasil no início da década de 1960.

Além disso, a RESE ampliou o conjunto de sujeitos e instituições articuladas com o DIEESE e se tornou um meio de diálogo entre intelectuais que buscavam refletir sobre o mundo do trabalho e o movimento sindical (vide ilustração 7).

O último número da Revista de Estudos Sócio-Econômicos foi publicado por conta da comemoração do 1º de maio de 1963 e se deu em meio à crise pelo qual o DIEESE passava.

Produto das necessidades que se apresentaram ao movimento sindical brasileiro na década de 1950, o DIEESE e a própria continuação do Índice de Custo de Vida não ficaram imunes à conjuntura marcada pela crise econômica e política que marcou o ano de 1963.

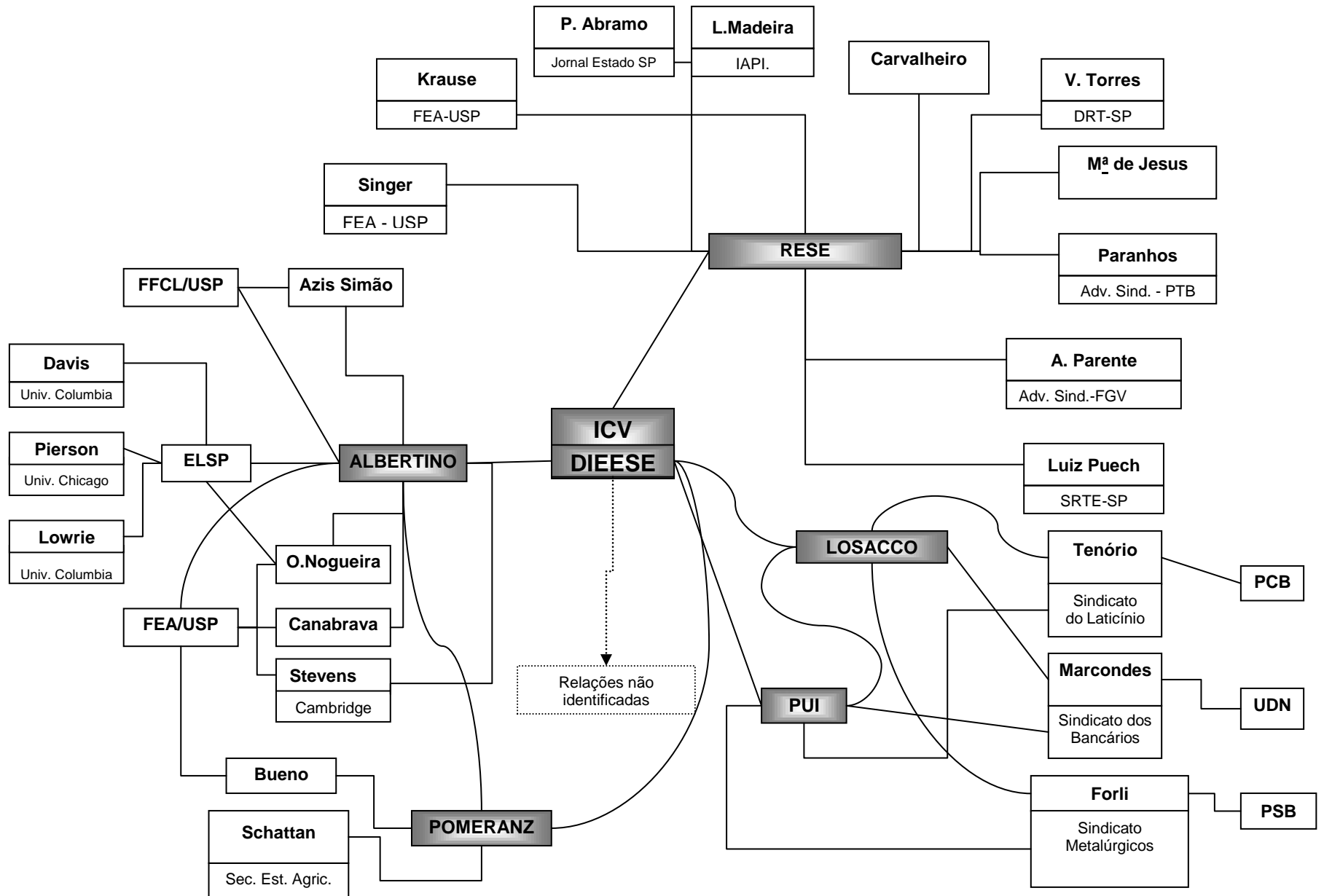
O marco desse momento que encerra o período analisado por esta dissertação foi a saída de Lenina Pomeranz em finais de 1963¹⁶⁰, finalizando o

¹⁵⁹ Vale destacar que nesse momento, José Albertino Rodrigues não mais estava no DIEESE, estando a direção técnica sob a responsabilidade de Lenina Pomeranz.

¹⁶⁰ Pomeranz, sem receber salários e às voltas com a crise extra-DIEESE entre as lideranças sindicais, licenciou-se do DIEESE no final de 2003 para fazer um curso de quatro meses patrocinado pela ONU na Polônia. Sua intenção era retornar após o curso para o DIEESE. Porém, com o golpe militar, não conseguiu voltar ao País naquele período, acabando por concluir seus estudos na URSS. Lenina só conseguiu voltar ao Brasil em 1967 e recuperou seu lugar na USP somente em 1984, onde leciona no curso de economia

processo de esvaziamento técnico e político que em menos de um ano levou o DIEESE, de uma intensa atividade junto ao movimento sindical, para seu fechamento com o golpe militar de 1º de abril de 1964.

Ilustração 7
Diagrama de relações – 1955/1964



CONCLUSÃO

Esta dissertação analisou o processo de produção do conhecimento, estabelecido a partir da necessidade do movimento sindical de produzir instrumentos legitimados cientificamente que auxiliassem a luta cotidiana dos trabalhadores contra o arrocho salarial. A base teórica utilizada para a compreensão deste processo foi a concepção de conhecimento desenvolvida pelo materialismo histórico, que forneceu o referencial necessário para as análises aqui realizadas.

Tendo escolhido o processo de produção do Índice de Custo de Vida dos Trabalhadores do DIEESE (ICV/DIEESE) como caso a ser estudado, procurou-se reconstruir o contexto histórico em que se deu a produção do índice. Neste esforço, foram identificadas as necessidades geradas ao Movimento Sindical por um período em que as relações tipicamente capitalistas avançavam em um momento instável da política brasileira.

O ponto de partida da análise foi a caracterização do conceito de conhecimento proposto por Lefèbvre, Kosik e Freire como algo produzido pela ação humana a partir de suas necessidades. Com este conceito, foi possível identificar que o que mobilizou sindicalistas e intelectuais a iniciarem o processo de produção do ICV/DIEESE foi a necessidade dos dirigentes de se apropriarem de conhecimentos legitimados pelo método científico e dos intelectuais de conferirem sentido político àquilo que produziam na academia.

Além disso, pode-se concluir que a origem do processo de produção do ICV/DIEESE está diretamente vinculada ao fenômeno da inflação em um processo de acelerado desenvolvimento econômico. A aceleração inflacionária, ao se colocar como um problema para os sindicalistas e como um fenômeno mobilizador dos meios acadêmicos, demandou no processo de diálogo entre essas duas esferas a construção de um significado comum sobre o fenômeno capaz de impulsionar a luta política por melhores condições de vida para os trabalhadores.

A ideia de que todo conhecimento é histórico, ou seja, é produto de um processo contínuo de conhecer, gerar novas dúvidas e refutar o estabelecido, localizou o processo de produção do índice na história dos instrumentos de medição da inflação. Isto possibilitou compreender que o conhecimento produzido por este processo não se iniciou do zero, mas foi produto tanto da crítica aos indicadores

estatísticos no Brasil quanto da organização da produção de conhecimentos não sistematizados da classe trabalhadora.

Afirmado que o conhecimento é um produto social e dialógico, foi possível mapear as diversas relações entre diferentes sujeitos que trouxeram consigo suas histórias de vida, seus conhecimentos acumulados, bem como suas intenções políticas e acadêmicas. Por meio dos sujeitos, foi possível também identificar as instituições que participaram do processo, seja de maneira direta ou indireta. Cabe destacar o papel da ELSP-SP, da FFCL-USP, da FCEA-USP, do PUI e dos partidos políticos (mais especificamente, PTB, PCB e PSB).

A partir deste mapeamento, pode-se verificar que, em um processo de produção de conhecimento, estabelece-se um conjunto de interações entre sujeitos que comprova a tese de que não há conhecimento possível sem os diferentes diálogos que se estabelecem a partir de um problema colocado.

No caso do DIEESE, pode-se constatar que para além dos dirigentes e intelectuais que compõem a estrutura do Departamento, estabelecem-se diálogos com sujeitos em diferentes instituições, inclusive extrapolando muitas vezes as divergências políticas.

Assim, foi possível concluir que o ICV/DIEESE teve a contribuição direta ou indireta de um número considerável de sujeitos, dos quais esta dissertação foi capaz de identificar uma parcela.

Tendo como origem a necessidade dos dirigentes e dos intelectuais, percebeu-se, também, que o conhecimento gerado no processo de produção do índice não se realizou por si mesmo, só ganhou legitimidade e movimento quando saiu do interior do Departamento e se tornou instrumento de ação política.

Neste sentido, uma das principais constatações desta dissertação é que a exteriorização do produto de um processo de produção do conhecimento não é algo automático, mas envolve ações concretas com esta intencionalidade. No caso estudado, a importância da publicação do índice em boletins e revistas foi o que possibilitou ao DIEESE compartilhar o significado do ICV/DIEESE para um número cada vez maior de pessoas e instituições ligadas aos sindicatos e à sociedade em geral.

Além disso, foram esses instrumentos de divulgação que articularam o debate entre intelectuais, de dentro e de fora do Departamento, com o movimento sindical sobre as diversas questões relativas ao mundo do trabalho, possibilitando o surgimento de novos processos de produção de conhecimento.

O diálogo estabelecido entre os intelectuais e os sindicalistas na relação de assessoria econômica – que construiu os conceitos de “perda salarial” e “reajuste necessário” – conferiu ao conhecimento gerado por todo esse processo um significado comum a ambos na interpretação do fenômeno da inflação.

A unidade entre a teoria e a prática que, segundo Vázquez, caracteriza a práxis, somente se realizou quando o número produzido pelo ICV/DIEESE ganhou sentido no vivido passando a representar o quanto o trabalhador havia perdido do seu poder de compra com a inflação.

A ideia de “perda salarial” e “reajuste necessário” contribuiu para se revelar o constante arrocho salarial sofrido pelos trabalhadores, transformando assim o ICV/DIEESE em instrumento de denúncia e bandeira de luta política contra a carestia.

Ao analisar o processo de produção do ICV/DIEESE, esta dissertação chegou ao seu objetivo principal: compreender o processo de produção do conhecimento no DIEESE como práxis.

Em um balanço geral sobre a investigação, concluo que a especificidade do processo de produção do conhecimento no DIEESE está em sua relação umbilical com os sindicalistas. É por meio desta relação que as necessidades do movimento sindical mobilizam diferentes sujeitos, estabelecem diálogos dentro e fora do Departamento e articulam processos de produção de novos conhecimentos.

Além disso, é por meio da ação sindical, apoiada direta ou indiretamente pelo trabalho do DIEESE, que o conhecimento produzido chega à realidade e se coloca como instrumento de luta na esfera política.

No que diz respeito ao próprio processo de produção do conhecimento realizado por esta dissertação, também, constato que a concepção de conhecimento desenvolvida pelo materialismo histórico é uma potente ferramenta teórica para a compreensão de como o conhecimento humano é produzido, convidando assim a novas investigações sobre outros processos de produção do conhecimento.

Esta dissertação, como uma modesta parte da história do conhecimento humano, em seu final, aponta sua inconclusão e deixa em aberto caminhos a serem percorridos com perguntas a serem respondidas. Surgem, então, objetos de novas investigações tanto no que se refere ao DIEESE quanto a outros processos de produção de conhecimento. A seguir, algumas destas questões:

- Tendo como concepção o materialismo histórico, é possível falar em um processo específico de produção de conhecimento da classe trabalhadora?
- Se a expansão do capitalismo no Brasil demandou do movimento sindical uma nova racionalidade legitimada pelo método científico, como essa racionalidade avançou nas décadas seguintes, em especial, a partir do novo século que, segundo muitos intelectuais, é o século da informação e do conhecimento?
- O principal momento de utilização política do índice de custo de vida aconteceu no final da década de 1970. Como isso se deu?
- Qual o lugar da educação sindical desenvolvida pelo DIEESE a partir da década de 1970 neste processo de diálogo com o dirigente sindical?
- Quais as implicações organizacionais que a produção do conhecimento trouxe ao DIEESE e as demais organizações de assessoria do Movimento Sindical?
- É possível afirmar que o processo de produção do conhecimento no DIEESE ainda se mantém semelhante quando de sua fundação? Se não, o que teria mudado? Se sim, como fora preservado?

Por fim, todo trabalho de investigação realizado em meio às dificuldades de se pesquisar um processo ocorrido há mais de cinquenta anos em que os principais sujeitos já não se encontram entre nós, fica a certeza de que a especificidade do conhecimento do DIEESE não está em sua competência em lidar com as pesquisas quantitativas, tampouco em seu rigor metodológico, mas sim no seu processo de produção que tem como elemento principal o diálogo entre o dirigente sindical e o cientista social na sua condição de assessor, que:

Encarnando esse papel, não se imputa a condição de “porta-voz” dos sindicatos e do movimento sindical e tampouco estabelece qualquer relação espúria com as “burocracias sindicais”. Torna-se

um mero assessor. Pois ao contrário dos patrões e das organizações patronais, os operários e seus sindicatos não precisam de servos do poder. O intelectual que caminha com eles presta uma colaboração e, nos limites em que faz isso responsabilmente, realiza um dos mais belos atos de liberdade e de participação a que pode aspirar um cientista social em nossa sociedade (Florestan Fernandes, 1978)¹⁶¹.

¹⁶¹ FERNANDES, Florestan. Apresentação. In TROYANO, A. A. **Estado e sindicalismo**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. A. et al. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós-30**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 5 v, 2001.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

ALMEIDA, F. I. A. Morre Luiz Tenório de Lima. **Portal Vermelho**. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/blogs/outroladodanoticia/?p=18352>. Acesso em 25/02/2010

AMORIM, W.A.C. **A evolução das organizações de apoio às entidades sindicais brasileiras : um estudo sob a lente da aprendizagem organizacional**. 2007. 430 p. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ANIVERSÁRIO: bancários e bancárias, parabéns. **Folha Bancária**, São Paulo, ed. nº 5116, 28-29 ago./1º set. 2008. Disponível em: <<http://www.spbancarios.com.br/fbmateria.asp?c=6201>>. Acesso em 02/07/2009.

ARNONI, M. E. B. Metodologia da mediação dialética na aplicação dos princípios dialéticos em uma aula: superando a interpretação filosófica. In: GRANVILLE, M.A. (Org.) **Sala de aula: ensino e aprendizagem**. Campinas: Papyrus, 2008. p.225-246.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 1984.

BENEVIDES, M.V.M. **PTB e trabalhismo: Partido, Sindicato e Governo em São Paulo 1945-1964**. São Paulo: Editora Brasiliense, CEDEC, 1989.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOGDAN, R. Biklen S. **Qualitative research for education**. Boston: MA, 1982.

BOLETIM DO DIEESE. São Paulo: DIEESE, nº 1, ano I, maio de 1960.

_____. São Paulo: DIEESE, nº 2, ano I, junho de 1960.

_____. São Paulo: DIEESE nº 3, ano I, julho de 1960.

_____. São Paulo: DIEESE nº 4, ano I, agosto de 1960.

_____. São Paulo: DIEESE, nº 5, ano I, setembro de 1960.

_____. São Paulo: DIEESE, nº 6, ano I, outubro de 1960.

_____. São Paulo: DIEESE, nº 7, ano I, novembro de 1960.

_____. São Paulo: DIEESE, nº 8, ano I, dezembro de 1960.

_____. São Paulo: DIEESE, nº 9, ano I, dezembro de 1960.

_____. São Paulo: DIEESE, nº 10, ano I, maio de 1960.

_____. São Paulo: DIEESE, nº 11, ano I, maio de 1960.

_____. São Paulo: DIEESE, nº 12, ano I, maio de 1960.

_____. São Paulo: DIEESE, nº 1, ano II, junho de 1961.

_____. São Paulo: DIEESE, nº 2, ano II, julho de 1961.

_____. São Paulo: DIEESE, nº 3, ano II, agosto de 1961.

_____. São Paulo: DIEESE, nº 4, ano II, setembro de 1961.

BOURDIEU, P. O campo científico. In.: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In.: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.

BOURGUIGNON, J. A. Processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, n. 6-1, p. 41-52, 2006.

BRAGA, D. R. **O conhecimento, a práxis e a formação humana na perspectiva sócio-histórica em sua relação com a educação e a formação de professores**. S/d., Mimeo.

BRAGUETO, C. R. **Desenvolvimento do capitalismo no Brasil e industrialização**. Jun. 2008, Mimeo.

BRASIL. **Decreto nº 399 de 30 de abril de 1938**: Aprova o regulamento para execução da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em 15/12/2009.

_____. **Decreto-Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943**: Aprova a consolidação das leis do trabalho. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102344>. Acesso em 15/12/2009.

_____. **Lei 185 de 14 de janeiro de 1936**: Institue as comissões de salário mínimo. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em 15/12/2009.

CANEDO, L. B. **O sindicalismo bancário em São Paulo**. São Paulo: Símbolo, 1978.

CARDOSO DE MELLO, J.M.C. **O capitalismo tardio**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARIA, T. H. Os saberes profissionais técnico-intelectuais nas relações entre educação, trabalho e ciência. In: TEODORO, A.; TORRES, C. A. (Orgs.), **Educação crítica & utopia**: perspectivas emergentes para o séc. XXI. São Paulo: Cortez, 2006, p.127-146.

CARVALHO, O. E. A indexação dos salários ao custo de vida: suas características fundamentais, vantagens e inconvenientes. **Análise social**, Lisboa: ISCUL, 2ª série, v. 10, n. 37, p. 137-147, 1973.

CHAIA, Miguel. **Intelectuais e sindicalistas** – a experiência do DIEESE (1955-1990). São Paulo: Editora Humanidades, 1992.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber** – elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação** – fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo: Editora T.A. Queiroz, 1979.

_____. **Weber**. São Paulo: Editora Ática, 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

COM ESTATÍSTICAS OS TRABALHADORES MARCHAM PARA A LUTA SALARIAL. **O Metalúrgico**. São Paulo, nº 163, jul/ago 1960, p.1.

CORRÊA, L. R. **A Greve contra a Carestia: trabalhadores em busca de um acordo coletivo na Justiça do Trabalho**. São Paulo, setembro de 1954. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Unisinos, 2007a, 1 CD.

_____. Trabalhadores e os doutores da lei: direitos e Justiça do Trabalho na cidade de São Paulo – 1953 a 1964. **Revista Histórica**, edição nº 26, out. 2007b.

_____. **Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo, 1953 a 1964**. 2007. 240 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2007c.

DANTAS, C. A. B. O desenvolvimento da estatística na universidade de São Paulo. **Boletim da Associação Brasileira de Estatística**, IME-USP, Ano XVIII, n. 52, p.39-57, 2º quadrim. 2002.

DICIONÁRIO DIDÁTICO. São Paulo: Edições SM, 2007.

DIEESE. **Relatório da Comissão Executiva do DIEESE**, referente a 1956-1957, São Paulo, 1958. Mimeo.

_____. **Relatório da Comissão Executiva do DIEESE**, referente a 1958-1959, São Paulo, 1959. Mimeo.

_____. **Estatuto do DIEESE.** Disponível em Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acessado 12/03/2009.

_____. **Nota explicativa do Índice de Custo de Vida – ICV DIEESE.** Disponível em <http://www.dieese.org.br/pof/pof.xml#C2>. Acesso em 15/10/2008.

DUBAR, Claude. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. **Educação e Sociedade [online]**. Campinas, v.19, n.64, p. 87-103,1999.

_____. **La Socialisation – Construction des Identités Sociales e Professionnelles.** Paris: Armand Colin, 1991.

ENTREVISTA com Agenor Barreto Parente realizada por Solange A. Barreira. **Jornal do Advogado.** OAB/SP, jun. 2003. Disponível em: <http://www.riobrancoparanhos.adv.br/entrevista.htm>. Acesso em: 10 fev. 2010.

ESCOBAR, Arturo. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, B.S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado.** São Paulo: Cortez, 2006, p. 639-665.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1999.

FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 2 v.

FÁVERO, M.L.A.; PEIXOTO M.C. L.; SILVA, A.E.G. Professores estrangeiros na Faculdade Nacional de Filosofia, (1939-1951). **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 78, p. 59-71, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Ensaio de sociologia geral e aplicada.** São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1960.

_____. Apresentação. In TROYANO, A. A. **Estado e sindicalismo.** São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências – Introdução à filosofia e a ética das ciências.** São Paulo: Editora UNESP, 1995.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia de pesquisa organizacional.** São Paulo: Editora Cortez, 2006, p. 69-90.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Sobre Perseu Abramo.** Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=74>. Acesso em: 22 dez. 2009.

FÜRSTENAU, Vivian. Inflação: monetaristas e estruturalistas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 25-35, 1981.

GAMBOA, S. A. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, I. (org.) **Metodologia de pesquisa organizacional**. São Paulo: Editora Cortez, 2006, p. 93-115.

GARCIA, P.C.S. **Limites do poder normativo da Justiça do Trabalho**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4864&p=2>>. Acesso em: 15 out 2008.

GOHN, M. G. Associativismo civil e movimentos sociais populares em São Paulo. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 44, n. 2, p. 130-138, mai-ago 2008.

GOMES, A. M. C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro: Editora da UFF, v.1. n. 2, p. 31-58, 1996.

GOMES, A. M. C.; FERREIRA, J. **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

GREMAUD, A. P; SAES, F. A. M.; TONETO JR, R. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GUIMARÃES, N. A. **Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores**. São Paulo: Editora 34, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

HECKER, F. A. M. Um retrato falado do Brasil pré-golpe: entrevista com Salvador Romano Losacco. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 27, p. 120-140, 1995.

_____. **Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

HELENO, A. P. **Revisitando as memórias de Clodesmidt Riani: a trajetória de um líder trabalhista nas grandes lutas sociais que antecederam o Golpe Civil e Militar de 1964**. 2007. 139 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

HEY, A. P. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil**. São Carlos: Edufscar, 2008.

HOBBSAWN, E. O presente como história: escrever sobre a história de seu tempo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo: CEBRAP, n. 43, p.103-112,1995.

IANNI, Octávio. **Sociologia e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.

IBGE. **Lyra Madeira, um mestre da demografia brasileira**. Disponível em: http://www.ibge.com.br/lyra_madeira/index.htm. Acesso em: 21 dez. 2009.

JACKSON, L. C. J. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965). **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo: Departamento de Sociologia FFLCH-USP, v.16, n.1, p. 263-283, 2004.

_____. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo: Departamento de Sociologia FFLCH-USP, v.19, n.1, p. 115-130, 2007a.

_____. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, v.22, n. 65, p. 33-49, 2007b.

JAPIASSÚ, H.; Marcondes, D. **Dicionário de filosofia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JOAQUIM Cardoso de Melo Neto. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Joaquim_Cardoso_de_Melo_Neto. Acesso em: 10 fev. 2010.

JOHN-STEINER, V.; SOUBERMAN, E. Posfácio. In: COLE, M. et al. (Org.). **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores** – L.S. Vygotsky. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1989.

KANTOR, I et al. (Org.) **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação, 1933-1953**. São Paulo: FAPESP: Escuta, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

KRAUSE, W. **A Economia da América Latina**. Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1966.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LEFÈBVRE, Henri. **O marxismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

_____. **Lógica forma e lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEITE, M. de P. Trabalhadores, sindicatos e partidos: a greve de 1957 em São Paulo. In: CLACSO (org.). **El sindicalismo latino americano en los ochenta**. Santiago del Chile: Comisión de Movimientos Laborales, 1985, p. 235-244.

LEVI, Lucio. **Legitimidade**. In: BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UNB, 1999, p. 675.

LIMONGI, Fernando. Revista Sociologia: a ELSP e o desenvolvimento da sociologia em São Paulo. **Caderno IDESP**, 1. São Paulo: IDESP, 1987. (Série "História das Ciências Sociais").

LINHA DO TEMPO. **Portal Vermelho**. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br>. Acesso em: 01 fev. 2010.

LONGWORTH, D. S. Samuel Harman Lowrie. **Footnotes**, Washington: American Sociological Association – ASA, v.4, n.8, 1976.

MACHADO, N. J. **Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MANFREDI, S.M. **Formação Sindical: história de uma prática cultural no Brasil**. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1968.

MARTINS, H. H. T. S. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **Igreja e movimento operário no ABC: 1954-1975**. 1ª. ed. São Paulo: Hucitec/ Prefeitura de São Caetano, 1994.

_____. **Azis Simão e José Albertino Rodrigues: duas trajetórias de pesquisadores e militantes**. S/d., Mimeo.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1989.

MTE. **Histórico de Superintendentes**. Disponível em http://www.mte.gov.br/delegacias/sp/sp_delegados.asp. Acesso em 27/12/2009

MATTOS, M. B. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MAYORAL, M. R. P. **A filosofia da práxis segundo Adolfo Sánchez Vázquez**. S/d., Mimeo.

MICELI, Sérgio; PINHEIRO, F. A. F. Entrevista com Mário Wagner Vieira da Cunha. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.20, n. 2, nov. 2008

MOISÉS, J. A. **Greve de Massa e Crise Política: estudo da greve dos 300 mil em São Paulo 1953 e 54**. São Paulo: Polis, 1978.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulinas, 2006.

NETO, M. L. P. **A reinvenção do trabalhismo no "vulcão do inferno": um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo - A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964)**. 2006. Tese (Doutorado) – FFLCH-USP, 2006.

_____. A cruz e a família contra a foice e o martelo. O anticomunista no movimento operário de São Paulo (1950-1964). **Dialogia**, São Paulo, v. 6, p.33-42, 2007.

_____. **Intolerância política:** o veto às candidaturas operárias e o problema da representação política da classe trabalhadora em SP. Disponível em: <http://www.rumootolerancia.fflch.usp.br/node/2179>. Acesso em: 05 dez. 2009a.

_____. A fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a “reinvenção” da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964). **Revista Mundos do Trabalho**, v.1, n. 1, p. 226-257, jan-jun 2009b.

NETTO, A. D. Luiz de Freitas Bueno. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 mar. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2203200607.htm>. Acesso em: 10 fev. 2010.

NOGUEIRA, Oracy. Homenagem – José Albertino Rosário Rodrigues. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, Departamento de Sociologia FFLCH-USP, v. 4, n.1- 2, p. 199-203, 1992.

NORONHA, O. M. Práxis e educação. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.20, p. 86 - 93, dez. 2005.

OLIVEIRA, Francisco. Intelectuais, conhecimento e espaço público. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, n. 18, p.126-132, set-dez 2001.

ONODY, Oliver. **A inflação brasileira (1820-1958)**. Rio de Janeiro, s/ ed., 1960.

PARENTE, N. R. B. Memória da Justiça do Trabalho: que figura o meu pai. **Revista do Tribunal do Trabalho da 2ª Região**. São Paulo: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, n. 1, 2009.

PATY, Michel. Matéria e necessidade no conhecimento científico. **Scienti e Studia**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 589-613, 2006.

PEREIRA L.; FORACCHI M. M. **Educação e sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

PINHEIRO FILHO, F. A.; MICELI, S. Entrevista com Mário Wagner Vieira da Cunha. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo: Departamento de Sociologia FFLCH-USP, v.20, n.2, 2008.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, ago 1997.

PUECH, L. R. R. Direitos Individuais e Coletivos do Trabalho. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: TRT, 1960.

QUEIROZ, M. I. P. O pesquisador, o problema de pesquisa e escolha de técnicas: algumas reflexões. **Caderno CERU**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992. (Textos 3, 2ª série).

RAMOS, I. G. As representações de classe operária na produção acadêmica brasileira. Um balanço das décadas de 1960 e 1970. **Antíteses**, Londrina: Programa

de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, v. 2, n. 3, p. 421-449, jan-jun 2009.

REMO FORLI. **História das ruas de São Paulo**. Disponível em: <http://www.dicionarioderuas.com.br/>. Acesso em: 05 fev. 2010.

REVISTA DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – RESE. São Paulo: DIEESE, n.1, set.1961.

_____. São Paulo: DIEESE, n. 2, out.1961.

_____. São Paulo: DIEESE, n. 3, nov.1961.

_____. São Paulo: DIEESE, n. 4, dez. 1961.

_____. São Paulo: DIEESE, n. 5, jan. 1962.

_____. São Paulo: DIEESE, n. 6, fev. 1962.

_____. São Paulo: DIEESE, n. 7, mar-abr 1962.

_____. São Paulo: DIEESE, n. 8, maio/jun 1962.

_____. São Paulo: DIEESE, n. 9, jul-ago 1962.

_____. São Paulo: DIEESE, n. 10 e 11, set-dez 1962.

_____. São Paulo: DIEESE, n. 12, jan-fev 1963.

_____. São Paulo: DIEESE, n. Especial, maio 1963.

RIZZIERI, J. A. B. ; CARMO, H. C. E. **Retrospectiva histórica e metodológica do IPC-FIPE**. São Paulo, Fipe, 1995.

RODRIGUES, J. A.; COSTA V. R. Azis Simão, (1912-1990). **Ciência Hoje**, São Paulo, maio 1989. Disponível em: <http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/txt.php?id=21>, Acesso em: 30 dez. 2009.

RODRIGUES, J. A. **Sindicalismo e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

_____. Políticas públicas e política social. **São Paulo em Perspectiva**, v. 5, n.1, p. 11-18, jan-mar 1991.

RODRIGUES, L. M. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

_____. O PCB: os dirigentes e a organização. **História Geral da Civilização Brasileira**, São Paulo: Difel, n. 10, v. 3, 1981.

ROSE, Mike. **O saber do trabalho** – Valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Editora Senac, 2007.

SAES, F. A. M. **A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira.** Texto apresentado no Seminário *A participação feminina na construção de novas disciplinas: o caso da historiografia econômica no Brasil.* In: V CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA TECNOLOGIA, Rio de Janeiro, 1998. Mimeo.

SAIANI, Cláudio. **O valor do conhecimento tácito – A epistemologia de Michael Polanyi na escola.** São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

SALOMÃO Schattan (1921-2003). **Revista de Economia Agrícola,** São Paulo: IEA, v. 50, n.2, p. 111-116, 2003.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências.** Porto: Edições Afrontamento, 1987.

_____. **A crítica da razão indolente** – Contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Editora Cortez, 2000. (V.1).

SCHWARTZMAN, Simon. Raízes históricas da relação entre universidade e setor produtivo no Brasil. In: Kiminami, C. S. et al. (Org.), **Universidade e Indústria – Depoimentos.** São Carlos: Editora da UFSCar, p.31-38, 1997.

SERSON, José. Sobre o autor. In: _____. **Curso de rotinas trabalhistas.** 10ª ed. São Paulo: Editora LTr, 1977.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

SGRECCIA, A. et al. **Conceitos e cálculos úteis à negociação coletiva.** Belo Horizonte: DIEESE e Escola 7 de outubro/CUT, 1996.

SILVA, F.T.S.; Santana, M. A. O equilibrista e a política: o partido da Classe Operária (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)** - As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2.

SIMÃO, Azis. O voto operário em São Paulo. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. **Anais.** São Paulo, 1955.

SIMÕES, A. M. O processo de produção e distribuição de informação enquanto conhecimento: algumas reflexões. **Perspectiva Conhecimento e Informação,** Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 81-86, jan.-jun. 1996.

SINGER, P. I. Política econômica brasileira: as tentativas de estabilização. **Análise Conjuntural,** Porto Alegre, 1o.trim. 1993.

SRTE. **Histórico de Superintendentes.** Disponível em: http://www.mte.gov.br/delegacias/sp/sp_delegados.asp. Acesso em: 27 dez 2009.

STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, N. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora UNB, 1999.

TAVAREZ, M.C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

TRINDADE, J. C. S.; PRIGENZI, L. S. Instituições universitárias e produção do conhecimento. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.16 n. 4, out-dez 2002.

TROYANO, A. A. **Estado e sindicalismo**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

TST. **Luiz Roberto de Rezende Puech**. Disponível em: <http://www.tst.gov.br/ASCS/ministro.html>. Acesso em: 05 fev. 2010

VANNUCHI, P.; SPINA R. Memória: Paul Singer. **Teoria e Debate**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Ano 18, n. 62, abr-maio 2005.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VOGT C.; POLINO, C. **Percepção pública da ciência**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. As estruturas do conhecimento ou quantas formas temos nós de conhecer? In: SANTOS, B.S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente** – um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2006.

WEBER, Max. **A ciência e a política** – duas vocações. São Paulo: Martin Claret Editora, 2002.

_____. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UNB, 2003.

WEFFORT, F. C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 4, p. 67-105, 1973.

ANEXOS

Anexo I

Listas de documentos pesquisados

Ordem	TÍTULO	AUTOR	DATA
1	DIEESE - Regulamento	DIEESE	1955
2	Carta aos associados do DIEESE sobre cooperações de organismos especializados para a realização da pesquisa de padrão de vida para o ICV	DIEESE	1956
3	Alguns dados estatísticos sobre custo de vida	DIEESE	1957
4	Custo de Vida – Preços mais frequentes dos principais gêneros alimentícios na cidade do Recife – 1956/1957	IBGE	1957
5	Causas do aumento do custo de vida	Valente, A.L.; Ruiz, L.F.; Pires, E.; Tognetti, A.	1957
6	Preços no varejo de artigos alimentícios e de limpeza doméstica: Instruções para o preenchimento do questionário: Pesquisa de padrão de vida	DIEESE	1957
7	Custo da alimentação correta por dia e por pessoa 1941-1957	Amaral F. Pompeo	1957
8	O abastecimento da carne em São Paulo	DIEESE	1957
9	As condições do abastecimento do leite em São Paulo	DIEESE	1957
10	Distribuição da amostra escolhida para a pesquisa de padrão de vida dos empregados da CMTCC - 1957	DIEESE	1957
11	Estudos básicos comparativos entre a elevação do custo de vida e o salário mínimo em vigor	DIEESE	1957
12	Ponderação para o cálculo do ICV: Índice de preços médios de gêneros alimentícios 1938-1958	DIEESE	1958
13	DIEESE – O que é?	DIEESE	1958
14	Relatório: Entrevista utilizada para pesquisa sobre habitação	DIEESE	1958

15	Inflação e carestia de vida – Análise de suas causas e possibilidades de solução	DIEESE	1958
16	Relatório da comissão executiva do DIEESE referente ao período 1956/1957	DIEESE	1958
17	Índices do custo de alimentação da classe trabalhadora na cidade de São Paulo	DIEESE	1959
18	Preços que serviram de base para o cálculo do custo de vida na cidade de São Paulo	DIEESE	1959
19	Documentos históricos do ICV: 1956-1959	DIEESE	1959
20	Relatório das atividades do DIEESE no biênio 1958/1959	DIEESE	1960
21	Entrevista para o “Trabalhador metalúrgico”	DIEESE	1961
22	A indústria automobilística	DIEESE	1961
23	DIEESE – Estrutura e funcionamento	DIEESE	1961
24	O DIEESE - histórico	DIEESE	1970
25	DIEESE – Origens e primeira fase	DIEESE	1980
26	Estatutos do DIEESE - Alterações e emendas 1956-1981	DIEESE	1981
27	A toque de caixa – Jornal dos funcionários do DIEESE Ano I, Nº 1	DIEESE	1987
28	Diretorias DIEESE 1956-1990	DIEESE	1990
29	Plano para a transformação do DIEESE em entidade nacional	DIEESE	S/D
30	Documentos históricos da Revista de Estudos Sócio-econômicos do DIEESE	DIEESE	S/D
31	O DIEESE – histórico	DIEESE	S/D

Anexo II

Listas de entrevistas recuperadas

PROJETO MEMÓRIA DIEESE: NOSSAS HISTÓRIAS - SETEMBRO DE 2008

ENTREVISTADOR:

Museu da Pessoa

ENTREVISTADOS:

Ademir Figueiredo
Adi dos Santos Lima
Alberto Marcelo Gato
Ana Yara Dania Paulino Lopes
Antonio Carlos dos Reis
Antonio José Corrêa do Prado
Artur Henrique da Silva Santos
Bartolomeu Romcy Costa
Carla Maria Bernaderi Massabki
Carlindo Rodrigues de Oliveira
Celi Audi
Cláudia Fragoso dos Santos
Clóvis Roberto Scherer
Eloísa Santana
Ericson Crivelli
Francisco Urbano Araújo Filho
Hugo Roberto Martinez Perez
Iara Heger
João Carlos Gonçalves
João Vicente Silva Cayres
Joel Alves de Oliveira
José Caetano Lavorato Alves
José Maria de Almeida
José Maurício Soares

Laerte Teixeira da Costa
Lenina Pomeranz
Lilian Arruda Marques
Luiz Tenório de Lima
Miguel Wady Chaia
Nelson de Chueri Karam
Ofélia Aparecida Gomes de Carvalho
Renato Costa Lima Filho
Rosana de Freitas
Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça
Sílvia Maria Manfredi
Sirlei Márcia de Oliveira
Solange Sanches
Suzanna Sochaczewski
Terrânia Maria Bispo
Vera Lúcia Mattar Gebrim
Walter Barelli
Wilson Aparecido Costa de Amorim

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA “PROF.
CASEMIRO DOS REIS FILHO – PUC/SP**

PROGRAMA DE DOCUMENTAÇÃO ORAL

COLEÇÃO: 30 ANOS DO DIEESE

1988

ENTREVISTADOR:

Miguel Wadi Chaia

ENTREVISTADOS:

Lenina Pomeranz

Heloísa Martins

Annez Andraus Troyano

Salvador Romano Losacco

**REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA
UM RETRATO FALADO DO BRASIL PRÉ-GOLPE**

1995

ENTREVISTADOR:

Frederico Alexandre Hecker

ENTREVISTADO:

Salvador Romano Losacco

Anexo III

Roteiros das entrevistas realizadas

LENINA POMERANZ
23-01-2009

Nascida em 1933, formada pela FEA-USP em 1959

Entrou no DIEESE em 1957 e saiu em setembro/1963

Trajétoria Pessoal

A construção do saber individual

1- Sua formação inicial é a Escola de Comércio Álvares Penteado, não é? Qual foi a importância dessa etapa de estudo para sua formação? O que trouxe de lá?

2- Trabalhou, também, na área de contabilidade antes de entrar na faculdade (fábrica de guarda-chuvas, de buzina, na malharia).

O que aprendeu nesses lugares que ajudou em sua trajetória no DIEESE e na Academia?

3- Como escolheu a Faculdade de Economia – FEA-USP

O que buscava quando ingressou lá?

4- O que se lembra dos professores da FEA-USP em sua graduação?

Qual lhe influenciou mais?

Que conhecimentos a FEA lhe possibilitou que ajudaram em seu trabalho no DIEESE?

5- Trabalhou com o professor Mario Vagner Viera da Cunha, na FEA. Qual a influência dele em sua formação? O seu aprendizado trabalhando com ele lhe ajudou no seu trabalho no DIEESE?

6- Como conheceu o professor Albertino?

Como ele era? O que aprendeu com ele?

Tem algum caso que guarda na memória de algo importante nessa relação de trabalho e de aluna dele?

7- Tudo o que um fazia, o outro lia. Essa era uma prática naquela época que sobrevive até hoje. Por que se tinha essa prática entre vocês dois?

8 – Como um influenciava no trabalho do outro? Era um trabalho coletivo?

9- Não há autoria nos textos da revista e do boletim. Por quê?

10- Conheceu a professora Alice Canabrava. Ela lhe influenciou em algo na sua formação?

O professor Albertino foi assistente dela e do prof. Oracy Nogueira. Acha que o interesse de Albertino em trabalhar com dados primários tem a ver com esse contato

com a professora Alice? O conhecimento de Albertino em metodologia foi aprendido com esses dois professores?

ICV-DIEESE

A produção de um novo conhecimento

- 1- Entrou no DIEESE em 1957 – Em que etapa estava a montagem do ICV-DIEESE?
- 2- Para a Campanha Salarial de 1957, O Prof. Albertino montou um índice de preços a partir de dados secundários, ainda sem ponderação. Como isso foi feito? Sabe como ele escolheu os produtos para calcular a variação desses preços?
- 3- Em 1957, houve a montagem de uma comissão para levantar o padrão de vida dos trabalhadores da CMTC. Lembra-se de algo desse trabalho? Ele foi parte ou influenciou a montagem da pesquisa do padrão de vida do ICV?
- 4- O primeiro passo da pesquisa foi a montagem e aplicação da pesquisa da família padrão. Você sabe algo dessa pesquisa? Como ela foi elaborada? Teve alguma metodologia específica?
- 5- A metodologia da pesquisa de padrão de vida que foi montada pelo Prof. Albertino e pela Sra, como foi elaborada? Qual estudo baseou essa metodologia?
- 6- A pesquisa Davis e a pesquisa Lowrie foram bases teóricas da pesquisa do ICV-DIEESE?
- 7- O método escolhido foi o da caderneta em conjunto com o questionário. Como foi montado o primeiro questionário mais geral e depois o mais detalhado? Teve algum questionário como referência?
- 8- Foram realmente distribuídos 12.000 questionários? Como se conseguiu aplicar e tabular um número tão grande de questionários?
- 9- A aplicação desse questionário teve a participação de alunos da FFLCH/USP. Como se conseguiu esse apoio?
- 10- A caderneta, como foi montada, lembra qual a referência desta?
- 11- Como foram escolhidos os trabalhadores que seriam pesquisados? Houve a ajuda dos sindicatos?
- 12- Como foi montada a pesquisa de mercado (marcas e artigos) que completou a pesquisa?
- 13- Na estruturação do índice foi utilizado o índice de Laspeyres. Quem definiu essa escolha? A parte estatística da pesquisa e do índice teve apoio de algum especialista? Salomão Schattan ajudou muito nessa etapa?
- 14- Schattan escrevia para a Revista Brasiliense do Caio Prado. Você tinha relações com esse grupo?
- 15- Era comum a ajuda de outros intelectuais ao trabalho do DIEESE? Como acontecia essa relação?
- 16- Um trabalho importante seu foi sobre o consumo de carne e depois de leite. Como realizou esse trabalho? Como definiu a metodologia de pesquisa? Alguém lhe ajudou?

A RELAÇÃO COM O MOVIMENTO SINDICAL

1- O DIEESE ficava dentro dos bancários naquela época. Esse contato muito próximo ajudava ou atrapalhava o trabalho naquela época?

2- Eles questionaram ou influenciaram em algum elemento da pesquisa de padrão de vida?

3- Na sua avaliação, havia mesmo fraude no índice da prefeitura, ou era um problema metodológico?

4- O fato de o ICV ter na origem a participação de professores da FEA ajudou em sua legitimidade?

5- Há uma passagem em que você diz que o Prof. Luiz de Freitas Bueno lhe ajudou a montar um quadro que permitia fazer o cálculo sem grandes problemas. Conte essa história.

Era comum esse apoio dos professores da FEA? O famoso papo da sala dos professores?

6- O DIEESE tem muito do conhecimento produzido pela FEA naquele momento ou seguiu outro caminho?

7- Há muitos relatos (do próprio Albertino) que naquele momento pouco se estudava o Movimento Sindical real. Por que isso acontecia?

8 – Qual o papel do conhecimento para a luta sindical naquele momento? E hoje?

9- O que aprendeu nessa sua experiência no DIEESE que carregou para toda a sua vida?

HELOÍSA MARTINS
26-01-2009

Formada pela FFLCH-USP

Entrou no DIEESE em 1965 e saiu em dezembro de 1968

TRAJETÓRIA PESSOAL

A CONSTRUÇÃO DO SABER INDIVIDUAL E AS PESSOAS

1- Como entrou no DIEESE?

2- Qual sua experiência anterior?

3- Como entrou na FFLCH-USP?

O que buscava quando ingressou lá?

4- O que se lembra dos professores da FFLCH-USP em sua graduação? Qual lhe influenciou mais?

Que conhecimentos a FFLCH lhe possibilitou que ajudaram em seu trabalho no DIEESE?

5- Trabalhou com o professor Azis Simão na FFLCH. Qual a influência dele em sua formação? O seu aprendizado trabalhando com ele lhe ajudou no seu trabalho no DIEESE?

6- O professor Azis lhe propôs ir trabalhar no DIEESE em vez de na Colgate. Por quê?

7- Uma crítica do professor Albertino era que não havia muitos estudos e pesquisadores interessados no Movimento Sindical real, só na classe trabalhadora genericamente. Você concorda com essa posição?

8- O professor Albertino fazia parte de algum grupo maior que tinha a mesma crítica? Quem era o grupo de interlocução do prof. Albertino na Academia? (Azis, Oracy, Florestan???)

9- A USP tem um papel importante na origem do DIEESE?

10- O Movimento Sindical enquanto tema da academia. Como começou na universidade?

11- Como conheceu o professor Albertino?

Como ele era? O que aprendeu com ele?

Tem algum caso que guarda na memória de algo importante nessa relação de trabalho e de aluna dele?

12- O professor Albertino foi assistente da professora Alice Canabrava e do prof. Oracy Nogueira. Acha que o interesse de Albertino em trabalhar com dados primários e metodologia tem a ver com esse contato com eles? O conhecimento de Albertino em metodologia foi aprendido com esses dois professores?

13- Os auxiliares do Albertino tinham que vivenciar a vida sindical, conhecer os sindicalistas? Por que isso? Ele falava em ter até um diário, você chegou a fazer um? (O caso da leitura de Marx)

14- Ele influenciou sua trajetória acadêmica? Sua escolha para ser professora de métodos guarda algo com essa época?

15- Como surgiu sua dissertação de mestrado? Sua experiência no DIEESE lhe ajudou nessa questão? Albertino, Heloísa e Annez – Temas próximos – o interesse pelo sindicalismo real – por quê?

16- Comparando outras pesquisas na qual sua vivência cotidiana não tenha sido intensa como nesta, o que diferencia uma da outra?

17- Quando se está inserido, como ocorre a produção do conhecimento, é diferente da academia?

18- O que se pode dizer do conhecimento gerado pelo e por meio do DIEESE chega à academia via sua dissertação?

19- O que traz de conhecimento da academia para o DIEESE?

20- O que leva de conhecimento via experiência no DIEESE?

ICV-DIEESE - A PRODUÇÃO DE UM NOVO CONHECIMENTO

21 – Como foi sua experiência em trabalhar com o ICV, atualizar a base de dados. Como fez isso? Como / com quem aprendeu a fazer isso? Carregou esse conhecimento para outras pesquisas? Qual era a base teórica nesse trabalho?

22- Uma socióloga no DIEESE, como foi essa experiência? Virou um pouco economista também?

23- Como era o trabalho com o prof. Albertino? Compartilhavam conhecimentos. Trocavam textos? Como um influenciava no trabalho do outro? Era uma relação de chefia ou de professor? Era um trabalho coletivo?

24- Não há autoria nos textos da revista e do boletim. Por quê?

25- O prof. Albertino foi construindo a ideia de transformar o DIEESE em um grande Instituto do Trabalho, ser fonte para o conhecimento universitário. Ele lhe falou sobre isso em algum momento?

26- Os demais trabalhos diferentes do ICV, (emprego e desemprego, greves, intervenções, negociações) eram demandas do movimento sindical ou eram parte desse projeto do Albertino? Fale um pouco do Balanço Sindical. Ele servia ao Movimento Sindical e à Universidade?

O RIGOR TÉCNICO

27- A questão da isenção, do rigor técnico, a legitimidade pela ciência, é algo forte no Albertino que vigora até hoje no DIEESE. Como vivenciou isso?

28 - Qual o papel do conhecimento para a luta sindical naquele momento? E hoje?

29- O DIEESE é um produto daquele tempo histórico?

30- Nessa sociedade, qual é o lugar do técnico? E o do técnico do DIEESE?

31- Como vê a assessoria nesse processo?

32- Como lidar com posições sindicais com as quais não concordava? Via o dirigente como o responsável pela política ou como algo a ser compreendido?

O PERFIL DO INTELECTUAL DO DIEESE

33- O Azis te levou para o DIEESE e depois de um tempo te tirou de lá. Explique isso um pouco? O que ele tinha em mente?

34- Você indica alunos para o DIEESE. Como define quem tem perfil? O que tem que ter além do técnico?

35- Barelli e Albertino, o que tem de semelhante e o que muda?

A RELAÇÃO ENTRE O CONHECIMENTO PRODUZIDO PELO DIEESE E A CLASSE TRABALHADORA

36- Você explicou muitas vezes o índice para o dirigente e para trabalhadores. Como esse conhecimento chegava ao trabalhador?

37- Esse conhecimento chega a classe trabalhadora ou fica com o dirigente sindical?

38- O conhecimento científico chega ao Dirigente Sindical por vários meios, o DIEESE é um deles? É especial?

39- Hoje os dirigentes estão adentrando a Universidade, na graduação e na pós. Como a universidade lida com esse indivíduo? Tem algo a ver com a ideia original do Albertino?

A SOBREVIVÊNCIA DO CONHECIMENTO INDIVIDUAL NO CONHECIMENTO COLETIVO

40- O conhecimento de um sobrevive no outro? Uma instituição pode ser portadora desses conhecimentos? O DIEESE é portador de conhecimentos de figuras como Azis, Albertino, Florestan, Heloísa...?

41- Como aprendeu o que sabe hoje? Como as pessoas lhe ensinaram?

PERGUNTA FINAL

42- Como o DIEESE produz seu conhecimento?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA – Walter Barelli
13-07-2009**

TRAJETÓRIA PESSOAL

- 1- Antes de entrar no DIEESE, você foi dirigente bancário. Como essa sua experiência lhe ajudou no DIEESE?
- 2- Antes de entrar no DIEESE, você já o conhecia. Pensava inclusive em garantir a continuidade do ICV nos períodos em que ele ficou fechado. Como conheceu o DIEESE? Como via o DIEESE antes de entrar nele?

O INÍCIO DO DIEESE

- 3- Você foi selecionado pela Heloísa. Como foi? Como era ela?
- 4- Como conheceu o professor Albertino? Como ele era? O que aprendeu com ele?
Tem algum caso que guarda na memória de algo importante nessa relação de trabalho com ele?

O RIGOR TÉCNICO

- 5- A questão da isenção, do rigor técnico, a legitimidade pela ciência, é algo forte no Albertino que vigora até hoje no DIEESE. Como vivenciou isso?
- 6- A ideia da “neutralidade” do DIEESE, com quem você aprendeu?

O ICV-DIEESE

- 7 – Qual o papel do ICV para o Movimento Sindical? Qual a importância do ICV para o DIEESE? A criação do termo perda salarial, como aconteceu?
- 8- Como nasceu a Pesquisa Nacional da Cesta Básica? E o Salário Mínimo Necessário?
- 9- E para os outros estudos do DIEESE – é possível dizer que eles derivaram do ICV?
- 10- Os demais trabalhos diferentes do ICV, (emprego e desemprego, greves, intervenções, negociações) eram demandas do movimento sindical?
- 11- Você explicou muitas vezes o índice para o dirigente e para trabalhadores. Como esse conhecimento chegava ao trabalhador? Ou não chegava, ficava só com o dirigente?

O MOVIMENTO SINDICAL E O DIEESE

- 12- Qual o papel do conhecimento para a luta sindical naquele momento? E hoje?
- 13- Qual o papel do dirigente no DIEESE?
- 14- Fale-me do Miguel Huertas. O que aprendeu com ele? Como “o professor lhe ensinava”?

15- O que o Movimento Sindical lhe ensinou?

16- O DIEESE foi aprender a negociar com um alemão da IG-Metal. Conte essa história.

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O TÉCNICO DO DIEESE

17- Como se definia um tema de estudo em sua época?

18- Não há autoria nos textos da revista e do boletim. Por quê?

19- Como era o trabalho de sua equipe? Compartilhavam conhecimentos? Trocavam textos? Como um influenciava no trabalho do outro? Era uma relação de chefia ou de professor? Era um trabalho coletivo?

20- Como o DIEESE consegue organizar e articular o saber de cada técnico em torno de um conhecimento coletivo?

21- O trabalho coletivo. Diga-me como vê isso no DIEESE. (tudo o que um técnico escreve, outro confere – com quem aprendeu isso?)

23- O que é ser técnico do DIEESE?

24- Qual o papel do assessor?

25- Como lidar com posições sindicais com as quais não concordava? Via o dirigente como o responsável pela política ou como algo a ser compreendido?

26- Você selecionou muitos dos técnicos do DIEESE. O que procurava nos candidatos? Como se define quem tem perfil? O que tem que ter além do lado técnico?

27- Quando olha hoje para um texto do DIEESE, uma publicação, um livro, um dado, você se vê nele? O Barelli, o conhecimento do Barelli permanece nesse conhecimento maior que é o DIEESE?

28- O que o Barelli aprendeu no DIEESE?

DIEESE EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE

29- Como surgiu a área de formação sindical no DIEESE?

30- O conhecimento científico chega ao Dirigente Sindical por vários meios. O DIEESE é um deles? É especial?

31- Hoje, o Barelli faz parte da Universidade. Qual a diferença do conhecimento produzido pela Universidade e pelo DIEESE?

32- Como o DIEESE leva o conhecimento da Universidade para o Movimento Sindical?

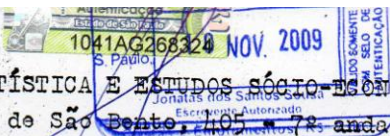
33- O que o Barelli trouxe para a Universidade de experiência no DIEESE?


34- Hoje os dirigentes estão adentrando a Universidade, na graduação e na pós. Como a Universidade lida com esse indivíduo?

PERGUNTA FINAL

35- Como o DIEESE produz seu conhecimento?

Anexo IV Ata de fundação do DIEESE


 DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS
 Sede Provisória - Rua de São Bento, nº 405 - 7º andar
 Telefone 32-3355 - Caixa Postal 5324 - São Paulo


ATA DA REUNIÃO DE CONSTITUIÇÃO DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, REALIZADA A 22 DE DEZEMBRO DE 1955.

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco, às 20,30 horas, na sede do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, à Rua de São Bento, nº 405 - 7º andar, nesta Capital do Estado de São Paulo, presentes os senhores José de Araujo Plácido, representante credenciado do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, Dr. José Freitas Nobre, representante credenciado do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, Lauro Porta, representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Instrumentos Musicais e de Brinquedos do Estado de São Paulo, Joaquim Tavares, representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de São Paulo, Emygdio Mammocci, representante do Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecções de Roupas e de Chapéus de Senhoras de São Paulo, Josué Antonio Simas, representante credenciado do Sindicato dos Empregados em Empresas Telefônicas do Estado de São Paulo, Sebastião Alves de Aguiar, representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação e Confeitarias de São Paulo, Salvador Rodrigues, representante credenciado do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Móveis de Madeira, Junco, Vime e de Vassouras e de Cortinados e Estofos de São Paulo, Manoel Lourenço, do Sindicato dos Mestres e Contramestres na Indústria de Fiação e Tecelagem no Estado de São Paulo, Cnéo Dantas do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de São Paulo, Murillo Pinheiro, do Sindicato dos Aeroviários no Estado de São Paulo, Salvador Romano Losacco, do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Nivaldo Fonseca, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo, Gabriel Grecco, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo, Luiz Tenório, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados do Açúcar e de Torrefação e Moagem de Café de São Paulo Santo André e Mogi das Cruzes, Pedro Gilardi Filho, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil, Olarias, Cerâmica para Construções, Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento e dos Oficiais Eletricistas de São Paulo, José Antonio Ribeiro, do Sindicato

ficiais Eletricistas de São Paulo, José Antonio Ribeiro, do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de São Paulo, José Fernandes Branco, do Sindicato dos Empregados em Empresas de Carris Urbanos de São Paulo, Antonio Vieira, do Sindicato dos Empregados nas Empresas Teatrais e Cinematográficas de São Paulo, Bernardino Fischetti, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Hidroelétrica de São Paulo, realizou-se a Assembléia de Constituição do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos com a finalidade de realizar o estudo jurídico, social e econômico das condições de trabalho das categorias profissionais e da situação das empresas, bem como o levantamento estatístico destinado à apuração de dados relativos a custo, nível e padrão de vida dos trabalhadores, no Estado de São Paulo, e mais o regime de retribuição do trabalho assalariado. Abertos os trabalhos pelo senhor Salvador Romano Losacco, pediu o mesmo à casa que indicasse o presidente da mesa, tendo o Sr. Emygdio Mammocci proposto que o mesmo Sr. Salvador Romano Losacco assumisse a presidência, o que foi aceito, tendo o senhor presidente convidado a mim, Luiz Tenório de Lima, para secretariar os trabalhos. Instalada a mesa, o Sr. Nivaldo Fonseca, em nome da Comissão Executiva Provisória apresentou o projeto de Estatutos, do Departamento tendo o Sr. presidente determinado fôsse procedida por êle a leitura dos mesmos Estatutos. A seguir, postôs em discussão e votação, artigo por artigo, foram os mesmos aprovados depois de feitas as necessárias alterações e emendas, tendo sido, afinal, aprovados, por unanimidade, e que a seguir são transcritos para efeitos de fazer parte integrante da presente. "DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - ESTATUTOS - Capítulo I - DA CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE - Artigo 1º - O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, que congrega entidades sindicais de trabalhadores no Estado de São Paulo, terá por finalidade e estudo jurídico, social e econômico das condições de trabalho das categorias profissionais e da situação das empresas, bem como o levantamento estatístico destinado à apuração de dados relativos a custo, nível e padrão de vida dos trabalhadores no Estado de São Paulo, e mais o regime de retribuição do trabalho assalariado. § Único - O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos terá sua sede e fôro nesta Capital do Estado de São Paulo.- Artigo 2º - O Departamento será constituído por entidades sindicais de primeiro e segundo graus, interessadas ou que venham a se interessar na consecução das finalidades contidas no artigo anterior. § Único - São considerados membros fundadores do Departamento as entidades sindicais de trabalhadores que, participando de sua constituição, satisfaçam as normas estabelecidas nos presentes Estatutos.- Artigo 3º - A entidade sindical que de futuro desejar ingressar como membro do Departamento, deverá apresentar proposta devidamente preenchida, a fim de ser apreciada pela Comissão Executiva dirigente do Departamento. § 1º - A proposta à que se refere o presente artigo deverá ser feita pela própria entida-



que se refere o presente artigo deverá ser feita pela própria entidade interessada, através de sua diretoria, com ratificação em Assembleia. § 2º - A Comissão Executiva do Departamento dará por aceita ou justificará seu parecer contrário à admissão da entidade proponente, dentro do prazo de 8 (oito) dias, á contar da data do recebimento da proposta. § 3º - Aceito o ingresso da entidade proponente, a Comissão Executiva dará conhecimento, em Assembleia, aos demais membros do Departamento. - Capítulo II - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS MEMBROS. - Artigo 4º - São direitos dos membros: a) - Fiscalizar o funcionamento do Departamento e opinar em reuniões e assembleias; b) - votar e ser votado para composição dos órgãos dirigentes do Departamento; c) - apresentar sugestões e críticas, em reuniões, a qualquer membro do Departamento e aos seus dirigentes; d) - convocar assembleias extraordinárias dentro das normas contidas nestes Estatutos. - Artigo 5º - São obrigações dos membros: a) - Pagar mensalmente a contribuição que lhes fôr fixada, para cujo cálculo se tomará como base a respectiva capacidade econômica; b) - acatar as deliberações dos órgãos dirigentes do Departamento e de sua assembleia geral; c) - participar das assembleias e reuniões para as quais forem convocados; d) deliberar, digolo, colaborar com o Departamento em toda a sua atividade e no sentido de desenvolver os trabalhos de pesquisa necessário às finalidades do Departamento; e) - prestigiar o Departamento e promover a divulgação de suas altas finalidades, de modo a elevá-lo no conceito da opinião pública e atrair para seu âmbito todas as entidades sindicais de trabalhadores do Estado de São Paulo; f) - abster-se, sistemática mente, de assumir compromisso ou fazer declaração pública em nome do Departamento, sem que, para isso, esteja autorizado pelos órgãos dirigentes do Departamento. - Artigo 6º - Para efeito de cobrança da contribuição a que estão sujeitas as entidades membros, serão estas classificadas: - a) - como entidades de boa capacidade econômica, aquelas que arrecadam de Imposto Sindical importância superior a Cr\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) anuais; b) - como entidades de capacidade econômica reduzida, aquelas que arrecadam de Imposto Sindical importância até Cr\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) anuais. § Único - Ficam classificadas como entidades de boa capacidade econômica, independentemente do valor de suas arrecadações, todas as entidades sindicais de segundo grau. - Artigo 7º - As contribuições a que estão sujeitas as entidades membros são as seguintes: a) - Cr\$3.000,00 (três mil cruzeiros) por mês para as entidades classificadas como de boa capacidade econômica; b) - Cr\$1.000,00 (um mil cruzeiros) por mês, no mínimo, para as entidades de capacidade econômica reduzida. § Único - Periódicamente, e de acordo com as necessidades, poderá ser procedida a revisão das contribuições acima fixadas, ficando porém, essa revisão sujeita à aprovação da Assembleia Geral. - Artigo 8º - A entidade membro que desejar desligar-se do Departamento deverá fazer a necessária comunicação por meio de ofício devidamente assina-



- Fls. 4 -

fazer a necessária comunicação por meio de ofício devidamente assinado por toda a sua diretoria, ratificado em Assembleia Geral da entidade e acompanhado da cópia da ata da respectiva Assembleia. § Único - A entidade que assim proceder somente será considerada desligada 60 (sessenta) dias após a entrada do ofício na Secretaria do Departamento, permanecendo, porém, durante o período a obrigatoriedade do pagamento das contribuições a que estiver sujeita. - Artigo 9º - A entidade membro que violar as disposições destes Estatutos, estará sujeita às seguintes penalidades: a) - Censura; b) - Suspensão; c) - Expulsão do quadro de membros do Departamento com instauração de processo judicial, cível ou criminal, se couber. - Capítulo III - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS - Artigo 10º - As assembleias gerais são soberanas nas resoluções não contrárias às leis vigentes e a estes Estatutos. Suas deliberações serão tomadas, em votação secreta, por maioria absoluta de votos em relação ao total dos membros, em primeira convocação, e, em segunda convocação, por maioria dos votos dos membros presentes. § Único - Somente a unanimidade da assembleia, na ocasião da votação, digo, na ocasião que antecede o ato, poderá optar por outra forma de votação que não o escrutínio secreto. - Artigo 11º - Haverá anualmente duas - Assembleias Gerais Ordinárias: a primeira em novembro, para discussão e aprovação do Orçamento de exercício; e, a segunda em março, para exame, discussão e aprovação das contas da Comissão Executiva. - Artigo 12º - Realizar-se-ão Assembleias Gerais Extraordinárias: a) - quando o presidente ou a maioria dos integrantes da Comissão Executiva ou do Conselho Fiscal, julgar conveniente; b) - a requerimento dos membros do Departamento, em número não inferior a 1/3 (um terço) mais 1 (um) dos que estiverem em pleno gozo de seus direitos, os quais especificarão pormenorizadamente os motivos da convocação. - Artigo 13º - À convocação da Assembleia Geral Extraordinária, quando feita pela maioria dos integrantes da Comissão Executiva, pelo Conselho Fiscal, ou pelos membros do Departamento, não poderá opôr-se o presidente da Comissão Executiva, que terá de promover a sua realização dentro de 10 (dez) dias, contados da entrada do requerimento na Secretaria, sob pena de destituição e convocação de novas eleições, às quais não poderá concorrer. § Único - Deverá comparecer à respectiva Assembleia; a maioria dos que a promoveram. - Artigo 14º - As Assembleias Gerais não poderão tratar de assunto que não esteja contido no respectivo edital de convocação. - Artigo 15º - Para as deliberações do plenário somente poderá votar um eleitor de cada entidade membro, devidamente credenciado. - Capítulo IV - DA COMISSÃO EXECUTIVA - Artigo 16º - O Departamento será administrado por uma Comissão Executiva composta de 1 (um) presidente, 1 (um) vice-presidente, 1 (um) secretário-geral, 1 (um) primeiro-secretário, 1 (um) segundo-secretário, 1 (um) primeiro-tesoureiro, e, 1 (um) segundo-tesoureiro, eleitos juntamente com seus suplentes. - Artigo 17º - Os membros da Comissão Executiva e os seus Suplentes, serão eleitos em Assembleia Geral e terão mandato de



seus Suplentes, serão leitos em Assembléia Geral e terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. § Único - Nenhum cargo da Comissão Executiva será remunerado. - Artigo 18º - À Comissão Executiva compete: a) - Dirigir o Departamento de acordo com os presentes Estatutos, administrar o patrimônio social e praticar todos os atos com o fim de atingir as finalidades para as quais foi ele criado; b) - elaborar os regimentos dos serviços necessários, subordinados a estes Estatutos; c) - cumprir e fazer cumprir os Estatutos, Regimentos e Resoluções próprias e das Assembléias Gerais; d) - organizar o Orçamento anual, que com o parecer do Conselho Fiscal, será submetido à aprovação da Assembléia Geral; e) - aplicar as penalidades previstas nestes Estatutos; f) - reunir-se em sessão, ordinariamente, uma vez por semana, às terças-feiras, às 20 horas e, extraordinariamente, sempre que o presidente ou a sua maioria a convocar; g) - obter a participação, como membro do Departamento, do maior número de entidades sindicais de trabalhadores, de primeiro e segundo graus; h) - criar, quando necessário, comissões auxiliares para funcionarem junto à Comissão Executiva, compostas sempre de representantes credenciados das entidades membros; i) - contratar e dispensar funcionários, fixando-lhes remuneração, "ad-referendum" da Assembléia Geral; j) - divulgar e distribuir os estudos e dados estatísticos compilados pelo Departamento, fazendo-os publicar em órgão próprio e na imprensa; e, k) - fornecer a entidades ainda não participantes, dados estatísticos compilados pelo Departamento, mediante a entrega da proposta de inscrição da entidade solicitante. § Único - As decisões da Comissão Executiva deverão ser tomadas por maioria de votos, com a presença mínima da meta de mais 1 (um) de seus membros. - Artigo 19º - Ao presidente compete: a) - Representar o Departamento em Juízo ou fora dele, podendo, na primeira hipótese, delegar poderes; b) - convocar as sessões da Diretoria e as Assembléias Gerais, presidindo aquelas e instalando estas últimas; c) - assinar as atas das sessões, o Orçamento anual e todos os papéis que dependam de sua assinatura, com o rubricar os livros da Secretaria e da Tesouraria; d) - ordenar as despesas autorizadas, visar as contas a pagar e assinar cheques, estes últimos juntamente com o tesoureiro; e) - organizar a prestação de contas do exercício anterior no primeiro trimestre, para a devida aprovação pela Assembléia Geral. § Único - O presidente será substituído nos seus impedimentos pelo vice-presidente, e no impedimento deste pelo secretário-geral. - Artigo 20º - Ao secretário-geral compete: a) - preparar a correspondência do expediente do Departamento, assinando-a com o presidente; b) - ter sob a sua guarda o arquivo; c) - redigir e ler todas as atas das sessões da Comissão Executiva e das Assembléias Gerais; d) - dirigir e fiscalizar os trabalhos da Secretaria. § Único - O secretário-geral será substituído, nos seus impedimentos, pelo primeiro-secretário e, no impedimento deste, pelo segundo-secretário. - Artigo 21º - Ao primeiro-tesoureiro compete: -

1041AG268416
Autenticacao
10 NOV 2008

segundo-secretário. - Artigo 21º - Ao primeiro-tesoureiro compete: -
a) - ter sob sua guarda e responsabilidade os valores do Departamento, dirigindo e fiscalizando os trabalhos da Tesouraria; b) - assinar com o presidente os cheques e efetuar os pagamentos e recebimentos autorizados; c) - apresentar ao Conselho Fiscal balancetes mensais e um balanço anual; d) - recolher os dinheiros do Departamento, em Bancos oficiais. § Único - O primeiro-tesoureiro será substituído nos seus impedimentos, pelo segundo-tesoureiro. - Artigo 22º - É vedado ao tesoureiro manter em Caixa quantia superior a Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros). - Capítulo V - DO CONSELHO FISCAL - Artigo 23º - O Departamento terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros eleitos juntamente com os respectivos suplentes, em Assembléia Geral, extendendo-se a sua competência, não só à fiscalização da gestão financeira, como às atividades técnico-científicas do Departamento. § 1º - Nenhum cargo do Conselho Fiscal será remunerado. § 2º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias. - Artigo 24º - ao Conselho Fiscal incumbe: a) - Dar parecer sobre o Orçamento anual; b) - opinar sobre as despesas extraordinárias, sobre os balancetes mensais e sobre o balanço anual; c) - opinar sobre a realização de pesquisas relativas ao custo, nível e padrão de vida, sugerindo as que julgar necessárias ao atendimento das finalidades do Departamento. - Capítulo VI - DA PERDA DE MANDATO - Artigo 25º - Os membros da Comissão Executiva e do Conselho Fiscal perderão o seu mandato nos seguintes casos: a) - malversação ou dilapidação do patrimônio do Departamento; b) - grave violação destes Estatutos; c) - abandono do cargo na forma prevista no artigo 30º destes Estatutos. § 1º - A perda do mandato será declarada pela Assembléia Geral. § 2º - Toda a suspensão ou destituição de cargo deverá ser precedida de notificação que assegure ao interessado pleno direito de defesa, cabendo recurso para a Assembléia Geral. - Artigo 26º - Na hipótese de perda de mandato, as substituições se farão de acordo com o que dispõem os parágrafos únicos dos artigos 19º, 20º e 21º e o Capítulo VII destes Estatutos. - Capítulo VII - DAS SUBSTITUIÇÕES - Artigo 27º - A convocação dos suplentes, quer para a diretoria, quer para o Conselho Fiscal, compete ao presidente da Comissão Executiva, ou seu substituto legal, e obedecerá à ordem de maior idade dos suplentes. - Artigo 28º - Havendo renúncia ou destituição de qualquer membro da Comissão Executiva, assumirá automaticamente o cargo vacante o respectivo substituto, na forma prevista nestes Estatutos. § 1º - Achando-se esgotada a lista dos membros da Comissão Executiva, serão convocados os suplentes que preencherão os últimos cargos. § 2º - A providência indicada no parágrafo anterior é aplicável em caso análogo que venha a ocorrer com o Conselho Fiscal. § 3º - As renúncias serão comunicadas por escrito ao presidente da Comissão Executiva. § 4º - Em se tratando de renúncia do presidente da Comissão Executiva, será esta notificada, por escrito, igualmente, ao seu substituto legal, que, dentro de 48 (quarenta e oi



igualmente, ao seu substituto legal, que, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, reunirá a Comissão Executiva para ciência do ocorrido. - Artigo 29º - Se ocorrer a renúncia coletiva da Comissão Executiva e do Conselho Fiscal e não houver, o presidente, ainda resignatário, convocará a Assembléia Geral, a fim de que sejam eleitos novos membros para aqueles órgãos. - Artigo 30º - Em caso de abandono do cargo, proceder-se-á na forma dos artigos anteriores, não podendo, entretanto, membro da Comissão Executiva ou do Conselho Fiscal, que houver abandonado o cargo ser eleito para qualquer mandato de administração do Departamento, durante 4 (quatro) anos. § Único - Considera-se abandono do cargo a ausência, não justificada, a 3 (três) reuniões sucessivas da Comissão Executiva ou do Conselho Fiscal. - Artigo 31º - Ocorrendo o falecimento de membro da Comissão Executiva ou do Conselho Fiscal, proceder-se-á na conformidade do artigo 24º e respectivos parágrafos.

Capítulo VIII - DO PATRIMÔNIO DO DEPARTAMENTO. - Artigo 32º - Constitui o patrimônio do Departamento: a) - as contribuições das entidades membros; b) - as doações e legados; c) - os bens e valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidas; d) - os aluguéis de imóveis e juros de títulos e depósitos. - Artigo 33º - As despesas do Departamento, fixadas no respectivo Orçamento anual, serão custeadas com as rendas próprias do Departamento. § Único - Na eventualidade de necessitar uma entidade membro de pesquisa ou estudo extraordinários, fora das atividades normais do Departamento, deverá a entidade membro solicitante custear as despesas excedentes. - Artigo 34º - Embora nenhum cargo de administração do Departamento seja remunerado, como expressamente preceituam o parágrafo único do artigo 17º e o parágrafo 1º do artigo 23º destes Estatutos, poderão os membros da Comissão Executiva e Conselho Fiscal, reembolsar-se das despesas feitas com transporte e hospedagem, bem como das despesas, digo, dos descontos salariais que sofrerem, quando em diligências determinadas pela necessidade dos serviços do Departamento. § Único - O reembolso das despesas e dos descontos salariais ficará sujeito à respectiva comprovação. - Artigo 35º - A administração do patrimônio do Departamento, constituído pela totalidade dos bens e rendas que o mesmo possuir, compete à Comissão Executiva. - Artigo 36º - Os títulos de renda, bem como os bens imóveis, só poderão ser alienados mediante permissão expressa da Assembléia Geral, especialmente convocada. - Artigo 37º - No caso de dissolução do Departamento, o que se dará apenas por deliberação expressa da Assembléia Geral, para esse fim especialmente convocada, deliberação essa que deverá ser tomada por maioria de 2/3 (dois terços) e mais uma de todas as entidades membro, o seu patrimônio reverterá às entidades membro, na proporção de suas contribuições efetivamente recolhidas. § Único - Ocorrida a dissolução, pela forma acima estabelecida, o arquivo do Departamento será entregue a uma instituição científica, que com ela, mantenha convênio ou intercâmbio, e a qual será indicada expressamente pela Assembléia Geral que determinar a dissolução. - Capí



pressamente pela Assembléa Geral que determinar a dissolução. - Capitulo IX - DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA - Artigo 38º - Até a eleição regular de seus órgãos dirigentes, o Departamento será administrado por uma Comissão Executiva Provisória escolhida entre seus membros fundadores a qual deverá obedecer fielmente os presentes Estatutos. - Concluída a votação e aprovados os Estatutos do Departamento, pediu a palavra o Sr. Manoel Lourenço, que, congratulando-se com a Comissão Executiva Provisória e com o trabalho por ela apresentado, discorreu de maneira entusiástica sobre a oportunidade e a necessidade que de há muito se fazia sentir, da criação deste Departamento, o qual permitirá, através de um trabalho de equipe, melhor defesa dos direitos garantidos pela Constituição Federal aos trabalhadores, sendo afinal muito aplaudido. A seguir o senhor presidente usou a palavra para congratular-se com todos os dirigentes sindicais presentes pela efetivação da criação do Departamento, agradecendo a colaboração recebida, não só dos demais membros da Comissão Executiva Provisória, como dos demais colegas representantes dos diversos sindicatos que contribuíram para a sua constituição. Ainda com a palavra o senhor presidente, propôs à casa que designasse data para a realização das eleições em que deverão ser escolhidos os membros da Comissão Executiva, do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, e que dirigirão o Departamento no biênio 1956/1957. Pedindo a palavra, o senhor Josué Antonio Simas, propôs fosse fixado o dia 23 de janeiro próximo vindouro, para a realização de ditas eleições, bem assim sugeriu fossem as mesmas procedidas à noite, Posta a proposta do Sr. Simas em discussão e como ninguém quizesse mais falar sobre o assunto, foi ela posta em votação e aprovada por unanimidade. à vista disso, o senhor presidente marcou para as 20 horas do dia vinte e três de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis a realização das eleições da Comissão Executiva, do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, nesta sede do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, que passa a ser a sede provisória deste Departamento, gratuitamente cedida. Declarou finalmente o senhor presidente que os nomes dos candidatos aos diversos cargos deverão ser apresentados à Assembléa Geral do dia 23 de janeiro próximo, já convocada neste ato, por ocasião da realização das eleições. Nada mais havendo a ser tratado, o senhor presidente declarou encerrados os trabalhos e eu, Luiz Tenório de Lima, secretário, lavrei a presente ata que lida e aprovada, vai por mim, pelo senhor presidente e por todos os presentes assinada. -

São Paulo, 22 de dezembro de 1956.

Luiz Tenório de Lima - Secretário

Salvador Romano Losacco - Presidente



Jose de Araujo Losacco

Luiz Tenório de Lima

Lauro Porta
Lauro Porta ✓

Joaquim Lavares
Joaquim Lavares ✓

Eugênio Mammocci
Eugênio Mammocci ✓

José Antonio Simas
José Antonio Simas ✓

Sebastião Alves de Aguiar
Sebastião Alves de Aguiar ✓

Salvador Rodrigues
Salvador Rodrigues ✓

Manoel Lourenço
Manoel Lourenço ✓

Cleófantas
Cleófantas ✓

Murillo Pinheiro
Murillo Pinheiro ✓

Salvador Romano Losacco
Salvador Romano Losacco ✓

Nivaldo Fonseca
Nivaldo Fonseca ✓

Gabriel Grecco
Gabriel Grecco ✓

Pedro Gilardi Filho
Pedro Gilardi Filho ✓

José Antonio Ribeiro
José Antonio Ribeiro ✓

José Fernandes Branco
José Fernandes Branco ✓

Antonio Vieira
Antonio Vieira ✓

Bernardino Fischetti
Bernardino Fischetti ✓

Luiz Tenório de Lima
Luiz Tenório de Lima ✓



[Handwritten signatures and notes]
Credito do Dr. [illegible]
5.00
17/5/82
10/5/86



Anexo V

Lista de artigos publicados no Boletim do DIEESE entre 1960 e 1961

BOLETIM DO DIEESE

Ano I — 1960/61

N.º I — MAIO DE 1960

Apresentação

O índice do Custo de Vida da Classe Trabalhadora na Cidade de São Paulo

Variação dos preços no mês de abril de 1960

Índice do custo de vida — abril de 1960

Dados informativos sobre o DIEESE

N.º 2 — JUNHO DE 1960

Mais uma etapa

Condições Sócio-Econômicas dos Participantes do 11º Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo — abril de 1960

Índice do custo de vida — maio de 1960

O comportamento do custo de vida da classe trabalhadora na cidade de São Paulo, em maio de 1960

N.º 3 — JULHO DE 1960

O operário e a questão agrária

O aluguel das casas populares em São Paulo

Aumento do Custo de Vida na Cidade de São Paulo — 1º Semestre de 1960

Índice do custo de vida — junho de 1960

N.º 4 — AGOSTO DE 1960

Levantamento de níveis salariais

Salário Profissional

Salários na Indústria de Madeira em São Paulo

Lucros dos Bancos Paulistas em 1959

Índice do custo de vida — julho de 1960

O aumento do custo de vida na cidade de São Paulo, em julho de 1960

N.º 5 — SETEMBRO DE 1960

Por uma melhoria do padrão de vida

Subsídios para a Campanha Salarial

Aspectos da Indústria de Papel e Papelão em S. Paulo

O aumento do custo de vida em São Paulo, em agosto de 1960

Novas Adesões

Índice do custo de vida: agosto de 1960

N.º 6 — OUTUBRO DE 1960

Aumento do Custo de Vida no mês de setembro

Salário nas Indústrias Mecânica, de Fundição e Autopeças
 Lucros das Indústrias Metalúrgicas
 Índice do custo de vida — setembro de 1960
 O aumento do custo de vida em outubro de 1960

N.º 7 — NOVEMBRO DE 1960

Participação da mão de obra no Desenvolvimento Industrial do Brasil
 Resultados da Atividade Industrial no Brasil (1955/1959)
 5º Aniversário de Fundação do DIEESE
 1ª Semana de Estudos dos Problemas do Trabalho
 Índice do Custo de Vida — outubro de 1960
 Salário Mínimo e Custo de Vida

N.º 8 — DEZEMBRO DE 1960

1ª Semana de Estudos dos Problemas do Trabalho
 Política Salarial no Brasil (José Albertino Rodrigues)
 Assinaturas do "Boletim do DIEESE"
 Aumento do custo de vida em São Paulo, em novembro de 1960
 Índice do Custo de Vida — novembro de 1960

N.º 9 — JANEIRO DE 1961

A organização Sindical dos Trabalhadores Têxteis no Estado de São Paulo
 Aumento do custo de vida em 1960 na cidade de São Paulo
 Índice mensal do custo de vida — 1960

N.º 10 — FEVEREIRO DE 1961

Aumento do Custo de Vida em janeiro de 1961
 Os Sindicatos e a Política Econômica do Novo Governo
 Desenvolvimento Recente do Sindicalismo no Brasil
 Aumento do Custo de Vida — Janeiro de 1961

N.º 11— MARÇO DE 1961

A política cambial do Novo Governo
 Imposto Sindical e Assistência Social
 Mão de Obra na Indústria Automobilística
 Prossegue ininterrupto o aumento do custo de vida
 Reforma Parcial dos Estatutos do DIEESE
 Aumento do Custo de Vida — fevereiro de 1961

N.º 12- ABRIL DE 1961

1º Aniversário do "Boletim do DIEESE"
 Salário Real e Escala Móvel de Salários
 O Aluguel de Casas Populares em São Paulo
 Assinaturas do "Boletim do DIEESE"
 Índice do Custo de Vida — março de 1961

ANO II — 1961

N.º 1 — MAIO DE 1961

Aumento do Custo de Vida na Cidade de São Paulo em abril de 1961
A Situação Bancária e os Lucros dos Bancos Paulistas em 1960
Índice Retrospectivo do "Boletim do DIEESE"
Índice do Custo de Vida — Abril de 1960

N.º 2 — JUNHO DE 1961

Mão de Obra Industrial no Brasil, em 1960
Trabalhadores na Indústria da Construção Civil
A Nova Lei do Imposto de Renda
Índice do Custo de Vida — Maio de 1961

N.º 3 — JULHO DE 1961

Aumento do Custo de Vida em São Paulo no Primeiro Semestre de 1961
Evolução e Distribuição dos Bancários no Brasil
Salários nas Indústrias Mecânicas, de Fundição e Autopeças de São Paulo Índice
do Custo de Vida — Junho de 1961

N.º 4 — AGOSTO DE 1961

"Revista de Estudos Socioeconômicos"
Características Socioeconômicas dos Delegados ao III Congresso Nacional dos
Metalúrgicos
Resultados da Campanha de Sindicalização dos Trabalhadores nas Indústrias de
Fiação e Tecelagem no Estado de São Paulo
Índice do Custo de Vida — Julho de 1961

Anexo VI

Lista de artigos publicados na Revista de Estudos Socioeconômicos entre 1962 e 1963

Nº 1 – Setembro/1961

Título	Autor	Seção
Funções do Sindicato na Sociedade Moderna Brasileira	Azis Simão	Colaboração Especial
Situação Econômico-Social da Classe Trabalhadora	J.A.R.Rodrigues	Estudo Especial
Legislação Trabalhista para o Trabalhador Rural	Rio Branco Paranhos	Direito do Trabalho
Estrutura e Funcionamento do DIEESE	DIEESE	Noticiário Sindical
Índices Socioeconômicos	DIEESE	Índices Socioeconômicos
Índice retrospectivo	DIEESE	Outros

Nº 2 – outubro/1961

Problemas do Governo e Problemas do Povo	DIEESE	Editorial
O problema da insalubridade no trabalho	Manoel Rocha Carvalheiro	Colaboração Especial
O consumo da carne na cidade de SP	Lenina Pomeranz	Estudo Especial
Salário Família	Maria Carvalho de Jesus	Direito do Trabalho
Evolução da Previdência Social	DIEESE	Previdência Social
Acordos Salariais no segundo semestre	DIEESE	Noticiário Sindical
O custo da alimentação na cidade de São Paulo	DIEESE	Índices Socioeconômicos
Índices Socioeconômicos	DIEESE	Índices Socioeconômicos

Nº 3 – novembro/1961

Orientações da Política Econômica Federal	DIEESE	Editorial
Administração de salários – realidade científica sujeita a mistificações	José Serson	Colaboração Especial
O seguro social contra acidentes do trabalho	Luiz Roberto de Rezende Puech	Previdência Social
Acordos Salariais de novembro 1961	DIEESE	Noticiário Sindical
Padrão de vida da população brasileira	J.A.R.Rodrigues	Estudo Especial

Boletim Internacional	DIEESE	Boletim Internacional
Aumento de custo de vida em SP	DIEESE	Índices Socioeconômicos
Índices Socioeconômicos	DIEESE	Índices Socioeconômicos

Nº 4 – dezembro/1961

Sindicalismo e poder público	DIEESE	Editorial
Administração de salários: Fundamentos Teóricos – Significado Prático	José Serson	
Boletim Internacional	DIEESE	Boletim Internacional
Assistência Médica da Previdência Social	João Lyra Madeira	Previdência Social
Acordos salariais, Greves, Outras atividades	DIEESE	Noticiário Sindical
Escala Móvel de Salários	Paul Singer	Estudo Especial
O aumento do custo de vida em SP em novembro de 1961	DIEESE	Índices Socioeconômicos

Nº 5 – janeiro/1962

Novos métodos anti-inflacionários	DIEESE	Editorial
O direito de greve	Vinícios Ferraz Torrez	Direito do Trabalho
EUA : Balanço Trabalhista de 1961	DIEESE	Boletim Internacional
Previdência Social I – Suas origens e finalidades	Armando de Oliveira Assis	Previdência Social
Movimento Sindical em Janeiro de 1961	DIEESE	Noticiário Sindical
Aspectos econômicos e sociais da automação – O problema do Brasil	Walter Paul Krause	Estudo Especial
Grandeza e decadência do café	DIEESE	Livros e revistas
Pesquisas do Instituto de Ciências Sociais em 1962	DIEESE	Livros e revistas
Aumento de custo de vida em SP durante 1961	DIEESE	Índices Socioeconômicos
Índices Socioeconômicos	DIEESE	Índices Socioeconômicos

Nº 6 – Fevereiro 1962

Sem Título	DIEESE	Editorial
Inflação e carestia da vida – Análise de suas causas e possibilidades de solução	DIEESE	Estudo Especial
Movimento Sindical em fevereiro de 1961	DIEESE	Noticiário Sindical
Previdência Social II – Os seus destinatários	Armando de Oliveira Assis	Previdência Social

Emprego, produtividade e salário na Itália	DIEESE	Boletim Internacional
A universidade do trabalho a zero quilometro	Armado Martins de Azevedo	Colaboração Especial
História do nacionalismo no Brasil	DIEESE	Livros e revistas
Publicações recebidas	DIEESE	Publicações recebidas
Papel-moeda em circulação	DIEESE	Índices Socioeconômicos

Nº 7 – Março e Abril/1962

O papel do DIEESE	DIEESE	Editorial
Evolução do Sindicalismo no Brasil	Luiz Roberto de Rezende Puech	Colaboração Especial
A situação Econômico-Social da classe trabalhadora em São Paulo	DIEESE	Estudo Especial
1º de Maio, data internacional dos trabalhadores	Paul Singer	Estudo Especial
Previdência Social III – Prestações	Armado de Oliveira Assis	Previdência Social
O aumento do custo de vida em SP em março de 1962	DIEESE	Índices Socioeconômicos
Relatórios Sindicais	Sindicatos Sócios	Relatórios Sindicais

Nº 8 – Maio-Junho/1961

Problemas do Governo e Problemas do Povo	DIEESE	Editorial
Comunicado aos leitores	DIEESE	Informe
Aspectos da assistência e previdência social aos empregadores domésticos	F.L. Torres de Oliveira	Colaboração Especial
Direitos Sindicais para Funcionários Federais nos EUA	DIEESE	Boletim Internacional
Plano de Habitação Nacional	DIEESE	Estudo Especial
Atualização de normas da consolidação trabalhista	Agenor B. Parente	Direito do Trabalho
Greves, Acordos e Atividades	DIEESE	Noticiário Sindical
Previdência Social IV – Seu financiamento	Armando de Oliveira Assis	Previdência Social
Publicações recebidas	DIEESE	Publicações recebidas
Administração de pessoal	DIEESE	Livros e revistas
Índice de custo de vida da classe trabalhadora na cidade de SP – Abril de 1962	DIEESE	Índices Socioeconômicos
Índices Socioeconômicos	DIEESE	Índices Socioeconômicos

Nº 9 – Julho e Agosto/1962

Sem Título	DIEESE	Editorial
O sindicato na vida política do Brasil	Azis Simão	Colaboração Especial
Boletim Internacional	DIEESE	Boletim Internacional
Migração e Imigração	Walter Paul Krause	Estudo Especial
A lei sobre o abono de natal	Rio Branco Paranhos	Direito do Trabalho
IV encontro sindical nacional dos trabalhadores	DIEESE	Noticiário Sindical
III Convenção Nacional dos Trabalhadores em empresas de crédito	DIEESE	Noticiário Sindical
VIII Congresso Nacional dos círculos operários	DIEESE	Noticiário Sindical
II Encontro Interestadual do Sindicalismo Democrático	DIEESE	Noticiário Sindical
Previdência Social V – Sua administração	Armando de Oliveira Assis	Previdência Social
Publicações recebidas	DIEESE	Publicações recebidas
Índice de custo de vida da classe trabalhadora na cidade de SP – Agosto de 1962	DIEESE	Índices Socioeconômicos

Nºs 10 e 11 – Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro 1962

Fim de ano	DIEESE	Editorial
Evolução da indústria Nacional	Oswaldo Lório	Estudo Especial
Pontos principais assentados nos acordos salariais realizados	DIEESE	Noticiário Sindical
Planejamento da política de mão de obra	Perseu Abramo	Colaboração Especial
Previdência Social VI – Aspectos gerais da Lei Orgânica Brasileira	Armando de Oliveira Assis	Previdência Social
Cadernos do Povo Brasileiro	DIEESE	Livros e revistas
Publicações recebidas	DIEESE	Publicações recebidas
Índice de custo de vida da classe trabalhadora na cidade de SP – Novembro de 1962	DIEESE	Índices Socioeconômicos
Índices Socioeconômicos	DIEESE	Índices Socioeconômicos

Nº 12 – Janeiro-Fevereiro/1963

O Plano trienal de desenvolvimento econômico e social	DIEESE	Editorial
Estrutura Sindical Brasileira	J.A.R.Rodrigues	Colaboração Especial

Boletim Internacional	DIEESE	Boletim Internacional
O Banco do Brasil ante o projeto Faraco – 1	Petrônio de Medeiros Guimarães	Estudo Especial
Cartas a Resus sobre previdência	DIEESE	Previdência Social
Sem Título	DIEESE	Noticiário Sindical
Publicações recebidas	DIEESE	Publicações recebidas
Índices Socioeconômicos	DIEESE	Índices Socioeconômicos
Índice de custo de vida da classe trabalhadora na cidade de SP – Janeiro de 1963		

Nº Especial – Maio/1963 (Último número)

Primeiro de Maio	DIEESE	Editorial
Primeiro de Maio	Everardo Dias	Colaboração Especial
Acordos Salariais de janeiro e fevereiro de 1963	DIEESE	Noticiário Sindical
A agricultura na região da bacia do Paraná-Uruguaí	Paul Singer	Estudo Especial
Boletim Internacional		
Sindicalização rural	DIEESE	Direito do Trabalho
Publicações recebidas	DIEESE	Publicações recebidas